



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**

**JOSÉ MARIA DOS SANTOS SOUZA**

**O CÓRREGO CHAPÉU DE PADRE NA CIDADE DE GOIÁS (GO):  
CENÁRIOS PAISAGÍSTICOS E PATRIMÔNIO HÍDRICO**

**GOIÁS-GO**

**2025**

**JOSÉ MARIA DOS SANTOS SOUZA**

**O CÓRREGO CHAPÉU DE PADRE NA CIDADE DE GOIÁS (GO):  
CENÁRIOS PAISAGÍSTICOS E PATRIMÔNIO HÍDRICO**

**Dissertação apresentada como requisito para obtenção do  
título de Mestre em Geografia no Programa de Pós-  
Graduação em Geografia da Universidade Estadual de  
Goiás (UEG).**

**Orientador(a): Vandervilson Alves Carneiro**

**GOIÁS-GO**

**2025**



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA  
BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data<sup>1</sup>. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

**Dados do autor (a)**

Nome completo: José Maria dos Santos Souza

Email: jmsspezinho@gmail.com

**Dados do trabalho**

Título: O Córrego Chapéu de Padre na Cidade de Goiás (GO): Cenários Paisagísticos e Patrimônio Hídrico

Tipo:

Tese  Dissertação

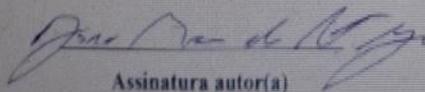
Curso/Programa: PPGE0

Concorda com a liberação documento

SIM  NÃO

<sup>1</sup>Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás, 10 de fevereiro de 2025

  
Assinatura autor(a)

  
Assinatura do orientador(a)

### CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

S729c Souza, José Maria dos Santos.  
O Córrego Chapéu de Padre na Cidade de Goiás (GO) :  
cenários paisagísticos e patrimônio hídrico [manuscrito] /  
José Maria dos Santos Souza. – Goiás, GO, 2024.  
170 f. ; il.

Orientador: Prof. Dr. Vandervilson Alves Carneiro.  
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Câmpus Cora  
Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2024.

1. Análise ambiental - Córrego Chapéu de Padre.  
1.1. Geoparque. 1.2. Geodiversidade. 1.3. Recurso hídrico.  
1.4. Urbanização. I. Título. II. Universidade Estadual de  
Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 556.18 (817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
(Criada pela lei n° 13.456 de Abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 de Abril de 1999)

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu

UEG CAMPUS CORA CORALINA

Av. Dr. Doudeth Ferreira de Moura Castro - GOIÁS CEP: 76600000  
Telefones: (62)3936-2161 / 3371-4971 Fax: (62) 3936-2160 CNPJ: 01.112.580/0001-71

### ATA DE EXAME DE DEFESA 01/2025

Ao trigésimo primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco às treze horas, realizou-se, o Exame de Defesa de dissertação do(a) mestrando(a) José Maria dos Santos Souza, intitulada: "Córrego Chapéu de Padre - Cidade de Goiás (GO): cenários paisagísticos e patrimônio histórico". A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores doutores: Vandervilson Alves Carneiro (Presidente - PP GEO/UEG), Diogo Isao Santos Sakai (Estácio de Sá) e Jean Carlos Vieira Santos (PP GEO/UEG). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pelo mestrando e seu orientador. Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o presidente da banca examinadora, Prof. Dr. Vandervilson Alves Carneiro proclamou que a dissertação encontra-se aprovada ( X ) ou não aprovada ( ) ou aprovada com ressalva ( ) e com as seguintes exigências (se houver):

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Cumpridas as formalidades de pauta, às 15:20 horas a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora.

Cidade de Goiás / GO, 31/01/2025.

Documento assinado digitalmente  
gov.br VANDERLISON ALVES CARNEIRO  
Data: 01/02/2025 10:39:23-0100  
Verifique em: <https://vander.il.gov.br>

Prof. Dr. Vandervilson Alves Carneiro (Presidente)

Documento assinado digitalmente  
gov.br DIOGO ISAO SANTOS SAKAI  
Data: 01/02/2025 10:57:14-0100  
Verifique em: <https://vander.il.gov.br>

Prof. Dr. Diogo Isao Santos Sakai (Estácio de Sá)

Documento assinado digitalmente  
gov.br JEAN CARLOS VIEIRA SANTOS  
Data: 01/02/2025 10:58:21-0100  
Verifique em: <https://vander.il.gov.br>

Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos (PP GEO/UEG)

**JOSÉ MARIA DOS SANTOS SOUZA**

**O CÓRREGO CHAPÉU DE PADRE NA CIDADE DE GOIÁS (GO):  
CENÁRIOS PAISAGÍSTICOS E PATRIMÔNIO HÍDRICO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação  
apresentado como requisito para obtenção do título  
de Mestre no Programa de Pós Graduação em  
Geografia pela Universidade Estadual de Goiás  
(UEG)

Data de aprovação: 31 / janeiro / 2025

---

Prof. Dr. Vandervilson Alves Carneiro  
Orientador (PPGEO-UEG) – membro titular

---

Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos  
(PPGEO-UEG) – membro titular

---

Prof. Dr. Diogo Isao Santos Sakai  
(Universidade Estácio de Sá) – membro titular

---

Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza  
(PPGEO-UEG) – membro suplente

---

Prof. Dr. Bruno Martins Ferreira  
(SEDUC-GO / Goiás Tec) - membro suplente

**GOIÁS-GO**

**2025**

## AGRADECIMENTOS

Tomando por base o princípio da gratidão para se poder almejar a felicidade na trajetória de busca pela sabedoria, me deparo então com a tarefa de poder contemplar a tantas personalidades de maneira justa em meus préstimos.

Tendo sempre ao Senhor Deus como o principal expoente que me abra o caminho em cada conquista em minha vida, o reconhecimento sempre como o principal sentido de todo o processo.

Logo em seguida jamais devo deixar em segundo plano, em relação aos demais, minha esposa Juliane, como muito mais que uma ajudadora idônea, como também uma companheira que sempre me incentivou a nunca desistir de meus projetos profissionais e estudantis, por mais tempo que se protelem. Sem ela eu nem teria ousado iniciar essa travessia, pois, a cada tropeço, me erguia pra seguir em frente. Isso sim é amor.

Minhas filhas, Amanda e Alícia, que em sua frágil e ao mesmo tempo esperançosa condição infantil, sempre me despertaram o sentimento de cumprir com meus objetivos e assim poder honrá-las.

Maria, minha mãe, (*in memorian*), que na sua despedida para o ‘outro plano’ bem no meio do esforço desse curso, nunca desistiu de interceder por mim, me inspirando mais ainda a celebrar a vida cumprindo com o que comecei sem desanimar.

Regina, minha sogra, e mesmo ‘mãe’ com sua presença cotidiana e marcante, me ensinando a jamais baixar a guarda e ser direto ao ponto nos objetivos.

Diane e Cunha, meus distantes e ao mesmo tempo fiéis amigos, com quem tantas vezes compartilhei as mais variadas experiências acadêmicas, onde nunca nos esquecíamos de nossas origens nessa desafiadora, e às vezes insana, missão de sermos professores.

Ao mestre Vander, com carinho. Obrigado pela atenção diária e sabedoria em me despertar o aprendizado novamente. Tudo valeu a pena.

**Nada é permanente, exceto a mudança.**

**(Heráclito de Éfeso, 540-470 a. C.)**

## RESUMO

O tema, Córrego Chapéu de Padre na Cidade de Goiás: Cenários Paisagísticos e Patrimônio Hídrico, propõe um olhar mais pormenorizado deste curso d'água localizado na porção centro-leste da Cidade de Goiás (GO), sendo tributário do Rio Vermelho, integrante da bacia hidrográfica do Rio Araguaia, no Centro Oeste do país. Epicentro de um microcosmo encravado no Cerrado goiano *in situ*, com sua mini paisagem de vale, este geossítio tem como sua montante homônima o Morro Chapéu de Padre, e um único e sazonal afluente conhecido como Córrego das Águas Férreas. Averiguar e tornar público o histórico natural e as intervenções humanas neste espelho d'água, assim como compreender o que se tem permanecido da relação da comunidade com o mesmo, é o que se objetiva com esse trabalho. Uma iniciativa que expõe o inevitável problema desafiador de se buscar o melhor caminho em busca de uma devida valorização patrimonial do que ainda resta da paisagem geodiversa, natural e antrópica, do córrego e suas imediações. Em busca de melhor mensurar o real significado do patrimônio geohistórico remanescente, com sua contribuição identitária para o cenário complementar do sítio urbano da Cidade de Goiás, se recorre a uma análise qualitativa das características que definam a importância do mesmo sob a ótica científica e educacional. O leitor se permitirá imergir em documentos jornalísticos, obras literárias locais, decretos públicos, relatórios, mapas históricos e iconografias fotográficas de épocas distintas que intercalam os vários momentos da evolução do processo de transformação não só do corpo hídrico em questão do Córrego Chapéu de Padre, como também de seu significado ambiental, cultural, econômico e de utilidade pública para a comunidade vilaboense, assim como suas permanências contemporâneas. O resultado esperado visa despertar uma consciência coletiva da urgência de um justo resgate da conservação da memória afetiva ambiental e cultural aliada à adoção de diversos representantes das forças locais nesta empreitada que pode ser restauradora e ressignificante ao mesmo tempo em prol desse geossítio hídrico pertencente à comunidade goiana. Um esforço que vai bem mais além da percepção paisagística, estética, educacional e informativa, uma vez que se constata seu papel coadjuvante como fonte de água potável de pureza incólume e vital para o próprio sucesso da epopeia de instalação e permanência da civilização goiana nessa primeira Capital do Cerrado, tendo como elemento central esse expoente tão ímpar da geodiversidade local.

**PALAVRAS-CHAVE:** geoparque; geodiversidade; recurso hídrico; urbanização; Córrego Chapéu de Padre (GO).

## ABSTRACT

The theme, *Córrego Chapéu de Padre in the City of Goiás: Landscape Scenarios and Water Heritage*, proposes a more detailed examination of this watercourse, located in the central-eastern portion of the City of Goiás (GO). It is a tributary of the Rio Vermelho, which is part of the Araguaia River basin in the Central-West region of Brazil. As the epicenter of a microcosm embedded in situ within the Goiás Cerrado, with its small valley landscape, this geosite is named after its upstream counterpart, Morro Chapéu de Padre, and has a single seasonal tributary known as *Córrego das Águas Férreas*. This study aims to investigate and publicize the natural history and human interventions in this waterbody, as well as to understand what remains of the community's relationship with it. This initiative brings to light the inevitable and challenging issue of seeking the best approach to properly valuing the heritage of what remains of the geodiverse, natural, and anthropic landscape of the stream and its surroundings. To better assess the significance of the remaining geo-historical heritage and its identity-related contribution to the urban landscape of Cidade de Goiás, a qualitative analysis is conducted. This approach examines scientific and educational perspectives that define its importance. The study draws on journalistic records, local literary works, public decrees, reports, historical maps, and photographic iconography from different periods, which together illustrate the transformations of *Córrego Chapéu de Padre*. These sources provide insights into the environmental, cultural, economic, and public utility aspects of the stream, as well as its contemporary significance. The expected outcome is to raise collective awareness of the urgent need to rescue and conserve environmental and cultural memory. This initiative seeks the engagement of various local stakeholders in a restorative and meaningful effort to preserve this water-related geosite. Beyond its aesthetic, educational, and informational value, the stream plays a crucial role as a pure and vital source of drinking water. Its conservation is essential to the historical and cultural legacy of Goiás, as it has been a fundamental element in the establishment and permanence of civilization in this first Capital of the Cerrado, standing as a unique exponent of the region's geodiversity.

**KEYWORDS:** geopark; geodiversity; water resource; urbanization; *Córrego Chapéu de Padre* (GO).

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura1 - Parque da Chapada dos Veadeiros, situado no Estado de Goiás.....	31
Figura2 - Morro do Gigante Adormecido, Caiapônia- GO. ....	33
Figura3 - Península Itálica .....	33
Figura4 - Cascata Véu de Noiva, Indaiá .....	34
Figura5 - Pedra do Cálice, Paraúna – GO.....	34
Figura6 - Serra da Canastra, São Roque de Minas–MG .....	35
Figura7 - Morro do Chapéu, Chapada Diamantina – BA .....	35
Figura8 - Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra. ....	37
Figura9 – Logomarca da UNESCO Global Geopark .....	38
Figura10 – Geoparque Araripe (CE). ....	39
Figura11 – Geoparque Seridó (RN) .....	39
Figura12 – Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul-RS/SC .....	40
Figura13 – Geoparque Quarta Colônia, RS .....	40
Figura14 – Geoparque Caçapava – RS.....	41
Figura15 - Pedra Goiana, atração geológica da Serra Dourada (Estado de Goiás) destruída nos anos 1960 .....	44
Figura16 - Esquema do papel da Geoconservação dentro da conservação da natureza. .....	45
Figura17 – Cartaz do Dia Internacional da Geodiversidade. ....	49
Figura18 – Cartaz de evento sobre o Dia Internacional da Geodiversidade.....	49
Figura19 - Serra Dourada, trecho da Vista da Cidade de Pedra .....	50
Figura20 – O Grand Canyon. ....	51
Figura21 – As Cataratas de Foz do Iguaçu .....	51
Figura22 – A Capadócia.....	52
Figura23 – A Chapada dos Guimarães .....	52
Figura24 - Rochário com amostras do território goiano.....	53
Figura25 – Atividade sobre a composição de elementos estruturantes da paisagem – Geodiversidade e Biodiversidade.....	53
Figura26 - Política pública patrimonial em Goiás-GO: O Programa Monumenta/BID (1995 A 2013) & Recuperação dos Imóveis Privados.....	56

Figura27 - Logo do marco do Tratado de Tordesilhas na cidade de Olhos D'Água de Goiás.....	57
Figura28 - Registro de Bororos em Rio Verde – GO em 1894 .....	58
Figura29 - Representação da área contínua do Cerrado no contexto das regiões hidrográficas brasileiras.....	60
Figura30 - Distribuição das classes de solo no Estado de Goiás.....	64
Figura31 – Tartarugas esculpidas em esteatito no jardim do ateliê Espaço Criativo, artesanato especializado em pedra-sabão, na Cidade de Goiás, às margens do Córrego Chapéu de Padre.....	68
Figura32 - Lavatório em pedra-sabão: Igreja São Francisco de Paula, na Cidade de Goiás .....	69
Figura33 - Local conhecido como Furna, no entorno da Cidade de Goiás, ao sopé do Morro D. Francisco. Suposto resquício mineralógico do período colonial .....	70
Figura34 - Tatu-gigante (Xenartro dasipodídeo). .....	72
Figura35 - Imagens internas da paleotoca de Cristal (RS), com certas semelhanças com a estrutura do duto da ‘Furna’, na Cidade de Goiás, inclusive com os requisitos da: inclinação do terreno, proximidade com curso d’água, galerias recurvadas e ranhuras típicas nas paredes .....	72
Figura36 - Balança de pesagem com ouro granulado, do período colonial .....	75
Figura37 - Domínios hidrogeológicos do Cerrado .....	77
Figura38 - Local exato da foz do Córrego Chapéu da Padre sobre o Rio Vermelho, na Praça da Bandeira, em ocasião da enchente de 2001.....	78
Figura39 - Imagem de satélite do trecho de transbordamento do baixo curso, subterrâneo, e da foz do Córrego Chapéu de Padre (fluxo azul) ocasionada pelo refluxo (fluxo verde) das águas do Rio Vermelho em momentos de cheias históricas.....	78
Figura40 - Antiga Vila Boa de Goiás - Experiências e memórias na/da cidade patrimônio .....	82

Figura- 41 - Detalhe do prospecto para tracejamento planejado de Vila Boa de Goyaz, 1782; com destaque para o Horto Botânico e a linha hídrica do Córrego Chapéu de Padre .....	87
Figura42 – Tamboril.....	89
Figura43 - Mutamba (abundante na Cidade de Goiás).....	89
Figura. 44 - Preparação da ‘Queima do Judas’ durante a Semana Santa na década de 30. Destaque para o detalhe do boneco que representa o ‘Judas’, em frente das ruínas da reconstrução da Matriz de Santana, dependurado em um galho de cambaúba/embaúba prestes a ser incendiado.....	91
Figura. 45 - Cambaúba (Embaúba), comum na encosta do Morro Chapéu de Padre. ....	92
Figura. 46 - Poço do pátio do Quartel do XX (século XVIII), no centro histórico, tomado por cambaúbas/embaúbas. Evidência de resiliência dessa planta no ecossistema local.....	92
Figura. 47 - Largo do Moreira com o Morro do Canta Galo em segundo plano.....	94
Figura. 48 - Morro do Chapéu, município de Carolina (MA).....	96
Figura. 49 - Morro do Chapéu, município de Capitólio (MG).....	96
Figura. 50 - Morro do Chapéu, município de Morro do Chapéu (BA).....	97
Figura. 51 - Exemplar de ‘chapéu de padre’, conhecido tecnicamente pela cúria ou clero católico como ‘saturno’ por seu formato peculiar lembrar o planeta homônimo e seus anéis ao redor da órbita.....	97
Figura 52 - Alicerces expostos no Centro Histórico, apresentando rochas extraídas do Morro Chapéu de Padre, nas bases respectivas de um comércio no Mercado Municipal, da lateral da Igreja Matriz e do Museu das Bandeiras, antiga Casa de Câmara e Cadeia.....	99
Figura. 53 - A Catedral em reconstrução, fachada principal e lateral, 1917.....	101
Figura. 54 - Lâminas de malacaxeta (lâminas de talco), coletada no terreno aos fundos do Hotel Vila Boa, cume da área de domínio do Morro Chapéu de Padre, onde são abundantes.....	102
Figura. 55 - Amostra de xisto.....	103
Figura. 56 - Fragmento de minério de ferro extraído na área de domínio do Morro Chapéu de Padre, acima do cume, vizinho ao terreno dos fundos do Hotel Vila Boa. ....	104

Figura. 57 - Panorama de Vila Boa de Goyaz, observado a partir do Morro Canta Galo, com detalhe do Horto Botânico (1798-1805), no canto superior esquerdo do quadro, tendo logo atrás da tarja indicativa o Morro Chapéu de Padre, em primeiro plano e na coloração verde escuro.....	107
Figura.58 - Primeiro momento da delimitação do sítio urbano da Cidade de Goiás, 1726.....	109
Figura. 59 - No mesmo mapa de 1726, de Queiroz (2003, apud Bertran e Júnior, 1987), detalhe das fozes paralelas do Córrego Manoel Gomes (direita) e do Córrego Chapéu de Padre (esquerda), ambos desaguando no Rio Vermelho.....	109
Figura. 60 – Chafariz da Carioca.....	110
Figura. 61 – Chafariz de Cauda.....	111
Figura. 62 – Detalhe do Chafariz de Ferro da Matriz ou do Palácio, também conhecido como ‘Samaritana’. O olhar da estátua se direciona para a origem de sua fonte de água: o Morro Chapéu de Padre, a sudeste.....	112
Figura. 63 - Aguadeiras se servindo do Chafariz da Rua da Pedra, ou da Diocese, nos anos 40.....	113
Figura. 64 - Cisterna pública superficial que se servia da transposição do Chapéu de Padre na Rua do Horto, hoje desativada, nos anos 40.....	113
Figura. 65 - Aguadeiras se servindo de uma cisterna superficial de transposição do Chapéu de Padre nos anos 40, nas imediações do hoje RU (Restaurante Universitário da UFG), na Rua do Horto.....	114
Figura. 66 – Resquícios do extinto Porto ou Cais do Rio Vermelho (detalhe das colunas de blocos de pedra emoldurando as laterais das velhas manilhas do esgoto de 1873). Antes desta parede de pedras na barranca havia uma rampa de acesso para as canoas entre as duas colunas. Ao fundo o muro de arrimo da fachada da Igreja São Francisco de Paula, em cuja base funcionava o extinto Chafariz da Igreja São Francisco.....	114
Figura. 67 - Curso original do Córrego Chapéu de Padre com suas transposições, chafarizes e área de mata ciliar remanescente.....	115
Figura. 68 - Ampliação de ponto do mapa do Plano de Expansão do Traçado Urbano de Vila Boa, 1782, desenhado pelo soldado Manoel Ribeiro Guimarães, em que se destaca o Horto Botânico, com riqueza de delimitação de seus canteiros de mudas.....	118
Figura. 69 - Fragmentos de seixos de quartzito, típicos do local, que compunham o mosaico da velha caixa d’água destruída no nivelamento do cume do Chapéu de Padre.....	118

Figura. 70 - Fragmento da antiga caixa d'água, com a encosta de acesso ao hotel ao fundo.....	119
Figura. 71 - Caixa d'água de concreto, lacrada, instalada pelo hotel no local onde funcionava a antiga caixa d'água de pedras que era aberta ao público.....	119
Figura. 72 – Captação de águas pluviais sobre o leito subterrâneo manilhado no trecho de desvio da nascente, na lateral do Hotel Vila Boa, esquina da Av. Bom Pastor com a Travessa Manoel Alves, acima do novo ponto de afloramento aberto nos anos 70 e ainda em atividade.....	120
Figura. 73 - Fonte sulfurosa de Águas de São João.....	122
Figura. 74 - Vista panorâmica do Morro da Carioca, a partir do topo aplainado do Morro Chapéu de Padre, na área da piscina do requintado Hotel Vila Boa, recém inaugurado.....	123
Figura. 75 - Face leste da área da piscina do Hotel Vila Boa (1975).....	123
Figura. 76 - Entrada reclinada do Hotel Vila Boa, face leste do Morro Chapéu de Padre, recém inaugurado em 1975.....	124
Figura. 77 - O diminuto e sazonal Córrego das Águas Férreas em seu ponto de confluência com o Córrego Chapéu de Padre.....	125
Figura. 78 – Professor Vandervilson junto ao respiradouro no baixo curso canalizado do Chapéu de Padre, na Av. Deusdeth Ferreira de Moura.....	127
Figura. 79 - Aspecto da dupla foz, agora fundida pela intervenção humana, dos córregos Manoel Gomes e Chapéu de Padre.....	127
Figura. 80 - Originalmente, no sentido montante-jusante, a esquerda desse pilar delimitaria o curso do Chapéu de Padre, ao passo que a direita serviria ao Manoel Gomes.....	128
Figura. 81 - Rocha matriz de quartzito na foz dos dois córregos em questão.....	128
Figura. 82 - Início da galeria da foz dos dois córregos, com teto de sustentação formado por vigas de aroeira centenárias que por décadas suportam o trânsito de veículos pesados na Avenida Beira Rio no pavimento logo acima.....	129
Figura. 83 - A galeria atinge mais de 50 metros de extensão, com uma altura de 1,6 metros, passando por baixo da Avenida Dom Prudêncio, também conhecida como Avenida Beira Rio, na altura entre a Prefeitura e o Hotel Casa da Ponte.....	129
Figura. 84 - Planta do Reordenamento Urbano de Vila Boa de Goyaz, desenhada pelo soldado Manoel Ribeiro Guimarães, de 1782.....	130
Figura. 85 - Fotografia de 1893 do Chafariz da Cadeia com cauda, essa proveniente da reforma de expansão que abasteceria o Largo da Matriz, em 1873.....	133

Figura. 86 - Chafariz de Cauda, ‘sem a Cauda’. Ainda era conhecido como Chafariz da Cadeia.....	133
Figura. 87 - Chafariz de Cauda, quando a nova cauda estava sendo construída.....	134
Figura. 88 - Chafariz de Cauda, em rara foto entre os anos 60 e 70, apresentando sua cauda adornada por árvores, que não existem mais.....	135
Figura. 89 - Chafariz de Cauda com o formato mantido desde os anos 60.....	135
Figura. 90 - O passageiro e totalmente sem resquícios Parquinho do Chafariz, em foto de 1965.....	136
Figura. 91 - Crianças no chafariz nos anos 70, em uma das várias afirmações do local como área de lazer para a população.....	137
Figura. 92 – Crianças na arquibancada do extinto Anfiteatro do Chafariz, anos 80. ....	137
Figura. 93 - Último registro do ‘Lunário’ ou ‘Anfiteatro’ do Chafariz, durante sua demolição em 2002.....	138
Figura. 94 - Aguadeiras no Chafariz de Cauda, numa foto dos anos 30, em sua labuta diária em levar cada gota do Chapéu de Padre, e cada recado também, para todos os cantos da Cidade de Goiás.....	140
Figura. 95 - Aguadeira no Chafariz da Carioca, em fotografia dos anos 30.....	140
Figura. 96 – Médio curso do Chapéu de Padre canalizado com pedras rústicas do século XVIII, no trecho final da mata ciliar preservada.....	141
Figura. 97 – Professor Vandervilson, sobre o último trecho do Chapéu de Padre antes de ser ocultado pela canalização subterrânea no baixo curso até sua foz.....	141
Figura. 98 – Afloramento rochoso na área de vegetação preservada.....	143
Figura. 99 – Afloramento rochoso em dobramento verticalizado na área de mata preservada.....	143
Figura. 100 – Muro de pedras remanescente na área de mata preservada, como resquícios dos velhos quintais.....	144
Figura. 101 – Exemplar de árvore nativa dentre as várias espécies de grande porte identificadas na área de galeria da mata ciliar remanescente.....	145
Figura. 102 - Aspecto de canaleta de arenito, no Largo do Moreira, que era utilizada para condução de água até do Chafariz da Cadeia em seus primeiros cem anos de existência.....	149
Figura. 103 - Na primeira cena: devastação do Largo da Carioca, entre os anos 70 e 80, durante a abertura da GO-164, cortando o fluxo da fonte. Na segunda cena: processo de recuperação da Carioca nos anos 80.....	152

Figura. 104 - Esgoto do Hospital São Pedro despejado no Rio Vermelho. Anos 60. .....	154
Figura. 105 - Prof. Vandervilson com o mestrando José Maria às margens do médio curso do Chapéu de Padre, densamente povoado, testemunhando como denúncia o esgoto residencial despejado no leito do córrego.....	155
Figura.106 - Ligação clandestina de sucção de água do córrego, desativada, feita por moradores.....	156
Figura. 107 - Prof Vandervilson e mestrando José Maria ao lado do marco de revitalização da nascente do Córrego Chapéu de Padre, promovida em ocasião do FICA 2021.....	156

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Histórico das enchentes na Cidade de Goiás: 1782-2001.....	80
--	----

## SUMÁRIO

Introdução .....	19
Capítulo 1 – Princípios para uma percepção consciente: o cerne da interseção homem e paisagem geológica.....	24
1.1 Geodiversidade.....	24
1.2 Patrimônio Geológico.....	29
1.3 Geoconservação .....	39
1.4 Geoturismo .....	41
1.4.1 Declaração de Arouca .....	45
1.5 Geoeducação .....	47
Capítulo 2 .....	53
2.1 O embrião do lugar .....	53
2.2 Entre raízes e pedras .....	57
2.2.1 Do relevo e hidrografia .....	57
2.2.2 Da ocupação .....	59
2.2.3 Do solo .....	62
2.2.4 Dos minerais .....	64
2.2.5 Da mineração .....	66
2.3 Pedra D'Água .....	71
2.4 Restituição .....	81
Capítulo 3 Córrego Chapéu de Padre: um protagonista líquido e certo.....	88
3.1 Toponímia .....	93
3.2 Utilitarismo de Ultramar .....	99
3.2.1 O Horto .....	103
3.3 Resgatando o legado do córrego .....	106

3.4 Medidas paisagísticas inovadoras .....	128
3.4.1 Operação Oásis .....	128
3.4.2 Função lúdica .....	133
3.4.3 Rede vital: entre torneiras e histórias .....	136
3.5 Jardim Secreto .....	138
3.6 Evolução do uso e depredação do córrego para saneamento .....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	155
Referências .....	158

## INTRODUÇÃO

[...] Hoje, a história não é mais uma ciência apenas dos homens, mas também dos lugares, onde há acontecimentos históricos (e, por outro lado, [...] a geografia não é somente ciência dos lugares, mas também e, sobretudo, dos homens)

(Saquet, 2003, p.75 apud Quaini, 1968, p.8)

O processo que permeia as ocorrências passadas e o porvir das relações multidimensionais entre as territorializações político-econômico-culturais com a natureza do território apresenta diferentes níveis de escala. Assim já afirmava Saquet (2003, p. 81 apud Dematteis, 2001) acentuando a força envolvida nas redes locais de sujeitos com o *milieu* (o meio) das condições ambientais na formação da história natural e dos homens de cada território. Seria a constatação da condição indispensável da função coadjuvante do espaço para a apropriação e produção territorial ao longo do tempo.

E nesse movimento que se flexibiliza ao ritmo de novos conceitos e formatações, sejam sociais ou ambientais, o condicionamento torna-se relativo conforme as ressignificações de lugar e pertencimento se reinventam

O tempo presente, passado e futuro indica processualidade, e também, simultaneidade, pois vivemos diferentes temporalidades e territorialidades, em unidade, em processo constante e concomitante de desterritorialização e reterritorialização que gera sempre novas territorialidades e novos territórios que contém traços/características dos velhos territórios e territorialidades.  
(Saquet, 2003, p. 82)

Assim, contemplando os requisitos esperados de um elemento paisagístico geodiverso nos domínios do bioma Cerrado, em território goiano, um objeto digno de uma abordagem mais pormenorizada e que se enquadre nas significâncias geológicas e patrimoniais humanísticas, com um devido apelo futuro de uma pegada de conscientização dessa memória local com o auxílio da educação, se pode deparar então com o relativamente incógnito Córrego Chapéu de Padre.

Encravada no coração do perímetro urbano de um típico centro histórico, essa microbacia selecionada para a realização desse estudo localiza-se mais precisamente na porção centro-leste da Cidade de Goiás (GO). A bacia em questão é um dos afluentes do Rio Vermelho, os quais integram a bacia hidrográfica do Rio Araguaia, no Centro Oeste do país.

Na verdade o referido córrego nunca recebeu um tratamento de destaque, como se deu com o Rio Vermelho em si, devido ao próprio formato do traçado urbano não o integrando à morfologia da dinâmica da cidade; mesmo porque nunca foi registrado qualquer identificação de ouro nos domínios das escarpas do Morro Chapéu de Padre, como no rio principal, que justificassem um foco de acesso direto, o que sempre reforçou seu apagamento.

De fato, a topografia característica desse curso d'água o classificaria como um marco limítrofe da expansão da malha urbana local até meados do século passado, definindo seus declives como um perímetro configurado por chácaras alimentadas pelo manancial que dali emana.

Apesar de ter seu sopé alterado por uma série de projetos urbanísticos, tanto pelo poder público municipal quanto pela iniciativa privada ao longo de décadas, além de estabelecimentos residenciais e comerciais, a nascente do Córrego Chapéu de Padre permaneceu com seu volume de fluxo natural, embora que desviado em alguns pontos pela especulação imobiliária.

Não se pode ignorar as maneiras de uso e apropriação do poder público e da sociedade como um todo sobre o manancial desse córrego que, não só se objetivava o saneamento básico daquela povoação por um século e meio, assim como também, se desenrolaram alguns ensaios no aproveitamento deste mesmo elemento natural para o cultivo de plantas do Cerrado e de espécies introduzidas, entre os idos dos séculos XVIII e XIX.

Neste ínterim há que se questionar, por exemplo, que desfecho se deu sobre um certo relatório de uma pesquisa empreendida em 1850, em que “se comprovavam as propriedades terapêuticas do Córrego das Águas Férreas do Horto (único afluente do Chapéu de Padre em seu alto curso) na cura de determinadas enfermidades corriqueiras na região” (Magalhães, 2014).

Num objetivo geral, via de regra, perante amostragens de relevantes evidências sobre o protagonismo geodiverso da área para a identidade local em suas várias facetas, o presente projeto vem investigar e demonstrar as trajetórias e permanências do meio comunitário com o referido corpo hídrico, principal fonte de água potável naquele núcleo urbano ao longo de dois séculos, com a inevitável problemática de como

preservar a estrutura ainda remanescente do Chapéu de Padre com a devida valorização patrimonial hídrica do entorno deste.

Para se almejar o objetivo específico se procura desenvolver um levantamento e construção do aporte teórico metodológico a partir do conceito de Geodiversidade, como se deu no primeiro capítulo, e assim, no segundo capítulo, caracterizar-se o geossítio em questão com base nos fatores de Brilha (2005), e então se destrinchar as peculiaridades iconográficas da paisagem cultural do Córrego Chapéu de Padre, na terceira e última parte do trabalho.

Assim, se espera proporcionar um levantamento geográfico-histórico da faixa de domínio das águas do Córrego Chapéu de Padre, com o devido destaque para sua importância no processo de abastecimento urbano e do próprio estabelecimento da comunidade da antiga capital, e as permanências contemporâneas desse processo com sua ressignificação, acaba por se tornar o fio condutor dessa pesquisa.

Uma metodologia para tanto, teria por base o método de Brilha (2005) onde, a partir de uma análise qualitativa, sejam atribuídos escores (caráter quantitativo) às características definidoras de relevância do ponto de vista científico, educacional e de turismo que, no caso de nosso objeto em si, procuramos nos atentar à mensuração da significação do legado patrimonial geohistórico do mesmo junto à formação do cenário paisagístico identitário do traçado urbano da Cidade de Goiás.

Se sequenciando com o devido levantamento bibliográfico com a contribuição do olhar perscrutador de Lakatos e Marconi (1991, p. 188) com seu caráter exploratório nas pesquisas de campo com objetivos de “formulação de questões ou problemas com finalidade de se desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fatos ou fenômenos para permitir a realização de pesquisas futuras mais precisas (...)”.

Uma vez efetuado o fichamento dos textos selecionados nas fontes lidas, integrando obras consolidadas com as descrições de autores regionais, se partiu para o exercício dos trabalhos de campo na área de estudo, sendo estes, inclusive, distribuídos por três momentos ao longo do prazo de um ano, intercalados entre estações secas e chuvosas, ora em ação individualizada, ora contando com a companhia do professor orientador.

A coleta de imagens se valeu de fontes iconográficas sobre o tema, sejam virtuais ou impressas, em fotos encontradas em periódicos, livros, coleções pessoais, e substancialmente por registros fotográficos paisagísticos ou de elementos naturais ou antropizados no sítio da investigação produzidos durante as incursões no local. Se buscou uma pronta análise dos materiais registrados e coletados *in situ*, como amostras de rochas, água e plantas com o apoio de caderneta de campo para tomadas de nota e observações pertinentes.

O resultado esperado, inevitavelmente, seria o desencadear de uma devida averiguação sobre o ‘porque do lugar’ que permita descrever a compleição geodiversa do conjunto do morro e seu córrego, especificando a estrutura do relevo, solo e água e suas características físico-químicas que vieram a levar a comunidade a adotar este corpo hídrico como o mais adequado para seus uso cotidiano. Se visa despertar, a partir daí, uma consciência coletiva da urgência de um justo resgate da conservação da memória afetiva ambiental e cultural aliada à adoção de diversos representantes das forças locais nesta empreitada que pode ser restauradora e ressignificante ao mesmo tempo.

Tal incógnita nos convoca à uma iniciativa investigativa que se proponha a um resgate das dinâmicas estruturais empregadas por agentes políticos e administrativos, ora visionários ora precipitados, para que se possa desenvolver a pretensão de uma ação de ética histórica restauradora que bem mereça este geossítio urbano que, como bem aponta Kükl (2006): “Existem vários pontos em comum entre a preservação de bens culturais e a de áreas naturais, sendo fundamental, em ambas, assegurar a diversidade.”

Atente-se, portanto, ao conceito de paisagem cultural definido pela Unesco, em 1999, no documento intitulado “Diretrizes operacionais para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial”, e levantado por Castriota (2013)

Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem designado no Artigo I da Convenção. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas com base tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões. (Castriota, 2013, p. 5)

Por fim, assim como Saquet (2003, p. 80, apud Dematteis, 1985) orienta a se refletir sobre o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, momentos estes palpáveis dentro do processo investigativo sobre a formatação geodiversa e humanística dos domínios do Córrego Chapéu de Padre, o presente trabalho se intenciona a se enveredar nesse movimento transescalar sem separar espaço e território.

Dispondo de uma composição textual distribuída por três momentos distintos, o corpo deste trabalho se destrincha por: uma introdução que nos apresente o objeto, sua problemática e as pretensões do desenvolvimento da pesquisa; um Capítulo 1, e seu discurso conceitual sobre Geodiversidade e suas vertentes de abrangência acadêmica, para um melhor embasamento da área de concentração relativa à investigação do objeto; um Capítulo 2, com uma devida apresentação do universo geral do Cerrado goiano com seu repositório diverso de dados geográficos quanto ao Estado e o Município em questão; um Capítulo 3, onde se descortinam todos os meandros da memória do entorno do Córrego Chapéu de Padre, como o objeto em si, e todas suas características paisagísticas, passadas e remanescentes, descritas pelo processo de desvendamento da pesquisa; suas considerações finais reflexivas de ações de intervenção, algumas em execução por atores locais diversos e outras possibilidades futuras para o lugar e, por último, as referências.

Mais uma contribuição, dentre tantos esforços acadêmicos, no levantamento e análise de um dos vários expoentes da complexa, e por vezes icônica, geografia histórica e ambiental das terras ancestrais de Goiás. O descortinar de um corpo hídrico subestimado, com sua versatilidade, como se pôde desvendar, sob o ícone de dados tão ímpares. Indo da abundância mineral de um solo ferruginoso-xistoso, pródigo em suas propriedades agroecológicas e hidromedicinais, passando pela capacidade em definir o limite de uma mancha urbana, e os próprios hábitos de socialização dos moradores de seu entorno ao sabor do raio de alcance de suas águas exploradas, e chegando até mesmo a influenciar numa arquitetura vernacular, dos alicerces servidos de sua própria rocha matriz ao desenho, ora barroco ora neoclássico, do produto final de sua prestatividade ao povo do lugar através dos chafarizes do tempo. Esse é o Córrego Chapéu de Padre.

## **Capítulo 1 – Princípios para uma percepção consciente: o cerne da interseção homem e paisagem geológica.**

Ao se considerar a pegada humana marcante, mesmo que cirurgicamente e com alcance delimitado na superfície do globo, no que concerne a intervenções esporádicas em algumas civilizações, como foi o caso, por exemplo, das tentativas de transposição do rio Nilo no Antigo Egito, ainda assim nada se compara à grade exploratória trançada na vida contemporânea, com destaque aos efeitos colonizadores sobre a fragilidade de ecossistemas tropicais, como no Cerrado.

Nesta percepção, seria mister se conceituar qual a compleição original de fato do que emolduraria tal biota cerratense, isso é, do conjunto mineral que sustenta toda fragilidade de sua flora e fauna, e o que venha a ser a estrutura pré-humana *strictu sensu* para só assim se obter devida propriedade de avaliação do universo natural em questão, se assimilando sua matriz e como essa se apresenta no momento, para então se ousar em pretensos diagnósticos do porvir.

Essa abordagem, dentro do que se objetiva no presente trabalho, seria um a ferramenta adequada para uma melhor análise do que se venha a pontuar o que sobreviveu e o que se metamorfoseou, em meio à dicotomia homem-natureza, dentro da estrutura geodiversa do Córrego Chapéu de Padre, valorizando seu patrimônio hídrico e, por extensão, suas imediações.

Sendo assim, um tributo ao conceito de Geodiversidade torna-se ferramenta imprescindível na decifração do enigma desse “oásis vilaboense” e seu embate frente ao progressismo predatório da odisseia humana em seu domínio natural.

### **1.1 Geodiversidade**

Para além da esteira da dita transversalidade das áreas de conhecimento e suas demais subdivisões em voga, na intercessão das Ciências Naturais, sempre se apresentaram, sutilmente ou não, o ‘Elo Perdido’ que tenta intercalar a tríade Botânica-Climatologia-Geologia. Quando, em 1985, Walter G. Rosen, botânico americano, estreou a expressão ‘biodiversidade’ se estava presenciando, então, o nascimento do primeiro fórum que se dedicasse sobre tal temática. A partir daí se pôde desenrolar uma nova linha de literatura científica que passou a destrinchar esse nicho de estudo, como

foi o caso do trabalho desenvolvido por Edward O. Wilson, com seu apanhado de artigos de certos autores já em 1988 (Franco, 2013).

Desde então, já se passaram três décadas quando, a partir de 1993 na britânica Malvern, conferencistas se debruçaram sobre questões referentes à conservação geológica e paisagística, ou seja, os elementos não bióticos da natureza, se apresentando daí a terminologia ‘Geodiversidade’ ao público acadêmico; não tardando muito para que no ano seguinte Wiedenbein, a utilizasse em estudos de conservação de geótopos (Wiedenbein, 1994 *apud* Gray, 2004). A partir desse marco o termo foi adquirindo maior discernimento em suas definições à medida que era absorvido por olhares distintos.

Numa retrospectiva bem mais remota sobre o que se poderia considerar como de fato os primeiros ensaios sobre o tema remontam-se a fins do século XVIII, com um James Hutton curioso sobre as misteriosas forças modeladoras dos relevos (Neia, 2009); e assim, abria-se caminho para um quase seu contemporâneo: Alexander von Humboldt, e sua descrição física do mundo inaugurando o que vira a ser denominado como ‘biogeografia’. Agrupando os vegetais por zonas e regiões geográficas, Humboldt constatava de que a paisagem se consubstanciava na totalidade de uma região, tracejando fauna, flora e estratos geológicos formando um típica rede de vida.

E eis que nos anos 30 do século XX se pretendeu aprimorar o conceito humboldtiano se entrecruzando a funcionalidade ecológica com a espacialidade geográfica em uma paisagem ecologicamente mensurável, conforme as definições de Carl Troll,

O termo paisagem geográfica diz respeito a um setor da superfície terrestre definido por uma configuração espacial determinada, resultante de um aspecto exterior, do conjunto de seus elementos e de suas relações externas e internas, que estão enquadrados pelos limites naturais das outras paisagens de caráter distinto.

(Troll, 1950, p. 4-5)

Na imposição da doutrina paisagística sobre os lugares já existentes, os lugares são submetidos à humanização de sua estética matriz; sendo assim, o contexto pode determinar paisagens pré-ajustadas ao observador passivo. E é na desconstrução da percepção pré-concebida de meros descritores de paisagens, se esforçando na superação da observação apática *a la* Humboldt, é que se vai sensibilizando pelo discernimento de que, de fato, o espaço em si pode ser muito mais abstrato do que se imagina, livre, portanto, de certos conceitos limitantes.

Venturini (2004) reconhece que o praticamente milenar jargão alemão para paisagem, a *landschaft*, lembrada por Troll (1997), já vinha sendo submetida às lentes das subdivisões científicas entre a paisagem natural, *naturlandschaft*, e a paisagem cultural, *kulturlandschaft*, desde o século XIX.

Assim sendo, para SILVA (1986) a paisagem como produto derivado da ação antrópica, manifesta seu formato diferenciado pela gama de características históricas ali ocorridas através da posse popular transformadora dos espaços. Seria mais que um espaço qualquer, pois seria um produto espacial paisagístico a partir do ponto de vista daquele que o vê e interpreta por vivência, por experimentação.

Contribuindo com essa interseção natural-humanizado, Milton Santos (1995) define o conceito de paisagem como um fragmento cristalizado de uma totalidade, sendo, portanto, um produto social derivado de ações passadas, e derivando-se para um momento de intervenção futura a uma Segunda Natureza transformada pelo homem. Existindo limites para sua percepção devida, não raro pode se recorrer a uma abordagem interdisciplinar para uma melhor imersão multiexperimental na pesquisa do termo. Na confusão que pode advir entre Paisagem e Espaço o desafio da definição vem a surgir, se devendo, para tanto, ir além da estética e se aprofundando nas funções distintas de cada grupo que venha a se apropriar do objeto em questão.

E passando-se pelo conceito do processo seletivo de apreensão captado por Callai (2020), a paisagem seria a leitura do retrato de um determinado lugar em um momento específico, variando sua forma com o tempo; podendo, inclusive, ser permeado não só de volumes, como também de odores, sons, lembranças, movimentos, cores. Em suma, um espaço vivo de elo entre a Geografia Humana e a Geografia Física.

A seara de artigos que contemplem a dita Geografia Física, um repositório de troca de experiências propício à evolução das descobertas e considerações dos estudos em Geodiversidade, sobreviveria até a revolução cultural do meio acadêmico ocidental entre os anos sessenta e setenta do século XX, quando então seria eclipsada pela sanha decolonialista e suas assimilações da pesquisa mineral unicamente alinhada ao ato predatório capitalista tão criticado na ocasião. Restando, desta forma, um mero espaço ambientalista das análises geosistêmicas nos seguintes anos 1980, seguindo muito mais uma agenda crítica do que uma abordagem mais pontual das disciplinas *core* da Geografia Física (Cunha *et al.*, 2016).

E somente no limiar da proximidade dos anos 1990, mediante uma conjuntura de desmitificações do pedestal militante que, num cenário global de crise de um mundo

bipolar, em suma procurava monopolizar a condução em pesquisa geográfica numa espiral ideológica por demais abstrata é que se pôde experimentar uma ‘ressurreição’ do esforço das pesquisas em Geomorfologia. A mesma, pois, se definiria nas palavras de Guerra (1987, p. 204) como:

A ciência que estuda as formas de relevo, tendo em vista a origem, estrutura, natureza das rochas, o clima da região e as diferentes forças endógenas e exógenas que, de modo geral, entram como fatores construtores e destruidores do relevo terrestre.  
(Guerra, 1987, p. 204).

Com a atmosfera dos congressos começando a se inteirar sobre o assunto que, diga-se de passagem, enfrentou grandes obstáculos criados pela esfera existencialista pós-moderna presente em meio a uma gama de profissionais do ramo, licenciados em sua maioria ou até bacharéis, a temática da Geomorfologia aos poucos era restituída. Na defesa de sua importância como coadjuvante nas relações humanas com o meio natural e suas estratégias de estruturação básica para uma sobrevivência digna mais plena, o conceito geomorfológico já podia contar com argumentos sólidos como as reflexões de Ross (1992), sobre o vínculo das ciências humanas e ambientes naturais na constituição de território físico transformado e absorvido por um povo.

Assim sendo, um decênio mais tarde, durante os anos 2000, Michael Stanley buscava uma devida interpretação desta transversalidade dos elementos culturais e paisagísticos através dos mecanismos que possam transformar rochas, minerais e vestígios fossilizados na equação que o ajudaria a explicar a Geodiversidade. Ainda em 2004, a abordagem de Murray Gray agrega mais profundidade ao conceito ao evidenciar as interações dinâmicas entre os elementos físicos, amalgamando componentes geológicos como minerais e fósseis ao pano de fundo geomorfológico de processos físicos e formas de relevo em concomitância a constituição dos solos e suas propriedades (Gray, 2004, p. 7-8).

Vai ser Amorim, nos anos 2000, quem se prontificaria a adentrar-se sobre a reação das formas perante os processos escultores que as moldariam, enfatizando essa dinâmica como essencial ao sistema geomorfológico (Amorim, 2006, p. 15-16). Nessa esteira da compreensão das relações de causa e efeito o Serviço Geológico do Brasil / Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais conceberia, numa visão mais expandida, uma Geodiversidade como sendo:

O estudo da natureza abiótica (meio físico) constituída por uma variedade de ambientes, composição, fenômenos e processos geológicos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, águas, fósseis, solos, clima e outros depósitos superficiais que proporcionam o desenvolvimento da vida na Terra, tendo como valores intrínsecos a cultura, o estético, o econômico, o educativo e o turístico  
(CPRM, 2006, p. 12).

Agora contemplada por olhares que procurem desvendar suas características tão multifacetadas a Geodiversidade passa a ser revisitada em sua valorização educacional e cultural, assim como esteticamente e chegando a abranger abordagens econômicas e turísticas; aqui se deparando com interconexões entre o antrópico e as transformações naturais do planeta.

É o que Silva (2008), junto ao Departamento de Gestão Territorial do Serviço Geológico do Brasil, procurou sintetizar ao esquematizar a teia de interseções de ações e processos acoplados ao tema da Geodiversidade, tais como: Meio Ambiente, Evolução da Terra e da Vida, Mudanças Climáticas, Levantamento Geológico e Pesquisa Mineral, Agricultura, Geoconservação e Geoturismo, Educação, Prevenção de Desastres Naturais, Saúde, Políticas Públicas, dentre outros pontos.

Prosseguindo, a segunda década do século XXI se iniciaria presenciando uma incisiva ressignificação da paisagem geográfica numa totalidade melhor destrinchada em sua essência por um olhar mais criticamente adequado que conseguiria, em tese, discutir o processo evolucionário da paisagem geomorfa ao longo do tempo, se focando na dimensão regional (Vitte, 2008, p. 118). Em suma, o foco da Geodiversidade da lente planetária para um parâmetro mais cirúrgico, com uma compensação dos espaços até então desapercibidos, sejam estes rurais ou urbanos, litorâneos ou micro continentais, tem permitido uma valorização patrimonial que, se não restaura ao menos germina um caráter de pertencimento de todo um modo de ser de cada território estudado (Cunha, 2016, p.121).

Parece que, propositalmente ou não, se parafraseia a máxima teológica ‘do pó tu vieste e ao pó voltarás’, presente inclusive em outras fontes místicas que não a matriz judaico-cristã, do inevitável ciclo do indivíduo e sua matéria prima espacial primordial. Constata-se uma sincronicidade inevitável e, portanto, digna de maior atenção entre o homem e seu maior patrimônio: as múltiplas faces de seu berço natural e geodiverso.

## 1.2 Patrimônio Geológico

Cultivar um inconsciente coletivo<sup>1</sup> que permita uma imersão de todo um povo num sentimento espontâneo de pertencer a algo maior ao ponto de interiorizá-lo em cada indivíduo não é um processo imediato. As vivências e saberes devem estar incrustadas de uma memória contínua de tempo e espaço, este último envolto em afinidades constituídas de sensações que transportem o habitante local para um lugar de familiaridade e abrigo tal que o homem indiscutivelmente se considere como que ‘nascido’ e composto de substâncias da própria *terra mater*. O que para alguns se taxaria como patriotismo, ou até bairrismo numa escala diminuta, é para o dito nativo como que uma extensão involuntária de si mesmo permeada de significados nos ingredientes do clima, do solo, do relevo, da vegetação, das águas, e da absorção destes ao se comer, habitar, orar (Figura1).



Figura1 - Parque da Chapada dos Veadeiros, situado no Estado de Goiás. Foto: Marcelo Camargo, 2020.

Concebido de maneira distinta ao longo das civilizações, seja mais intensamente ou não, o senso comum de pertença parece ter seus primeiros *insights* na medida que o fenômeno do Estado Nação se solidificava no Ocidente no século XVII. Ao menos é o que se constata nos registros oficiais da Science of Geography, escrita pelo jesuíta

---

<sup>1</sup> Conceito da psicologia analítica que, segundo Jung(2002), se refere à parte mais profunda da mente, onde se encontram sentimentos, pensamentos e lembranças compartilhadas por toda a humanidade, sendo herdado e influenciador da vida das pessoas.

francês Jean Françoise em 1652, em que se difundia a convenção de montes e cursos d'água como fortalezas e fronteiras naturais, obedecendo à lógica do símbolo dinâmico enrustido às montanhas e rios que davam o sentimento de unidade e pertencimento ao povo da França (Vitte, 2008, p.14).

Na verdade, conforme Vitte (2008, p. 14), “[...] as regiões naturais do reino se confundiam teologicamente com o próprio corpo do rei”, concedendo não só ao Estado como ao próprio território em si uma interconexão um com o outro, parafraseando a máxima traduzida desse período, do rei Luiz XIV de França, de seu “o Estado sou eu”, e por extensão toda a natureza sob sua tutela também (Figura2). Estaria sendo dada a deixa para a apropriação pelo imaginário popular sobre os acidentes geográficos, os recortes litorâneos, a crista das cordilheiras, a porosidade dos espeleotemas, a sinuosidade dos rios e córregos, a aquarela dos solos, para o extravasamento de uma imensurável capacidade de novas nomenclaturas e significados dos horizontes pedológicos. Eis a inventividade do olho leigo ao se chamar uma península de ‘Bota Italiana’ (Figura3), uma cascata de ‘Véu de Noiva’ (Figura4), um elemento arenítico de ‘Cálice’ ou ‘Taça’ (Figura5), um platô de ‘Canastra’ (Figura6) e um rele promontório de ‘Chapéu’ ou algo do gênero (Figura7). Essa quase deificação da paisagem, lhe concedendo um caráter personalizado humanoide até, possui em si uma gênese tão ancestral, abstrata e espontânea que chega ser imprecisa, dado que a busca por sua compreensão se arriscaria na terminologia da Psicanálise codinomeada como “Pareidolia” (*Para: ‘ao lado de’ ou ‘junto de’ / eidolon: ‘imagem’ ou ‘forma’*) que se traduziria como:

Fenômeno neuropsicológico que explica que existe um reconhecimento de um objeto familiar em um estímulo aleatório (imagens, formas) como sucede, por exemplo, quando se associa mentalmente o formato de uma nuvem à figura de um animal, de um rosto, etc.

(Veloso, Sociedade Brasileira de Psicologia – SBP, 2016).



Figura2 - Morro do Gigante Adormecido, Caiapônia- GO. Fonte: Secretaria de Turismo de Caiapônia, 2020.



Figura3 - Península Itálica. Fonte: BOCHICCHIO. Atlas Mundo Atual. Atual Editora. p. 58. 2009.



Figura4 - Cascata Veu de Noiva, Indaiá. Fonte: Pref. Mun. de Formosa-GO, 2023.



Figura5 - Pedra do Cálice, Paraúna - GO. Fonte: IBGE, 2017.



Figura6 - Serra da Canastra, São Roque de Minas–MG. Fonte: Correio de Minas, 2022.



Figura7 - Morro do Chapéu, Chapada Diamantina - BA. Foto: Rogério Ruschel, 2017.

Amaral (2017) traduz bem esse tipo de percepção de certos elementos paisagísticos sob a ótica do subconsciente de cada indivíduo, no limite do discernimento entre o imaginativo e o real do que se observa, ao distinguir que “as ilusões, [...] seriam fenômenos mistos: a uma percepção verdadeira se associa uma representação cursando com um engano, ainda que momentâneo” (p. 100). “[...] nas pareidolias, a exemplo das ilusões, a partir de uma percepção verdadeira, na maior parte das vezes também de contornos não muito nítidos, a pessoa associa uma representação de caráter imaginativo. [...] Para que um fenômeno do gênero seja classificado como pareidolia, o engano propriamente dito não pode acontecer (como ocorre na ilusão)” (Amaral, 2017, p. 112).

Por mais lúdico que possa parecer essa aptidão folclórica, imanente a todos os grupos, nada mais é que o tônus que alimenta e inspira algo exclusivo dos seres pensantes: o de recriar sua relação com o meio. É algo tão original que, de maneira inquestionável, acaba por dar à luz a novos significados aos elementos geodiversos sob a área de domínio dos povos empregando-lhes requisitos de patrimônio de uma maioria que o concebe ou apenas o absorve.

O que é necessário entender é que cada indivíduo ou comunidade pode identificar, valorizar e nomear o que é o seu Patrimônio. Talvez a nossa função – como profissionais desta área – seria a de gerar subsídios para uma melhor compreensão, através de um conjunto de dispositivos que incluiria até mesmo os documentos produzidos pelo discurso oficial (Carvalho; Scheiner, 2010, p. 457).

E foi Bauche (1754, p. 19) que, primordialmente, teve o bom senso de pontuar uma lógica que justapõe os mapas dos núcleos urbanos totalmente orientados no cerne das bacias hidrográficas, constatando a força da influência do ambiente sobre os empreendimentos humanos. Mantendo a tendência fisiocrata do século XVIII, a filosofia determinista com seus prognósticos funcionais continuaria sua missão norteadora das ‘vocações’ dos lugares e seus moradores ao sabor dos recursos naturais disponíveis<sup>2</sup>. Era a base argumentativa dos estereótipos dos lugares, representando muitas vezes a parte pelo todo, como nas nomenclaturas funcionais de unidades territoriais vastas: Minas Gerais e suas jazidas, Bahia e seu porto natural, Pará (rio: na língua tupi) com a maior foz do planeta, Argentina e seu acesso às minas de *argentum* (Ag: prata na tabela periódica) dos Andes, ou mesmo de cidades como Ouro Preto (MG), Cristalina (GO), Niquelândia (GO), Minaçu (GO).

Ao sabor da evolução das tendências, seja pela estética, seja pelo viés da ciência, a valoração dos desenhos monumentais da natureza começou a imperar no gosto universal a partir da tomada de consciência de suas características estritamente delimitadas em habitats frágeis e ameaçados, ainda em 1972, quando da realização da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), realizada em Digne, na França. Sob esse alicerce, Grigoriev (*apud* Ross, 1990, p. 10), se permitiria combinar

---

2 Obviamente o método imperialista do século XIX se valeria de tal visão até o início do século XX, ao ponto de se confundir a personalidade de cada nação ou colônia de acordo com as riquezas minerais que pudessem ofertar, seguindo a essência do determinismo alemão em voga.

componentes da crosta, da hidrosfera, dos solos da flora e da fauna como peças paisagísticas complementares nas tidas unidades de paisagens naturais.

E duas décadas após o início dos esforços de resguardo desses patrimônios até então marginalizados os profissionais e demais defensores do tema puderam comemorar com uma Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra (Figura8), editada no Primeiro Simpósio Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Geológico, realizado em 1991, em Digne Les Bains, França (Machado; Azevedo, 2015, p. 186):



- 1 - Assim como cada vida humana é considerada única, não é chegado o tempo de reconhecer também a condição única da Terra?*
- 2 - A Terra, nossa Mãe, é base e suporte de nossas vidas. Somos todos ligados à Terra. A Terra é o elo de união entre todos nós.*
- 3 - A Terra, com quatro bilhões de anos e meio de idade, é o berço da Vida, da renovação e das metamorfoses de todos seres vivos. Seu longo processo de evolução, seu lento amadurecimento, deu forma ao ambiente no qual vivemos.*
- 4 - Nossa história e a história da Terra estão intimamente entrelaçadas. As origens de uma são as origens de outra. A história da Terra é nossa história, o futuro da Terra será nosso futuro.*
- 5 - A face da Terra, a sua feição, são o ambiente do Homem. O ambiente de hoje é diferente do ambiente de ontem e será diferente também no futuro. O Homem não é senão um dos momentos da Terra. Não é uma finalidade, é uma condição efêmera e transitória.*
- 6 - Da mesma forma como uma velha árvore registra em seu tronco a memória de seu crescimento e de sua vida, assim também a Terra guarda a memória do seu passado... Uma memória gravada em níveis profundos ou superficiais. Nas rochas, nos fósseis e nas paisagens, a Terra preserva uma memória passível de ser lida e decifrada.*
- 7 - Atualmente, o Homem sabe proteger sua memória: seu patrimônio cultural. O ser humano sempre se preocupou com a preservação da memória, do patrimônio cultural. Apenas agora começou a proteger seu patrimônio natural, o ambiente imediato. É chegado o tempo de aprender a proteger o passado da Terra e, por meio dessa proteção, aprender a conhecê-lo. Essa memória antecede a memória humana. É um novo patrimônio: o patrimônio geológico, um livro escrito muito antes de nosso aparecimento sobre o Planeta.*
- 8 - O Homem e a Terra compartilham uma mesma herança, um patrimônio comum. Cada ser humano e cada governo não são meros usufrutuários e depositários desse patrimônio. Todos os seres humanos devem compreender que a menor depredação do patrimônio geológico é uma mutilação que conduz a sua destruição, a uma perda irremediável. Todas as formas do desenvolvimento devem respeitar e levar em conta o valor e a singularidade desse patrimônio.*
- 9 - Os participantes do 1º Simpósio Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Geológico, composto por mais de uma centena de especialistas de trinta diferentes nações, solicitam com urgência a todas as autoridades nacionais e internacionais que levem em consideração a proteção do patrimônio geológico, por meio de todas as necessárias medidas legais, financeiras e organizacionais.*

Figura8 - Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra. Fonte: 1º Simpósio Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Geológico, Digne Les Bains, França, 1991.

Os anos 2000, mais tarde, poderiam então melhor dispor de definições de Recurso Natural subalternas ao bel impulso de usufruto das necessidades físicas e culturais do esforço das comunidades, bem definidas em espaço-tempo (Venturi, 2006), se permitindo proporcionar tal distinção em relação ao que venha a ser de fato Patrimônio Geológico em sua multiplicidade, que pode ser tangível ou não com uma relação tão dinâmica junto àqueles que dele tentam se apropriar que a mesma se torna, às vezes, ambígua, no trato entre censo útil e preservação.

Como ainda se deparava com incógnitas insistentes, ainda em meados dos anos 2000, alguns especialistas se prontificaram a destrinchar um pouco mais o *modus operandi* desta encruzilhada de conceitos, momento em que Brilha arriscou com a seguinte colocação:

O patrimônio geológico localizado *in situ* (no campo) é denominado de “geossítio”, enquanto os localizados *ex situ* (museus, exposições, centros interpretativos, etc.) passaram a ser designados como elementos do “patrimônio geológico”  
(Brilha, 2005, p. 190).

Aqui se remonta ao conceito de Geoparques, como áreas geográficas únicas e unificadas, onde os locais e as paisagens de significado internacional são gerenciados com um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO). E assim, se conduz por um raciocínio mútuo ao reconhecimento do Programa de Geoparques pela UNESCO (Figura9), em 2015, acompanhando os mecanismos conjuntos de geopatrimônio adequadamente gerido (Machado; Azevedo. 2015. p. 189).



Figura9 – Logomarca da UNESCO Global Geopark. Fonte: UNESCO Brasília, 2021.

Leia-se aqui uma nova concepção de Geoparque, não mais como uma unidade absolutamente intocável, mas que se permita o adequado uso sustentável de seus recursos geodiversos. Formalidade internacional esta que já havia sido antecipada nos domínios do território brasileiro, com a inserção deste reconhecimento aos Geoparques

do Araripe - CE (2006) (Figura10), Seridó - RN (2002) (Figura11), Caminhos dos Cânions do Sul - RS / SC (2002) (Figura12), Quarta Colônia - RS (2003) (Figura13) e Caçapava - RS (2003) (Figura14). O caminho estaria aberto para outras propostas, como o paradisíaco arquipélago de Fernando de Noronha (PE), a Serra da Capivara (PI) com seu acervo arqueológico conjugado a um sertão rústico que sobreviveu ao tempo, dentre outros tantos (Machado; Azevedo, 2015. p. 189-190).



Figura10 – Geoparque Araripe (CE). Fonte: Gov. do Estado do Ceará, 2016.

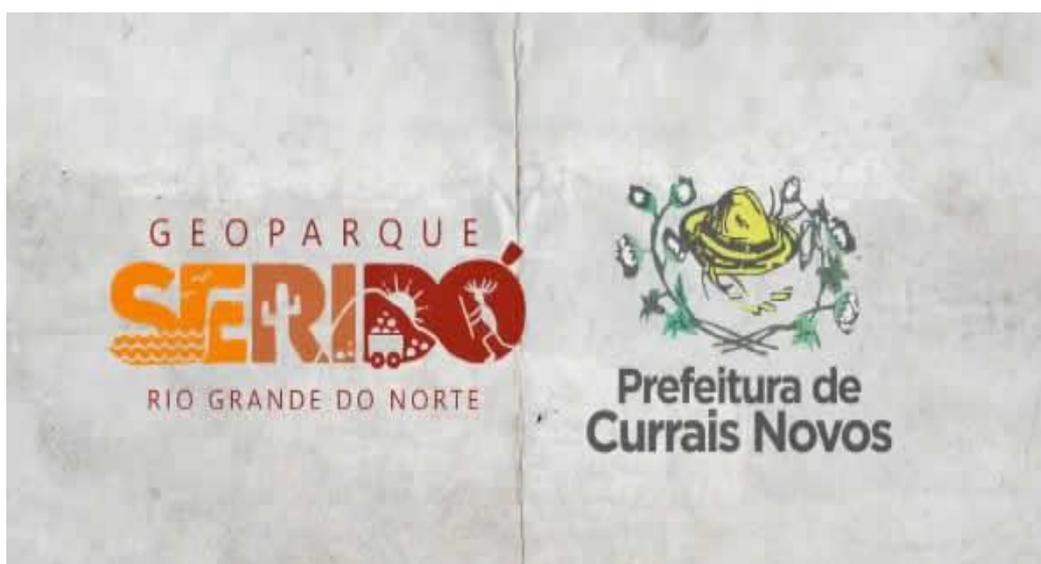


Figura11 – Geoparque Seridó (RN). Fonte: Pref. de Currais Novos – RN, 2022.



Figura12 – Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul-RS/SC. Fonte: Consórcio Intermunicipal Caminhos dos Cânions do Sul – RS / SC, 2022.



Figura13 – Geoparque Quarta Colônia, RS. Fonte: Universidade Federal de Santa Maria / UFSM, 2019.



Figura14 – Geoparque Caçapava – RS. Fonte: <https://geoparquecacapava.com.br/> (2024).

Se deve considerar que em um corpo continental, como se apresenta a complexidade da *Terra Brasilis*, o movimento de mapeamento e reconhecimento de demais sítios como potenciais geoparques acaba que por fluir de forma contínua em cada reentrância do terreno nacional, seja por superfícies virgens ou mesmos suburbanas. Os conceitos eruditos e as dominâncias territoriais já existem e se auto afirmam por si só, se esperando então uma concordância mais adequada entre pesquisadores e comunidades locais na junção das peças que irão resultar em cada novo parque merecidamente reconhecido.

### 1.3 Geoconservação

Uma vez em andamento o senso geral entre as nações do que vinha a ser Geopatrimônio<sup>3</sup>, uma preocupação pertinente se desenhava paralela ao processo: tudo aquilo classificado como bem patrimoniável necessita de uma adequada proteção. E o primeiro passo para se ter uma noção do que se deve resguardar é um levantamento inventarial, como o que foi feito em 1989 com os sítios geológicos conhecidos ao redor

---

3 O Geopatrimônio engloba o conjunto de elementos da geodiversidade que adquirem relevância científica, educativa, cultural ou estética. [...] Compreende locais de importância excepcional para o entendimento da história evolutiva da Terra e atua como espaços estratégicos, uma vez que devido aos elementos da geodiversidade ser a matéria prima para diversos usos necessários para a manutenção da sociedade a conservação da sua totalidade é dificultada. Sendo assim, o geopatrimônio engloba os espaços chave para as atividades geoconservacionistas (Rodrigues; Bento, 2018, *apud* Meira; Nascimento; Medeiros; Silva, 2019, p. 385).

do mundo, pelo GILGES (Global Indicative List of Geological Sites), da UNESCO, e mais tarde no 1º Simpósio Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Geológico, em Digne-Les-Bains, França, em 1991.

Na segunda edição os esforços das discussões sobre proteção ao Patrimônio Geológico se encontraram em Roma, com os seguintes objetivos para o GGWG – Global Geosites Working Group, em 1996, concebido na ocasião:

a) elaborar um inventário global e informatizado dos sítios geológicos de interesse global; b) promoção de uma política de proteção e apoio às ciências geológicas em níveis regional e nacional e c) estabelecer critérios e assessorar as iniciativas regionais e locais para realização de inventários. (Pereira, 2010, p. 24).

Na entrada do milênio Brilha (2005, p. 117-118) discernia o devido ponto de equilíbrio que a Geoconservação se propunha na delicada equação da sustentabilidade em poder reproduzir, sem agredir, o exercício sociocultural e econômico na mesma balança do eixo ambiental. Era a eclosão dos conceitos de valores da Geodiversidade, em suas dimensões intrínseca, cultural, estética, econômica, funcional, científica e educacional.

O valor intrínseco que, de acordo com Gray (2004), aponta como a tentativa de mensurar os elementos geodiversos por seu utilitarismo<sup>4</sup>.

Por sua vez o valor cultural, em seu papel de liga entre a sociedade e as geoformas do ambiente, se ocuparia em melhor relacionar as causas e efeitos dessa dinâmica.

A variedade de escalas e representações permitiria aos sentidos do espectador, em especial na apresentação visual, o apelo do valor estético (Brilha, 2005; Gray, 2004).

No que diz respeito ao valor econômico se consegue objetividade pela incontestável dependência humana a bens como minerais, rochas ou fósseis, seja do caráter de valor agregado financeiro dos metais preciosos, a carência energética, ou a demanda estrutural, dentre outros fins.

E, se desprendendo da previsibilidade das prospecções em escala industrial mineralógica, é o que se constata nos quase que imperceptíveis nichos de jazidas

---

4 Pode ser questionável, chegando a extrapolar a ética. Seria aqui um ponto sensível a ser trabalhado com a devida conscientização do uso sustentável dos elementos da geodiversidade perante sua finitude junto às comunidades dependentes dos mesmos recursos, em um típico exercício de geoética, onde a conservação da natureza é socialmente produzida e está em constante disputa (Castro Júnior *et al.*, 2009, p. 25-65).

pontuais e de extrativismo quase que artesanal, seja de veios de argila de pequenas barrancas para a confecção de cerâmicas exóticas ou pequenas retenções de singelos córregos para a formação de criatórios caseiros de peixes para a comercialização em feirinhas locais. É um desafio a busca pela conciliação da autossuficiência com o mínimo de perpetuação da essência original de determinado atrativo natural do lugar (Pereira, 2006, p.72).

O princípio da função operante que os componentes não vivos possuem nos sistemas ambientais, físico ou biológico, é a base do valor funcional (Brilha, 2005; Gray, 2004). Podendo possuir, duas perspectivas: “[...] *in situ*, de caráter utilitário ao homem; e o valor da geodiversidade enquanto substrato dos sistemas físicos e ecológicos na superfície terrestre” (Brilha, 2005, p. 38-39).

Os geossítios representam a importância do ambiente físico quando pesquisados, despertando o sentido do valor científico na reconstituição da história da Terra, ao mesmo tempo em que a didática, de maneira espontânea, encontra sua zona de conforto na utilização dos elementos abióticos complementando, dessa forma, todo o processo com o valor educacional (Gray, 2004; Brilha, 2005).

Quando conseguir superar a barreira entre o meio acadêmico e a práxis comunidade-natureza cada território poderá estar a meio caminho andado entre as demandas reais e a legislação ambiental, essa ainda por demais teórica, para só assim se utilizar plenamente de uma ferramenta de fato útil para a gestão territorial com políticas públicas que assistam à geoconservação de maneira devida (Pereira, 2016).

#### 1.4 Geoturismo

Não se consegue precisar a origem mais remota da expressão “turismo”, embora para o suíço Arthur Haulot, ao buscar a raiz francesa (*tour*) do atual conceito de turismo (*tourisme*), se pôde encontrar sua procedência no hebraico antigo, com seu milenar significado de “viagem de descoberta, de exploração, de reconhecimento”. E só a partir desta gênese conceitual, o termo evoluiria para o substantivo latino *tornus* (volta) ou do verbo *tornare* (voltar). Inicialmente, significava “movimento circular” e, com o tempo, passou a ser entendido como “viagem de recreio, excursão”; daí para o inglês *tourism* foi questão de tempo e adaptação linguística (Bosisio, 2005; Santos, 2010).

Do caráter militar estratégico, passando pelo olhar prospectivo das riquezas em potencial econômico, até se chegar à busca pela releitura dos territórios com o

entretenimento do visitante como eixo condutor se perpassaram séculos até o momento em que poderia se autodenominar como onda turística da vida contemporânea. Não seria de se admirar pois que, por tradição, as ramificações do universo da atividade turística, antes mesmo da linha gastronômica ou de eventos, deveria encontrar no Geoturismo sua gênese, concedendo às geodiversidades a atração primária que emolduraria as demais correntes contemplativas ou degustativas.

O Geoturismo teria sua primeira referência associada a Thomas Hose em 1995, tendo ele o aprimorado em 2000, significando pelas palavras de Nascimento (2007), em linhas gerais

O segmento turístico voltado para a promoção de benefícios sociais de locais e materiais geológicos e geomorfológicos, assegurando sua conservação tanto para uso de estudantes como de turistas e mesmo de outras pessoas com interesse recreativo e de lazer.  
(Nascimento *et al.*, 2007, p. 5).

Para Azevedo (2007, p. 23) o Patrimônio Geológico se torna o carro chefe no cardápio de atrativos geoturísticos (Figura15), se sensibilizando o visitante à visão conservacionista com o método interpretativo desse patrimônio ao torná-lo acessível aos leigos, dentro de um exercício promocional das Ciências da Terra. Tal esforço de promoção das áreas em questão se serviria dos conhecidos conceitos dos valores intrínsecos, culturais, estéticos, econômicos, funcionais, científicos e educacionais explanados por Gray (2004) e Brilha (2005).



Figura15 - Pedra Goiana, atração geológica da Serra Dourada (Estado de Goiás) destruída nos anos 1960. Fonte: Jornal O Popular (2021).

E uma vez conquistado seu “lugar ao sol” na busca pela valorização junto ao público, demandas de uma catalogação que possa classificar adequadamente tais objetos contemplados inevitavelmente recorrem ao formato museológico por temas bem delimitados. Carvalho (2010) classifica as ocorrências registráveis em três níveis, primando pelo melhor procedimento possível no objetivo da proteção, manutenção e fruição por parte dos visitantes; a saber:

- Afloramentos*, em pequenas ocorrências, no geral de extensão decamétrica;
  - Sítios*, à escala hectométrica: onde o visitante possa circular no seu interior;
  - Paisagens*, à escala quilométrica: quando observa-se a partir de um ou mais pontos de observação.
- (Carvalho, 2010, p. 8)

O Geoturismo é, enfim, um segmento baseado no turismo de natureza que complementa o Ecoturismo, divulgando e valorizando a Geodiversidade, buscando sua apreciação, interpretação, conhecimento e geoconservação (Figura16):

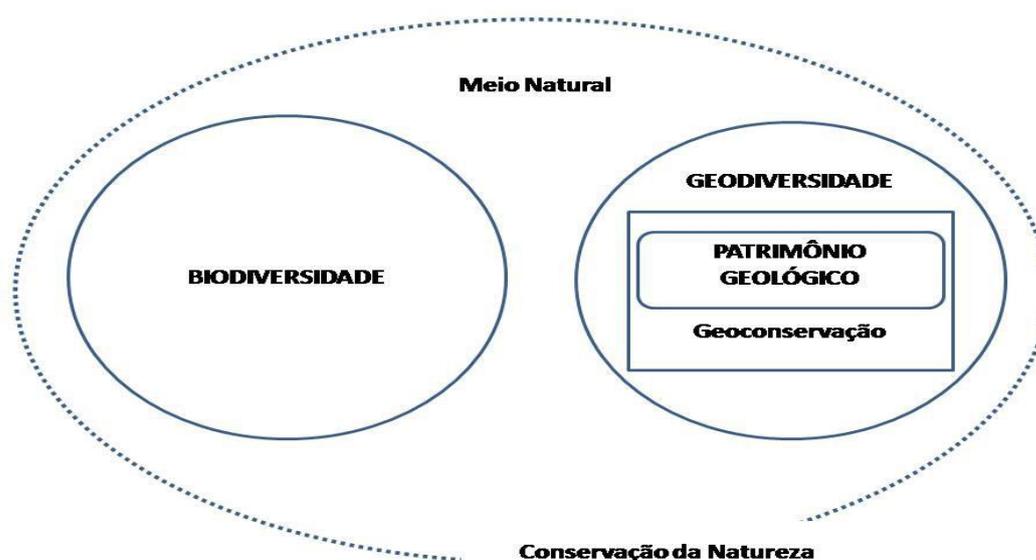


Figura16 - Esquema do papel da Geoconservação dentro da conservação da natureza. Fonte: Bento e Rodrigues, 2010, p. 59.

Existem ainda no Brasil programas voltados a essa temática e com objetivos específicos, todos com apoio do governo federal e/ou estadual, bem como instituições privadas, tais como:

A) a Comissão dos Sítios Geológicos e Paleontológicos (SIGEP). Criada em 1997, essa comissão desenvolveu um processo seletivo que avalia os sítios segundo uma

relatividade mútua dentro de uma tipologia específica (paleobiológico, paleoambiental, petrológico, estratigráfico etc.), tendo como critérios:

- I) sua singularidade na representação de sua tipologia ou categoria;
- II) importância na caracterização de processos geológicos-chave regionais ou globais, períodos geológicos e registros expressivos na história evolutiva da Terra;
- III) expressão cênica;
- IV) bom estado de conservação;
- V) acesso viável; e
- VI) existência de mecanismos ou possibilidade de criação de mecanismos que lhe assegure conservação.

B) Projeto Caminhos Geológicos, de 2000, lançado pelo Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro. Nesses projetos as iniciativas são como alicerce fundamental a transmissão de uma enriquecedora experiência geológica, além de integrar uma proposta educativa e de turismo científico sobre a Geodiversidade. A valorização do patrimônio geológico pode ser atribuída, em especial, por meio de um processo permanente de ampla divulgação, envolvendo a instalação de painéis interpretativos, disponibilidade de conteúdo informativo através de plataformas digitais e/ou por meio físico e, fundamentalmente, de excursões de campo em pontos previamente selecionados.

Dentre outros produtos, Nascimento, Medina e Schobbenhaus (2008) destacam:

- Mapa de Trilhas e Pontos Turísticos do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Bahia (1995);
- Mapa de Infraestrutura e dos Pontos Turísticos do Município de Morro do Chapéu, Bahia (1995);
- Mapa Ecoturístico Geológico do Projeto Porto Seguro - Santa Cruz de Cabralia, Bahia (2000);
- Roteiro Geológico sobre a Coluna White, Santa Catarina (2003);
- Excursões virtuais aos Aparados da Serra - RS (2004) e Quadrilátero Ferrífero - MG (2007).

#### 1.4.1 Declaração de Arouca

Sob os auspícios da UNESCO decorreu no Arouca Geopark (Portugal), de 9 a 13 de novembro de 2011, o Congresso Internacional de Geoturismo – “Geotourism in Action - Arouca 2011”. Em resultado das discussões ocorridas durante este evento a comissão organizadora, de acordo com os princípios estabelecidos pelo Center for Sustainable Destinations – National Geographic Society apresentou-se a “Declaração de Arouca”, que estabeleceu o seguinte:

1. Reconhece-se a necessidade de clarificar o conceito de Geoturismo. Deste modo entendemos que Geoturismo deve ser definido como o turismo que sustenta e incrementa a identidade de um território, considerando a sua Geologia, ambiente, cultura, valores estéticos, património e o bem estar dos seus residentes. O turismo geológico / geomorfológico assume-se como uma das diversas componentes do Geoturismo;

2. O turismo geológico / geomorfológico é uma ferramenta fundamental para a conservação, divulgação e valorização do passado da Terra e da Vida, incluindo a sua dinâmica e os seus mecanismos, e permitindo ao visitante entender um passado de 4,6 milhões de anos para analisar o presente com outra perspectiva e projetar os possíveis cenários futuros comuns para a Terra e a Humanidade;

3. A valorização do Património Geológico deve procurar ser inovadora e privilegiar a utilização de novas tecnologias de informação, de preferência para melhorar o conteúdo veiculado pelos clássicos painéis de informação;

4. Recorrentemente as experiências de valorização e informação do Património Geológico não são inteligíveis pelo público em geral. Normalmente deparamos com autênticos tratados científicos que, ao usarem uma linguagem altamente especializada, implicam a incompreensão dos visitantes e limitam a sua utilidade turística. A disponibilização de informação deverá ser acessível e inteligível para o público em geral, vertida em poucos conceitos básicos e apresentados de forma clara, em resultado da conjugação dos esforços de cientistas, especialistas de interpretação e técnicos de design;

5. Entendemos assim ser tempo de relembrar os princípios básicos de interpretação propostos em 1957 por Freeman Tilden<sup>5</sup> e de aplicá-los ao Patrimônio Geológico:

- Toda a valorização do Patrimônio Geológico que não se adeque, de uma forma ou de outra, à personalidade ou à experiência de vida de um visitante é estéril;

- A informação não é interpretação. A interpretação é uma revelação baseada na informação. As duas coisas são totalmente diferentes, mas toda a interpretação apresenta informação;

- A interpretação de um espaço natural deve provocar e despertar a curiosidade e a emoção muito mais do que ensinar;

6. Encorajamos os territórios a desenvolver o Geoturismo, focado não apenas no ambiente e no Patrimônio Geológico, mas também nos valores culturais, históricos e cênicos. Neste sentido, incentivamos o envolvimento efetivo entre cidadãos locais e visitantes, para que estes não se restrinjam ao papel de turistas espectadores, ajudando assim a construir uma identidade local, promovendo aquilo que é autêntico e único no território. Desta forma conseguiremos que o território e os seus habitantes obtenham integridade ambiental, justiça social e desenvolvimento econômico sustentado.

A viabilidade de se implantar o Geoturismo, sem mencionar os benefícios econômicos, é o fato de promover a Geoconservação, privilegiando um aspecto da natureza que há muito tempo tem sido negligenciado nos projetos de conservação se comparado com a Biodiversidade (Meira; Morais, 2016).

---

5 Em 1957, em sua obra “Interpreting our Heritage”, Tilden definiu Interpretação como sendo uma *atividade educacional que objetiva revelar significados e relações através da utilização de objetos originais*, e assim explanando que o propósito da Interpretação é inspirar e provocar os visitantes para que ampliem seus horizontes. Apresentou o que ficou conhecido como os Princípios da Interpretação: 1- Qualquer Interpretação que não relacione de alguma forma o que está sendo mostrado ou descrito com algo presente na personalidade ou na experiência pessoal do visitante será estéril; 2- Informação como tal não é Interpretação. Interpretação é a revelação baseada em informação; 3- Interpretação é uma arte que combina muitas artes. Toda arte pode ser ensinada; 4- O objetivo principal da Interpretação não é a instrução, mas a provocação; 5- A Interpretação deve atribuir maior importância ao todo e deve ser dirigida ao homem na sua integridade; 6- A Interpretação endereçada às crianças não deve ser uma adaptação da apresentação feita para adultos, (...) para se alcançar melhores resultados será necessário um programa em separado. (Tilden, 2006)

## 1.5 Geoeducação

O ano de 2022 pôde experimentar um marco na conquista pela divulgação e popularização dos estudos abióticos ao se declarar, por iniciativa da comunidade acadêmica e de alguns seguimentos governamentais, o dia 06 de outubro como o Dia Internacional da Geodiversidade (Figuras 17 e 18). Num consenso quase que geral se reconhece o papel protagonista da Educação, leia-se principalmente básica, na fixação e envolvimento da sociedade a par dos esforços em ensino, pesquisa e extensão ao tema.

Figura 17 – Primeira imagem abaixo, cartaz do Dia Internacional da Geodiversidade. Fonte: ASGMI-Asociación de Servicios de Geología y Minería Iberoamericanos, 2022.

Figura 18 – Segunda imagem abaixo, cartaz de evento sobre o Dia Internacional da Geodiversidade. Fonte: Universidade de Coimbra, 2022.



Uma trajetória de construção de conceitos valorativos já vinha sendo talhada sobre os trabalhos desenvolvidos acerca da Geodiversidade e que seriam dignos de uso como instrumentos didáticos na absorção do assunto pelas futuras gerações. Distinções de termos básicos tornaram-se mister, como na tentativa de se dispensar a devida significância, por exemplo, para o conceito de Patrimônio Natural e Patrimônio Construído<sup>6</sup>.

E como não só de ‘mãos de gente’ se depende para que a experiência de contemplação monumental possa ser usufruída pela população, o Decreto-Lei 19/93 de 23 de janeiro de 2010, expedido pelo Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais de Portugal criava naquela ocasião a figura legal de Monumento Natural (Figura19), ou Geomonumento, sendo o mesmo entendido como uma ocorrência geológica, ou geótopo, que possua um potencial, ou bagagem, de sentimento de apropriação da opinião pública local fazendo parte, por sua vez, da memória do lugar a que pertença.



Figura19 - Serra Dourada, trecho da Vista da Cidade de Pedra. Fonte: Trabalho de Campo, p. 231, 2019. Revista Territorial, Cidade de Goiás, v. 10, n. 1, p. 224-236, 2021.

---

6 Sendo o Patrimônio Natural a Geodiversidade em si, enquanto que o Patrimônio Construído seria todo o produto humano, se manifestando este em sua forma material ou imaterial.

Ressaltando que há determinados geomonumentos que possuem um grau de significância tão intenso que sua reputação e afetividade extrapolam os domínios territoriais municipais, estaduais, federais ou mesmo internacionais. E assim nascem os ímpares patrimônios geodiversos da Humanidade, exemplificados em titãs como o Grand Canyon (EUA) (Figura20), as Cataratas de Foz do Iguaçu (Paraná, Brasil) (Figura21), a Capadócia (Turquia) (Figura22) ou a Chapada dos Guimarães (Mato Grosso, Brasil) (Figura23), este último conferindo a um trecho do Cerrado do Centro-Oeste brasileiro - o título de Centro Geodésico da América do Sul; todos, inclusive, arrastam sob seus domínios multidões de curiosos, em sua maioria estudantes, num misto de assombro e tentativa de compreensão.

Figura20 – O Grand Canyon.



Foto: Frederico Reimers, 2022.

Figura21 – As Cataratas de Foz do Iguaçu.



Foto: Patrícia Schussel Gomes, 2023.

Figura22 – A Capadócia.

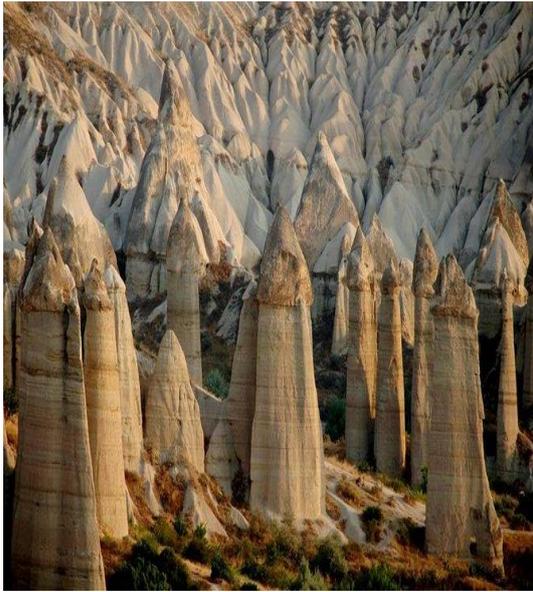


Foto: Pupa Travel, 2022.

Figura23 – A Chapada dos Guimarães.



Foto: Vivalá, 2024.

E uma vez despertada essa sanha pela compreensão, seja acadêmica ou meramente curiosa, das relações combinadas de causa e efeito da força dos elementos na natureza selvagem através de eras imemoriais que culminam em “obras de arte” ciclópicas, se está lançada então a oportunidade das pedagogias geodiversas entrarem em cena.

Tal deslumbramento do educando precisa ser devidamente conduzido desde os anos iniciais da Educação Básica, desmistificando superstições e demais conceitos errôneos, primeiramente sobre a própria estrutura geológico-geomorfológica-pedológica em que habitam comunitariamente, para em seguida ampliarem sua visão sob esferas de aprendizado num próximo estágio mais macro.

Albuquerque (2018) propõe, em organograma, um ensaio metodológico como o caminho didático para tal destrinchamento, partindo de uma distinção inicial entre a Biodiversidade, e sua jurisdição nos caminhos da Biologia, e a Geodiversidade, para só então se alavancar desta última os seus próprios elementos (mineral, rocha, fóssil, relevo e solo) e valores (intrínseco, econômico, funcional, estético, cultural, científico e educativo), para então se alcançar a noção do que viria a ser de fato um Recurso Natural, conforme as formas de sua apropriação econômica e/ou cultural, que pode ser conduzido a impactos e conflitos que não raro costumam ser o cerne de muitas questões do olhar dos alunos sobre o tema.

E não só de aula de campo <sup>7</sup>/ trabalho de campo<sup>8</sup>, o educador se serviria nestas explicações, junto aos próprios parques e sítios diversos em estudo pela classe, como também, e de preferência em ordem primeira, uma abordagem prévia laboratorial através de equipamentos didáticos conceituais sobre os geossítios<sup>9</sup> a serem visitados, tais como mapas, fotografias, maquetes e rochários (estojos / mostruários) (Figuras 24 e 25), estes com um mínimo de exemplares de rochas possivelmente encontráveis nos domínios da área a ser conhecida *in loco* num segundo momento, capacitando a rápida familiarização do estudante com as “pedras” (rochas), tipos de solo e demais minerais passíveis de serem encontradas no momento do trabalho de campo / aula de campo.

Figura24 - Rochário com amostras do território goiano.



Fonte: Laboratório de Rochas e Minerais da UFCAT - Universidade Federal de Catalão – GO, 2012.

Figura25 – Atividade sobre a composição de elementos estruturantes da paisagem – Geodiversidade e Biodiversidade.



Fonte: Albuquerque, 2017.

7 A Aula de Campo tem sido descrita como uma forma de levar os alunos a estudarem os ambientes naturais, objetivando perceber e conhecer a natureza por meio dos diversos recursos visuais, ou seja, levá-los ao ambiente propriamente dito para estimular os sentidos de forma lúdica e interativa. Nas matérias relacionadas com Ciências, torna-se imprescindível um planejamento que articule trabalhos de campo com as atividades desenvolvidas em classe, na busca de um ensino de qualidade (Viveiro e Diniz, 2009).

8 Enquanto recurso didático, o Trabalho de Campo é o momento em que podemos visualizar tudo o que foi discutido em sala de aula, em que teoria se torna realidade, se ‘materializa’ diante dos olhos estarecidos dos estudantes, daí a importância de planejá-lo o máximo possível, de modo a que ele não se transforme numa ‘excursão recreativa’ sobre o território, e possa ser um momento a mais no processo ensino/aprendizagem/produção do conhecimento (Marcos 2006, p.6).

9 Os Geossítios representam as ocorrências *in situ* de partes da geodiversidade de alto valor científico que, em conjunto com as correspondentes ocorrências *ex situ* (coleções de museu) constituem o Patrimônio Geológico (CPRM Serviço Geológico do Brasil, 2016).

Discernir a conexão entre a gama teórica, o chão da escola e o ato da extensão do aprendizado rumo à comunidade do educando pode exigir do discente uma devida sensibilidade do momento exato para tanto.

Perante uma geração deste terceiro milênio constantemente acoplada aos recursos virtuais a ação em campo e seus elementos palpáveis é uma oportunidade ímpar para que o integrante da comunidade mais íntimo da escola, ou seja os jovens alunos, possam não só serem apresentados aos componentes paisagísticos e amostragens tangíveis, em que raramente poderiam presenciar em sua realidade pessoal, como também eles próprios poderem surpreender ao contribuírem também com sua bagagem familiar com relatos bem vindos para a troca de vivências do meio comunitário em concomitância com o ineditismo que possam experimentar nos trabalhos de campo.

De modo que a natureza possa ser assimilada pelo estudante/pesquisador como um componente em constante processo de movimento sob a perspectiva geo-histórica, então o espaço se é concebido como uma realidade relacional envolvendo a natureza e a sociedade mediados pelo trabalho (energia), técnicas, tecnologias e, evidentemente pelo conhecimento, como bem o definiu, dentro dessa perspectiva, Saquet (2003, p. 77 apud Milton Santos, 1988). E como o mesmo autor complementou, ainda parafraseando Milton Santos, que “o gastar energia no trabalho, é o grande mediador da relação sociedade-natureza, na qual há ‘objetos naturais’ e ‘objetos sociais’ em movimento permanente, heterogeneidade do ‘espaço habitado’, expansão da população, urbanização, hierarquias, fixos e fluxos”.

E pois, sob a inércia dessas duas últimas forças, seja na permanência das paisagens ou costumes, seja na fluidez das intempéries ou reordenamentos comunitários, há de se afirmar uma devida superação da dicotomia Geografia Física versus Geografia Humana, em interdependência no sistema. O que é incontestável também no Goiás, tanto em sua plenitude estadual quanto, e muito notadamente, em sua parcela local, como se poderá constatar, pelos próximos capítulos, ao longo dessas escalas até o microcosmos do Córrego Chapéu de Padre e seus atores geo-históricos na Cidade de Goiás.

## Capítulo 2 – Generalidades do território: do embrião do lugar ao horto botânico

“[...] a história ambiental, como ciência social, deve sempre incluir as sociedades humanas, mas também reconhecer a historicidade dos sistemas naturais”

(Pádua, 2001)

### 2.1 O embrião do lugar

Berço do povoamento do Centro-Oeste brasileiro desde o desbravamento bandeirante do século XVIII, a porção goiana do Vale do Rio Araguaia, do qual pertence o Vale do Rio Vermelho que é a microbacia a que pertence o objeto de estudo deste trabalho, em específico o Córrego Chapéu de Padre, se merece uma explanação básica da morfologia peculiar deste território. Para se interiorizar de forma mais adequada a formação de cada torrão do universo vilaboense, terminologia ao que se venha originar da Cidade de Goiás, é primordial uma familiaridade básica com seu alicerce geodiverso e histórico.

Situado no *heartland cerratense*<sup>10</sup>, o município de Goiás, carinhosamente chamado de ‘Goiás Velho’, topônimo do termo geológico ‘Grupo Goiás Velho’ em seu enclave de Greenstone Belt também conhecido como Faixa Serra de Santa Rita (Danni, 1988; apud Tomazzoli, 1992, p. 56), e diga-se de passagem um termo até pejorativo para os habitantes mais tradicionais, é considerado o mais pioneiro de todos os empreendimentos da cultura lusitana dos tempos coloniais dentro dos domínios do Planalto Central, símbolo da quebra do Tratado de Tordesilhas pelo bandeirantismo, contrariando o projeto espanhol no centro geodésico da América do Sul.

Com o clima do tipo transição do tropical semiúmido para semiseco, uma vez localizada de maneira equidistante leste-oeste entre Brasília/DF (semiúmido), no Planalto Central, e Aragarças/GO (semiseco), no Vale do Araguaia (Brito; Novais, 2017, pp. 4 e 5), com altitude média da ordem de 400 m, a sede desse município localiza-se na coordenada: 15° 55’ 26’’ (S) e 50° 08’ 25’’ (W) (Figura26)

---

10 Aqui se tomando emprestado tal termo, com a devida cautela, muito mais pelo posicionamento central no ‘coração do continente’ do território goiano do que pela doutrina imperialista-utilitarista dos recursos locais disponíveis como se era defendido pelo estadista britânico Halford John Mackinder em seu *The Geographical Pivot of History* (1904)



Figura 4: Mapas: Brasil, Estado de Goiás e Município de Goiás.  
 Fonte: Base digital: SEPLAN, 2010. Org.: CARNEIRO, K. C.; DIAS, C., 2014.

Figura26 - Fonte: Carneiro, K. C. Política pública patrimonial em Goiás-GO: O Programa Monumenta/BID (1995 A 2013) & Recuperação dos Imóveis Privados. Tese (Doutorado em Ciências, Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p. 64.

Uma interessante pormenorização dessa ousadia sertaneja é descrita no relatório da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o “Anhanguera”, conforme transcrito por Silva e Souza, no já longínquo ano de 1849:

“[...] associados com uma comitiva de mais de duzentas pessoas, trazendo dois religiosos de São Bento (beneditino) e São Francisco (franciscano), Frei George e Frei Cosme, para lhes ministrar os socorros espirituais”. Logo, não havia padres jesuítas; talvez o grupo estivesse se resguardando da ciência da Espanha de que portugueses estavam avançando sobre o Tratado de Tordesilhas, uma vez que a Companhia de Jesus era de origem espanhola, em uma típica estratégia discreta de tomada de território para em seguida recorrer-se ao Uti Possidetis em favor dos lusitanos no planalto brasileiro

(Silva e Souza, 1849, p. 433).

Um detalhe curioso é a confirmação da localização exata do traçado do referido tratado sobre a cidade de Olhos D’Água de Goiás, a aproximadamente 52 quilômetros a oeste do Distrito Federal, na altura do Meridiano 48° 35’ 25’’ W, conforme registrado por Paulo Bertran em seu já clássico acadêmico “História da terra e do homem no Planalto Central” (1995) (Figura27).



Figura27 - Logo do marco do Tratado de Tordesilhas na cidade de Olhos D'Água de Goiás. Fonte: Paulo Bertran, 1995.

E quanto à primeira abordagem ao povo nativo codinominado Goyá, cuja originalidade do nome definiria a graça do batismo de registro daqueles quase infinitos sertões, seguindo a típica metodologia utilitarista a serviço do metalismo da Coroa Portuguesa, o mesmo Silva e Souza (1849, p. 437) explica que: “[...] prevaleceu contudo o estratagem do capitão-mor regente (Anhanguera), que lhes prendeu as mulheres (índias goyá), e prendendo-as triumphou, e os fez mostrar os lugares em que tinham achado as folhetas de ouro que serviam de adorno as suas mulheres”.

De forma abrupta esse misterioso povo originário do noroeste goiano desapareceu na brevidade de duas décadas de dominação branca, “[...]a nação goyá fugiu aos seus perseguidores” (Silva e Souza, 1849, p. 438), jamais sendo possível rastrear seu novo paradeiro. E tão incógnito quanto seu fim foi a gênese dessa etnia, nos restando algumas teorias de uma genealogia que poderia remontar além das fronteiras brasileiras:

Através da recopilação de supostos documentos esparsos e da interpretação de depoimentos orais, Vasconcellos reconstruiu diacronicamente a transumância do povo goyá até chegar aos sertões do Centro-Oeste. O autor menciona a nascente do rio Orenoco (Venezuela) como seu habitat primitivo. [...] expõe que os goyá eram pacatos, iniciados na agricultura e na cerâmica, e teriam francamente atingido a posição imitativa dos maias, sob cuja influência remota despertaram, se em meio da evolução não fossem bruscamente interrompidos pela invasão dos caraíbas. Os goyá, aterrorizados, largaram então em grandes massas a terra do Orenoco, e transpuseram o Amazonas, vindo se instalar no Araguaia [...]

(Quintela, 2006)

Poderia se especular daí uma remota raiz etmológica do nome ‘goyá’ à região do Planalto das Guianas, de onde nasceria o Rio Orenoco, lugar inclusive, onde se encontra a savana venezuelana, variante quase que caribenha do Cerrado, o que teria favorecido a familiaridade deste povo ao Planalto Central Brasileiro. Além do que há ali um raro fenômeno geomorfológico que é a bifurcação que dá origem ao Canal de Cassiquiare, com seus 326 km de comprimento que desencadeiam uma conexão entre a margem esquerda do Rio Orenoco e a margem direita do Rio Negro, interligando a bacia orinoquiana à bacia amazônica, essa em território brasileiro (Humboldt, 1852).

Pode ter sido a partir deste corredor hídrico que os migrantes do povo goyá se deslocaram até ganhar as águas do Rio Amazonas e, a partir de uma certa logística, ter descido seu leito até um de seus afluentes, o Rio Tocantins, para só então se poder entender como teriam alcançado as plagas da Bacia do Araguaia no Brasil Central.

Era crença corrente no século XVI os colonos ouvirem histórias de que no interior do continente sul americano haveria a fábula de uma nação de pigmeus, reconhecidos mais tarde como os próprios goyá (Holanda, 1936). Aparentemente apresentavam uma compleição física distinta dos demais grupos locais originais, como caiapós, carajás, xavantes ou bororos (Figura28): “Nação mais branca que o ordinário dos índios desta capitania, e domiciliária no lugar da vila e pelas vizinhanças da Serra Dourada, pacífica e já extinta” (Silva e Souza, 1849, p. 495).

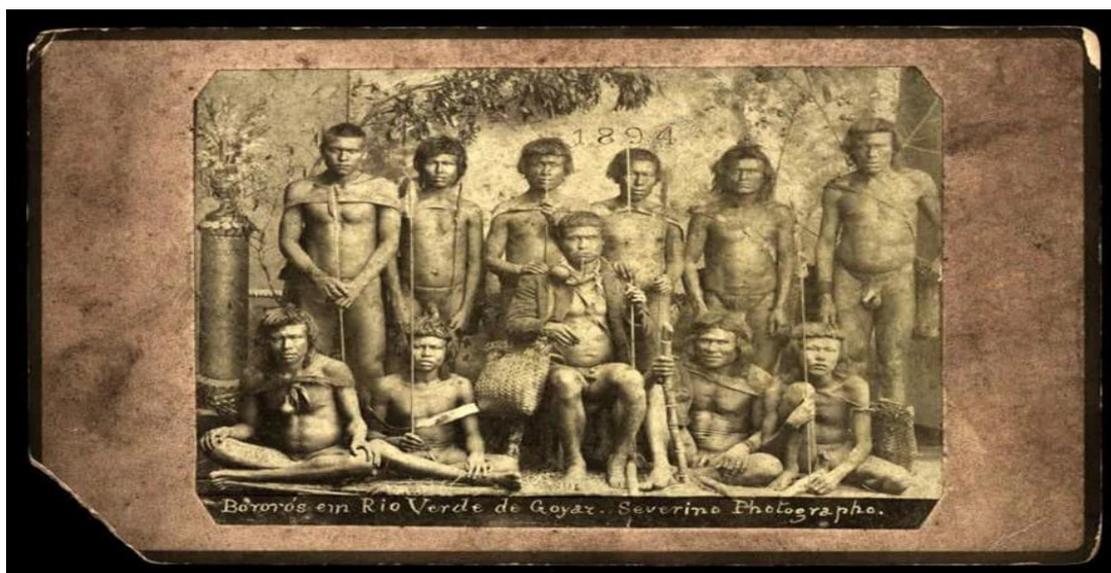


Figura28 - Registro de Bororos em Rio Verde – GO em 1894. Fonte: Iêda Vilas Boas, 01/03/2021.

## 2.2 Entre raízes e pedras

Considerando-se a anatomia desta porção do Brasil continental o exercício de decifrar as peculiaridades do Bioma Cerrado e suas aptidões junto às intervenções humanas torna-se uma tarefa, até certo ponto, menos incerta. Há que se evocar Troll (1968, apud Scheiber, 1990, apud Pellegrino, 2006, p.7) com sua Ecologia da Paisagem, à qual definia como “o estudo de uma complexa rede de causa e efeito entre comunidades vivas (biocenoses) e as condições ambientais preponderantes em seções específicas da paisagem”; em suma, fragmentação, isolamento e conectividade em ambientes naturais antropizados.

E imergindo nas capilaridades da geodiversidade da região do caso em questão, Almeida (2002, p. 54-55), procura destrinchar aos leigos a anatomia ainda pouco registrada do Cerrado, com suas vastas superfícies planas, entre fragmentos rochosos cristalinos e sedimentosos, ao passo que se entalha por vertentes bem inclinadas, por onde o elemento humanoide se embrenhou. Nas linhas de Coelho (1997), tal qual escultores lavrando maciços de mármore, os mineradores de outrora se impunham a esses terrenos hostis

Adaptando-se à conformação irregular do terreno, seguiam as meias encostas, acompanhavam as curvas impostas pelos cursos d'água ou lançavam-se de cumeada, já que as regiões ricas em depósitos auríferos são caracterizadas por uma topografia marcadamente acidentada

(Coelho, 1997, p.73)

E assim mesmo que se se traçou o fio condutor de cada praça da ocupação colonizadora neste território, com povoações, outrora acampamentos, obedecendo a cadência de intervalos em distâncias que se acoplassem ao limite de alcance não só de um dia intenso de caminhada dos desbravadores como também tendo como primícias as margens de vertentes repositoras de energia para o prosseguimento do mapeamento daqueles grandes vazios semiáridos. O que não foi diferente no caso de Vila Boa de Goyaz.

### 2.2.1 - Do relevo e hidrografia

Com datação do começo do Terciário, as planuras esculpidas, com suaves elevações nas montantes de pequenos cursos d'água não são raras nos domínios dos chapadões que, segundo Ab'Sáber (2003, p.37), é onde ocorrem os solos cristalinos já degradados nas cimeiras dos platôs em que se pontilham as arboretas anãs do Cerrado;

bem ali onde predominam interflúvios e vertentes suaves para esses diferentes tipos de plantas regionais: “Mesmo nos canais de escoamento laterais aos chapadões e de reduzida extensão permanece uma espécie de linha úmida d’água, quase superficial, atravessa toda a estação seca do meio do ano. Esse lençol d’água também sofre variações, de um a quatro metros no subsolo superficial dos Cerrados, continuando, porém, tangente à superfície da topografia, o que alimenta as raízes da vegetação lenhosa nessa área” (Ab’Sáber, 2003, p. 38).

De fato, uma compleição topográfica favorável a escoamentos que alimentem a dinâmica hídrica que consolida tal sistema biogeográfico com o codinome de ‘Berço das Águas’. Outro termo que também tem sido utilizado para se referir ao Cerrado é o de “Guarda-Chuva” (Figura29), pois, de acordo com Caldas (2014), numa reportagem realizada com Jorge Enoch Furquim Werneck, pesquisador em Hidrologia da Embrapa Cerrados, “por estar em área alta e central, o Cerrado é a origem das grandes regiões hidrográficas brasileiras e do continente sul-americano, fenômeno apelidado de Efeito Guarda-Chuva”.

O “efeito guarda-chuva” representa a ocorrência de nascentes situadas em áreas de altitudes mais elevadas, no território nacional, que alimentam cursos d’água de diferentes regiões hidrográficas, contribuindo para a formação da rede hídrica local e regional. De tal modo, o Cerrado é considerado o local de origem das grandes bacias hidrográficas brasileiras e sul-americanas (Lima; Silva, 2008a), devido à sua contribuição hídrica subterrânea e superficial. (De Souza; De Oliveira; Mustafé; Nunes; De Moraes. 2019, p.3)

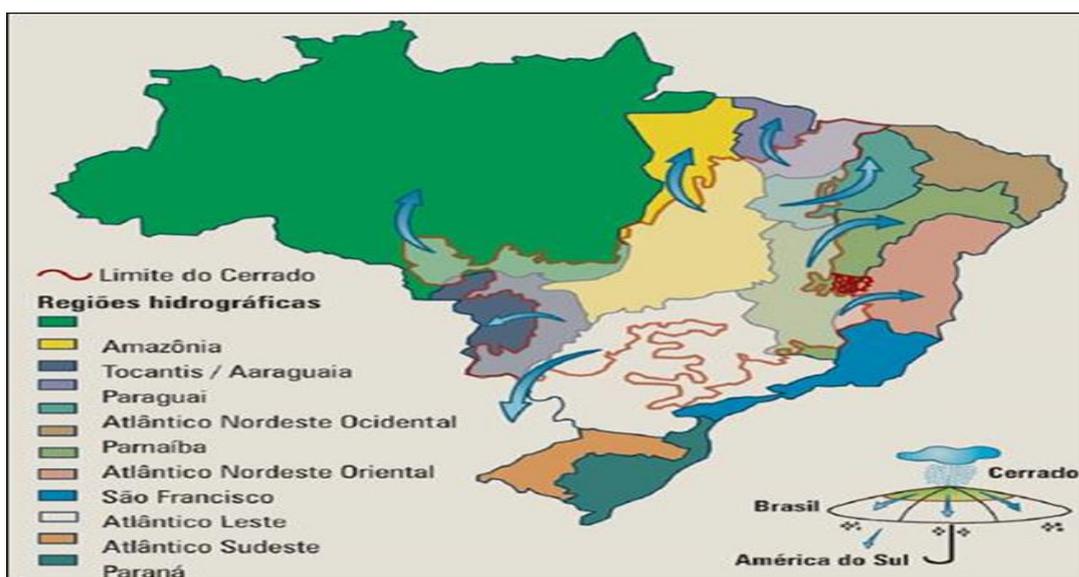


Figura29 - Representação da área contínua do Cerrado no contexto das regiões hidrográficas brasileiras, 2011. Lima, Jorge Enoch Furquim Werneck (2011). (De Souza; De Oliveira; Mustafé; Nunes; De Moraes. p.3, 2019)

Almeida (2002) discorre sobre o soerguimento do Escudo Brasileiro, desenvolvido ao longo do Período Pós-Cretáceo, como a força de conformação da hidrografia do Centro-Oeste, que com seu abalamento possibilitou o disperçamento de redes hidrográficas como a amazônica, a tocantina, a platina e em menor escala a sãofranciscana.

E como não só de água se compõem esses domínios os solos dos mesmos são contemplados por praticamente todos os sistemas geológicos, com 50% de origem Pré-Cambriana e 30% do Cretáceo, com uma gama de elementos químicos rochosos essenciais à flora local e, conseqüentemente, à agropecuária que por essa mesma razão acabou por adotar essas vastidões como seu laboratório tradicional no cenário econômico-cultural da nação; afinal, uma base cristalina, conjugada com cinturões de rochas verdes, universalmente conhecidos como *greenstone belts*, em meio a faixas de dobramentos, na intersecção da região central dos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Almeida, 2002), sempre fez o seu papel de pilar para a variedade de exemplares rochosos magmáticos, metamórficos e sedimentares de idades e formações diversas no *core* do Cerrado, como um autêntico ‘cardápio’ geoquímico substancioso com seus nutrientes minimamente necessários, seja para a flora nativa ou mesmo exótica.

Seria inegável que existe um enigma na complexa estrutura geológica do município de Goiás, com uma estratificação que expõe camadas com ingredientes que perpassam idades entre o Pré-Cambriano e o Arqueano, revelando um mosaico de idades e eras (Berquó, 2009, p.48).

### 2.2.2 - Da ocupação

Ao que tudo indica os primeiros moradores portugueses destas tríplices encostas na intersecção dos morros do Cantagalo e Dom Francisco com o sopé norte da Serra Dourada, tiveram a surpresa privilegiada de se deparar com solos quartzíticos e quartzo-cloríticos entremeados de xistos (Berquó, 2009), sendo este último componente comum na região do Rio Douro, no norte de Portugal, de onde provinham boa parte dos pioneiros setecentistas em Goiás, sendo que tal mineral é tradicionalmente propício para a prática da viticultura, tão comum naquela porção setentrional ibérica, experiência de cultura local essa que será abordada mais adiante neste trabalho.

É uma lógica que obedece, via de regra, a influência das ‘paisagens naturais’ que dominam os tecidos dos centros patrimoniais tombados pela Unesco (2007), como explica Castriota (2013)

a manutenção do tecido social, do conhecimento tradicional, dos sistemas de uso da terra e das práticas nativas são essenciais para a sua sobrevivência. As paisagens naturais seriam, a seu ver, aqueles lugares por excelência onde ‘se pode aprender sobre a relação dentre o povo, a natureza e os ecossistemas e como isso conforma a cultura, a identidade e enriquece a diversidade cultural e biológica.

(Castriota, 2013, p. 272-273).

Coelho (1997, p. 99), faz um comparativo da maneira de crescimento dos núcleos povoadores no Brasil Colônia: no Litoral se dava de cima para baixo rumo ao mar, segundo a lógica das moradias serem construídas após a fortificação no ponto mais elevado; enquanto que na Sociedade Mineradora do interior de Minas e Goiás se dava de baixo para cima, tendo início no curso do rio com seus veios auríferos, subindo perifericamente as encostas dos vales. O mesmo autor ainda se esforça em exaltar a disposição da lógica lusitana num estilo próprio de aproveitamento das especificidades da paisagem das minas aliando estética, topografia e praticidade

São ruas e espaços abertos característicos tanto do desenho medieval cristão quanto do árabe, que em determinados momentos permitem, ou mesmo promovem, a visualização estratégica de um ou outro monumento não por acaso edificado sobre um outeiro, um terreno rochoso ou mesmo ao longo de uma rua, misturado ao casario, implantado de forma a permitir um ângulo de visão que valoriza suas formas e dimensões.

(Coelho, 1997, p. 103).

Essa peculiaridade vernacular que zingra as adversidades dos maciços continentais fica ainda mais evidente quando se aventura em traçar um paralelo entre o método espanhol e o português de riscado de redes urbanas entre os séculos XVI e XVIII nas Américas, como de dispôs Castriota (2013, p. 268). O autor, ao pontuar as cidades hispano-americanas com um centro único, organizado em torno da ‘Plaza Mayor’ que era definida em malha e com limites muito precisos, distinguindo-se claramente entre o urbano e o rural, exalta a distinção da cidade portuguesa com um contorno impreciso, fundindo o urbano e o rural, à medida em que a cidade ficava menos densa quando se caminhava para a periferia.

Coelho (1997, p. 94) atesta a maneira confusa da Coroa Portuguesa em distribuir e conceder terras públicas, tanto urbanas como rurais, como implicação de certa

indefinição no que se relaciona aos limites da vila e em sua relação com o espaço rural circundante, resultando mais adiante em desafios urbanísticos de difícil solução. Um reflexo geométrico desse proceder seria a tendência ‘triangular’ dos largos de Vila Boa de Goyaz sob o efeito de cruzamentos de vielas submetidas a uma demasiada economia de espaços de lotes estreitos e casas sobrepostas se anteparando aos declives e acíves das ruas.

Até se tentou imitar toscamente a formatação das ‘plazas mayores’ na capitania goiana, entre as décadas de 30 e 40 do século XVIII, ao se criar o Largo da Cadeia que, como menciona Coelho (1997, p. 95, apud Bertran, p. 50), retificava um padrão de casas que deveriam se dispor em torno de um paço oficial composto pelo poder legislativo, judiciário e militar, este último na Figurado Quartel do XX; o que não prevaleceu, uma vez que o poder executivo se instalaria no Palácio Conde dos Arcos, em 1749, em outro centro de poder daquele núcleo urbano, desta vez clerical: o Largo da Matriz.

E assim seguiu-se o fluxo característico das tecnologias construtivas coloniais na embrionária comunidade goiana setecentista obedecendo, segundo Castriota (2013, p. 73), um conceito de simplicidade, austeridade, pureza e bom uso dos materiais; o que acabou por induzir na arquitetura moderna uma certa identificação com o que reconheceu como traços operacionais comuns.

Essa percepção afloraria nos meios acadêmicos logo após a onda modernizante dos anos 60, sendo adotada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937 (auge da transferência da Capital para Goiânia) que

considerava a tese de que somente a Arquitetura Barroca (século XVIII) e a Arquitetura Moderna (século XX) seriam dignas de registro como autenticamente brasileiras. Possuía um conceito do valor artístico acima do valor histórico, servindo a estética. Idealização dos objetos tombados desconsiderando a história real: população subordinada a visão idealizada, sem poder ser considerada também como referência.

(Castriota, 2013, p. 74)

Logo, esse teria sido o fio condutor da lógica da preservação do Chafariz de Cauda (em estilo barroco) paralela à construção do Hotel Vila Boa (em estilo moderno), nos anos 70, que teria sua permissão de edificação pela interpretação de que no Morro Chapéu de Padre não haveria, em tese, elementos coloniais do século XVIII; o que, inclusive, se deu de forma tão omissa que acabou por ignorar, e mesmo anular, o velho Fosso do Moreira, da época da colônia com suas paredes de seixos e tampo de madeira

que vinham resistindo até a ocasião da empreitada do hotel. Uma perda irreparável para a comunidade local no que diz respeito ao acesso à água no extinto fosso.

### 2.2.3 - Do solo

Os predicados pedológicos do lugar foram exaltados por Taunay (1875, p. 65): “Enfim, a província de Goyaz é extremamente produtiva de vegetais, tanto para alimentos, como para curativo; e se não se encontram em maior abundância, atribua-se a culpa aos homens e não às terras, porque estas são ubérrimas [...]”.

Conforme Cançado (2007, p. 35) o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (Figura30) aponta que o tipo mais comum de solo na plataforma do Cerrado é o Latossolo, conhecido por sua acentuada profundidade, boa drenagem, com uma intensidade notável de ação das intempéries e da lixiviação, lhe conferindo um teor de argila mediano pra alto, e, seguindo o levantamento do Departamento de Ciências dos Solos da UFLA (Universidade Federal de Lavras), pode ser classificado em latossolo vermelho férrico, latossolo vermelho não férrico, latossolo vermelho amarelo, neossolo quartzarênico, e cambissolo e neossolo litólico.

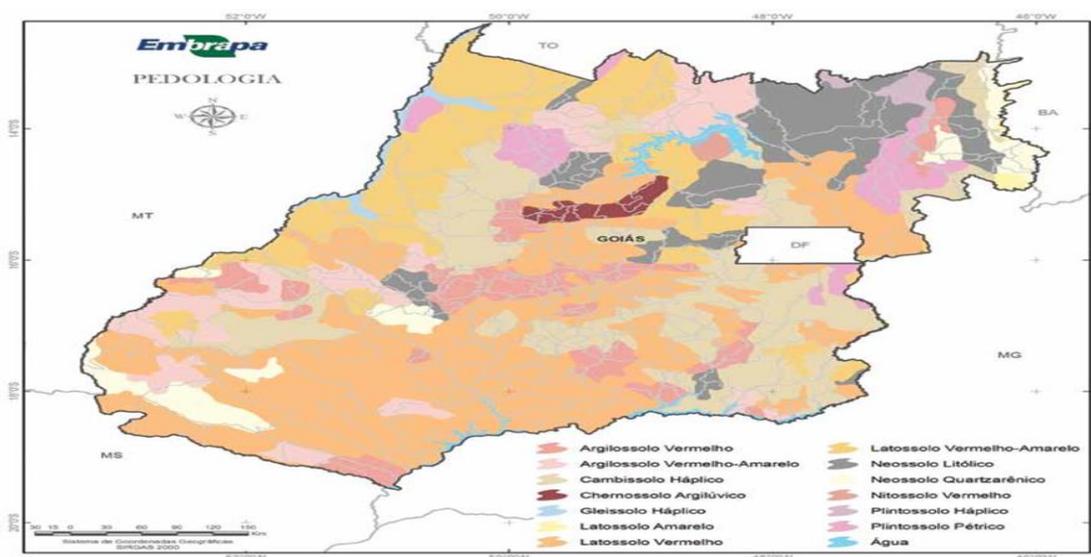


Figura30 - Distribuição das classes de solo no Estado de Goiás. Fonte: Embrapa, 2015, p. 38.

Embora sendo muitas vezes estereotipado como uma superfície pedológica latossólica, tipo marcante nos terrenos goianos, o solo predominante desta antiga cidade

é de fato o amarelado e cravejado por cambissolo<sup>11</sup>, ingrediente por excelência das declividades do Centro Histórico e de elevações como o Morro Chapéu de Padre, devido aos quartzitos e gnaisses se apresentarem como as rochas mais comuns nesse sítio e, como se sabe, tais elementos minerais não costumam gerar latossolos. Tanto que a chamada ‘terra vermelha ou laranja’ só começa a ser visualizada bem no limite noroeste do perímetro urbano, na altura entre o Cemitério São Miguel e a Igreja Santa Bárbara, tidos como a ‘saída dos fundos da cidade’.

A falta de terras vermelhas mais orgânicas, menos pedregosas e de uma declividade mais regular, que contribuiriam com predicados mais agricultáveis, levou o cidadão de Vila Boa a buscar lavrar suas roças um pouco mais distantes do núcleo desse vale, o que explicaria as frentes de lavouras e pastagens dispersas na região, num raio de dezenas de quilômetros, com base para distritos que mais tarde se tornariam municípios emancipados, como Itaberaí, Itapuranga, Araguapaz, Faina, dentre outras fazendas experimentais, o que, segundo Godoy (1943, p. 223-228), seria denunciado como um dos elementos justificadores do processo de mudança da capital, a mais de cem quilômetros de distância, para o município de Campinas de onde brotaria Goiânia: “É igualmente, necessário que se faça referência à fertilidade dos terrenos [...]. Vi alguns milhares [...]. Em suma, as plantações e o gado que pude ver, indicam que os terrenos são magníficos para a cultura de cereais, algodão, fumo e frutas e para a pecuária”.

Embora há que se considerar fatores de disputa política, e não necessariamente por índices de fertilidade das roças, entre as elites que se discordavam sobre o uso econômico das terras do entorno da antiga capital, como cirurgicamente pontuado por Chaul (2010), no dilema lavoura ou rebanho

Controlado por setores ligados economicamente à pecuária, Goiás não direcionou seus esforços de produção à ascensão plena da agricultura. Este quadro permanece por toda a primeira República, e, nos arautos do movimento de 30, a política econômica do Estado sofrerá um rol de alterações marcadas pelo choque de interesses entre agricultores e pecuaristas.

(Chaul, 2010, p. 147)

---

11 Solos pouco desenvolvidos, que ainda apresentam características do material original (rocha) evidenciado pela presença de minerais primários. São definidos pela presença de horizonte diagnóstico B incipiente (pouco desenvolvimento estrutural) apresentando baixa (distróficos) ou alta (eutróficos) saturação por bases, baixa a alta atividade da argila, segundo critérios do SiBCS (Embrapa, 2006).

Essa dicotomia entre culturas agropecuárias opostas foi de tal forma desenvolvida sob as condições geodiversas locais ao passo que ainda no século XXI o município da Cidade de Goiás mantém seu papel como marco limítrofe dessas questões: se pelo lado sul da Serra Dourada são notáveis as lavouras de laranja, soja, sorgo, milho, dentre outros cultivos que se valham da grande oferta de propícios litossolos vermelhos dentro do ‘reino’ da Bacia do Tocantins, a face norte da mesma venerada serra demarca o início do Vale do Araguaia, onde solos aluviais mais superficiais são mais comuns, cabendo à atividade da bovinocultura fazer extenso uso de suas resistentes gramíneas.

Não por acaso que essa ‘fortaleza’ do alto Rio Vermelho, que é a velha capital dos goianos, tenha se consolidado como um refúgio de transição entre dois mundos rurais, sejam grandes proprietários ou sejam pequenos produtores, seja gado ou seja grão, onde campo, cidade, terra e rocha se interconectam.

#### 2.2.4 – Dos minerais

Direcionando o foco dessas terminologias gerais para a delimitação do território do Estado de Goiás, a estrutura geomorfológica do mesmo apresenta várias unidades de relevo, distribuídas em 06 regiões, subdivididas essas em 20 unidades geomorfológicas (Cançado, 2007, p. 26-27), que são:

-Região do Planalto Central Goiano que aborda as seguintes unidades: Complexo Montanhoso Veadeiros-Araí, Complexo Serrano Barro Alto – Serra Dourada, Chapada do Rio Maranhão, Planalto do alto Tocantins-Paranaíba e Planalto do Divisor Araguaia-Tocantins-Paraná;

-Região do Divisor São Francisco-Tocantins na qual se encontra a unidade geomorfológica Chapadão Central e Patamares do Chapadão;

-Região dos Planaltos e Chapadas de Goiás – Minas que engloba as seguintes unidades: Planalto do Distrito Federal, Planalto Cristalina-Patrocínio, Planalto do Divisor Rio Preto-Paraná, Superfície das Chapadas de Paracatu;

-Região dos Planaltos Setentrionais da Bacia Sedimentar do Paraná responsável pela unidade geomorfológica conhecida como Planalto dos Guimarães – Alcantilados;

-Região dos Planaltos Areníticos Basálticos Interiores que incorpora as seguintes unidades: Planalto do Rio Verde, Patamares da Serra do Aporé e superfície do Planalto Rebaixado da Planície do Paraná;

-Região das Superfícies Aplanadas na qual se inserem as seguintes unidades: Superfície Intermontana Uruaçu-Ceres, Superfície de Goiânia, Superfície do Tocantins, Superfície do Vão do Panará, Superfície do Araguaia e Planície do Bananal.

A área estudada, sendo o município de Goiás, está encravada na zona de transição entre a Região de Superfícies Aplanadas (Superfície do Araguaia) e o Planalto Central Goiano (Complexo Serrano Barro Alto - Serra Dourada) sustentada por rochas cristalinas (granito-gnaíse). O Complexo de Rochas da Serra Dourada, entremeado por cristais de quartzito, apresenta um mergulho geral entre 30° e 40° de inclinação ao sul.

Ao se especificar acerca de uma Geologia Regional se é apresentado ao Grupo Goiás Velho. Trata-se de sequências sedimentares metovulcano-sedimentares, com talco xistos, meta xistos ferríferos, filitos grafitosos, actinolita xistos, grafita xistos e complexo granito-gnáisico-magmático, apresentando sequência de vários tipos de gnaisses, rochas calcisilicáticas, anfibolitos, meta granitos, diques e intrusões básicas subordinadas (Cançado, 2007, p. 31). Um leque considerável de compostos geológicos que impregnam os contrafortes das cabeceiras do Rio Vermelho, com destaque para o potencial mineralógico aurífero, coroando a face norte-nordeste dos limites do perímetro urbano nessa direção, sendo então classificados como uma verdadeira unidade Geotectônica Greenstone Belt (SIEG-GO, 2007).

Coelho (2007, p. 33) se esmera em relacionar as peculiaridades técnicas do relevo e recursos minerais vilaboenses ao explicar que: O relevo do município de Goiás é formado geomorfologicamente por Superfície Regional de Aplainamento III A, com cotas entre 700 a 800 m, desenvolvido entre rochas pré-cambrianas e associadas a morros e colinas com dissecações muito fortes, dissecações fortes, dissecações médias, e dissecações fracas. Em diversos locais do município, inclusive no interior do sítio urbano da Cidade de Goiás, situada num vale entre as serras Dourada e do Cantagalo, é possível ver o Complexo Goiano através de afloramentos de blocos do granito-gnaíse. Com terras férteis, conta com a exploração de ouro, esmeralda e calcário, e grandes reservas de prata, pirita, cobre, barinita, gnaíse, talco, cromita, fosfato, manganês e zinco (Coelho, 2007, *apud* Berquó, 2009, p. 14).

### 2.2.5 - Da mineração

Aos que permaneciam na capital, após a ‘febre do ouro’, a generosidade da Geodiversidade continuaria a ser explorada em seus demais veios rochosos, seja nas quase folclóricas esmeraldas raras da Serra Dourada, seja em extrações mais modestas, como argilas para as cerâmicas, rochas ornamentais e nas centenas de delicadas nascentes cristalinas que cravejam cada trilha aberta no Cerrado.

Muito se sabe que o aproveitamento de determinadas rochas disponíveis nas aglomerações mineradoras setecentistas em Minas Gerais e Goiás foi um ato incontinente daquelas comunidades no esforço de se instalar uma infraestrutura mínima para a sobrevivência de seus habitantes. E nada mais marcante no uso de materiais acessíveis entre os artesãos goianos e mineiros como o esteatito<sup>12</sup>, imaginativamente conhecido como ‘pedra-sabão’, com usos que iam de artefatos de cozinha, como painéis e pratos, passando por imagens sacras, inclusive imortalizadas pelos Profetas de Pedra do icônico Aleijadinho, em Congonhas do Campo (MG), e alcançando os encanamentos hidráulicos, vitais em meio à aridez das tardes tropicais, muito mais ainda em se tratando de Vila Boa (Figuras 31 e 32).



Figura 31 -Tartarugas esculpidas em esteatito (pedra sabão) no Ateliê Espaço Criativo, às margens do Córrego Chapéu de Padre. Fonte: José Maria (2024)

---

<sup>12</sup> É uma rocha metamórfica, composta, sobretudo, por talco, e possui em sua composição alguns minerais, tais como: clorita, magnesita, tremolita e quartzo. É uma rocha friável de baixa dureza, devido a essa grande quantidade de talco em sua composição. Ao tato, dá uma sensação de ser oleosa ou saponácea, derivando-se daí sua designação popular de pedra-sabão (Guerra e Guerra, 1997, apud Botelho, 2008).



Figura32: Lavatório em pedra-sabão: Igreja São Francisco de Paula, na Cidade de Goiás. Material usado nas primeiras canalizações subterrâneas dos chafarizes locais. Fonte: José Maria (2022).

E, ‘de carona’ em outras investidas mineratórias goianas, de cunho artesanal, que vão mais além do que as prospecções de ouro, é preciso o cuidado de não se pecar em se esquecer da misteriosa ‘Furna’ (Figura33) que, apesar de sua proximidade ao centro da cidade numa distância de poucas centenas de metros, vez ou outra acaba por ser desconhecida e pouco frequentada, não só por visitantes como por boa parte da população local, temerosa dos justificáveis riscos de desmoronamento da velha escavação sem datação ou motivo de sua origem.

Palacín (1994, apud Marques, 2009, p. 20-21) sucintamente assim a descreve: “Em Goiás, existe uma abertura no morro Cantagalo (na verdade Dom Francisco), que nos leva à crer ser uma mina de morro (para extração de ouro), mas não foi encontrado nenhum registro de que este local foi um ponto de mineração”. O mesmo chega a descartar essa escavação do rol das minas de morro aurífero, comuns em Ouro Preto, reforçando a hipótese da falta de escavações especializadas na região ao apontar que “1776 foi o início do declínio das minas (déficit por falta de técnicas); nenhum técnico ou pesquisador mineralógico foi enviado pela Coroa a Goiás”.

Com altitude de 513 m e coordenadas de 15° 55’ 52” S e 50° 08’ 08” W (Marques, 2008, p. 35), essa obscurecida obra recoberta por vegetação nativa teria sido uma extração de água para os cavalos da polícia, desde o século XVIII, como Passos (2018, p. 280) tenta esclarecer ao afirmar que no ano de 1782, na altura do Largo da Carioca, o ‘Hospital de Jerusalém’, que era um pouso para peregrinos, e diga-se

injustiçadamente esquecido, e a estrebaria do ‘Batalhão de Cavalaria’, com uma cocheira que comportava mais de 200 cavalos, se serviriam da ‘Furna’, que teria sido cavada para se retirar a água da encosta do Morro Dom Francisco que seria destinada aos animais tanto dos viajantes religiosos quanto dos militares; mais tarde (século XX) ela tornar-se-ia extensão da propriedade da Chácara dos Padres Dominicanos.

Marques (2009, p. 35) constata não haver evidências de uma formatação mais bem elaborada na escavação, com a ausência de escoramentos, obrigatórios em túneis percorridos por operários ocupados diariamente em cavar as paredes em busca de pepitas, se levando a crer que sua finalidade não envolvia a passagem cotidiana de pessoas, mas simplesmente para o escoamento de águas subterrâneas do rico lençol freático ali reservado e conduzi-las ao Largo da Carioca em prováveis tanques que não existem mais. Por essa lógica hidráulica, tudo leva a crer que seria o mesmo veio freático alimentador do primeiro chafariz da cidade, que é o da Carioca.



Figura33: Local conhecido como Furna, no entorno da Cidade de Goiás, ao sopé do Morro D. Francisco. Suposto resquíio mineralógico do período colonial. Fonte: José Maria. 2022.

Ainda em meio à tantas outras cogitações sobre esse enigma da real origem de tamanho orifício geológico se pode ousar aqui a levantar-se uma outra hipótese, inclusive inédita em território goiano, mas rigorosamente comprovada em ocorrências no Sul do Brasil como, por exemplo, no município de Cristal (RS), o que se aparenta encontrar características semelhantes nos dois casos distintos: a ‘Furna’ pode ter sua origem em um passado imemorial através da escavação de uma paleotoca, ou seja, produzida como moradia por um animal pré-histórico (Figuras 34 e 35)

As paleotocas são estruturas na forma de túneis, que podem atingir dezenas de metros, dependendo do grau de preservação. As dimensões e contexto geométrico da estrutura bem como as marcas impressas pelas garras e osteodermos (carapaça) ao longo das paredes do túnel, sugerem que tenha sido escavado por um xenartro dasipodídeo, ou seja, um tatu-gigante.

[...]

Em 2003 Buchmann identificou em um afloramento às margens da BR-116 no município de Cristal (RS) um túnel de diâmetro similar. Por estar aberto foi classificado como paleotoca.

[...]

No caso da paleotoca de Cristal essa foi encontrada em local de terreno inclinado e com fonte de água próxima. Arteaga et al. (2008) sugere que a topografia é o principal fator da escolha dos tatus para cavar suas tocas; não escolhendo aleatoriamente, mas selecionando áreas inclinadas e próximas a cursos d’água.

(Carter & Encarnação, 1983; Zimmermann, 1990; González et al., 2001).

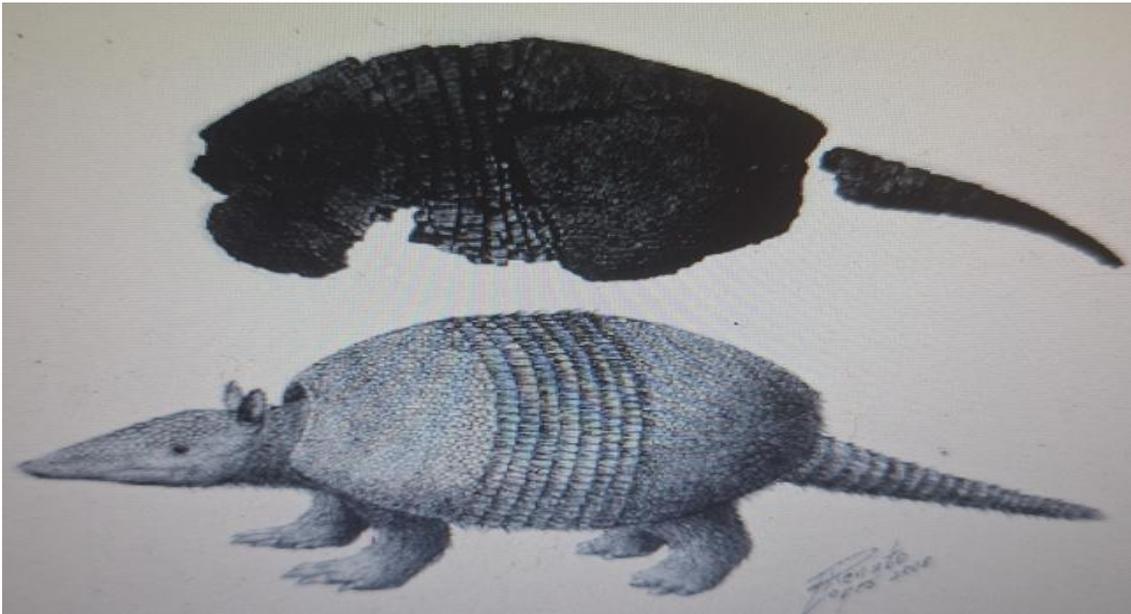


Figura34 - Tatu-gigante (Xenarthro dasipodídeo). Fonte: Buchmann; Caron; Lopes. Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil. 2010.

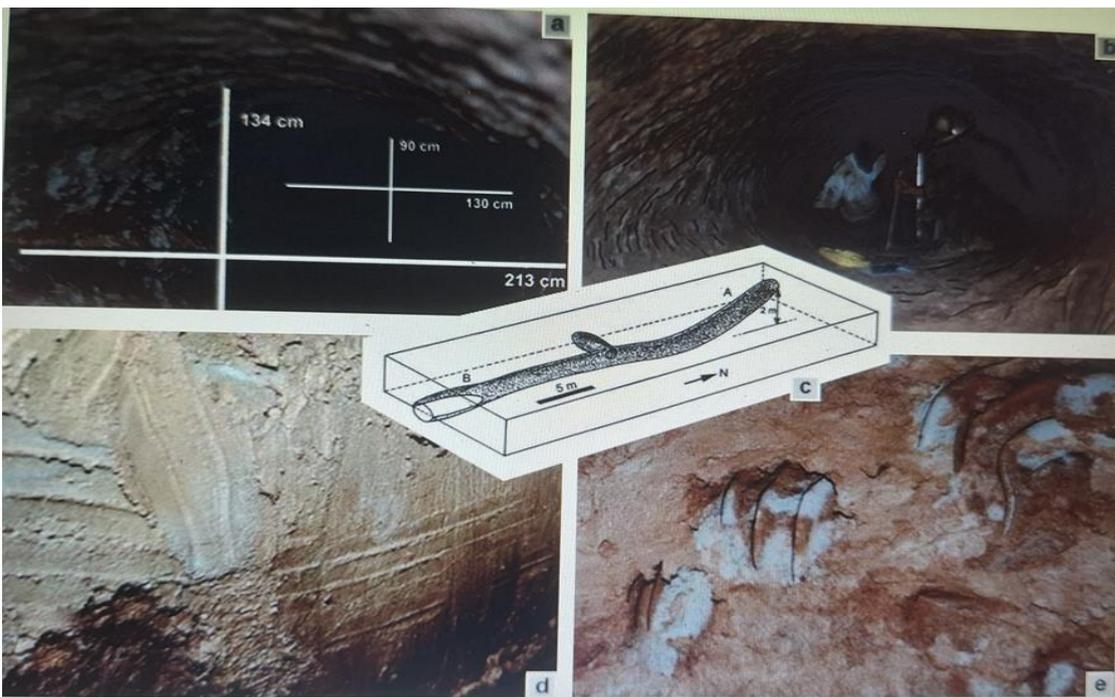


Figura35 - Imagens internas da paleotoca de Cristal (RS), com certas semelhanças com a estrutura do duto da 'Furna', na Cidade de Goiás, inclusive com os requisitos da: inclinação do terreno, proximidade com curso d'água, galerias recurvadas e ranhuras típicas nas paredes. Fonte: Buchmann; Caron; Lopes. Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil. 2010.

### 2.3 Pedra D'Água

Rio Vermelho das janelas da casa velha da Ponte...

Rio que se afunda debaixo das pontes.

Que se reparte nas pedras.

Que se alarga nos remansos.

Esteira de lambaris.

Peixe cascudo nas locas.

[...]

Rio de águas velhas.

Roladas das enxurradas.

Crescidas das grandes chuvas.

Chovendo nas cabeceiras.

Rio da contagem das eras.

Rio – mestre de Química.

Na retorta das corredeiras,

Corrige canos, esgotos, bueiros,

Das casas, das ruas, dos becos

da minha terra.

[...]

(Coralina, Cora. Trecho do poema “Rio Vermelho”. Ed. Global, 2006)

Uma vez reconhecido o recorte inicial histórico, topográfico, pedológico e hidrológico não só do, por assim dizer, ‘microcosmos’ geodiverso da antiga Goiás como de suas encostas e demais elevações que sirvam de subsidiárias dos nascedouros de inúmeros ‘olhos d’água’ de veredas goianas, se consegue então uma melhor noção do que Guerra (1987, p. 134) queria dizer ao conceituar as vertentes como “planos de declives variados que divergem das cristas ou dos interflúvios, enquadrando o vale”. Assim se tipificando tal aptidão natural não só à Bacia do Rio Araguaia como de seu afluente vilaboense, o Rio Vermelho, e as capilaridades dos pequenos tributários ocultos por ali, por exemplo, o Córrego Chapéu de Padre.

Se servido do conceito de rios e córregos, compostos pela solvência universal proporcionada pelo elemento água, elaborado por Costa (2006)

Os rios, córregos e riachos são os caminhos das águas doces que buscam um nível mais baixo de repouso. E desta forma vão desenhando seu percurso em linha ao sabor da topografia, conectando montanhas e planícies, florestas e mares, conectando enfim diferentes fisionomias paisagísticas.

[...] O rio traz o sentido de uma ‘maleabilidade primordial’ no desenho na paisagem. Esta maleabilidade deve encontrar uma correspondência no desenho da paisagem urbana, para que o rio possa vibrar na cidade.

[...] A água, na sua mutante primordialidade, permite múltiplos desenhos.

(Costa, 2006, p. 11-14).

A propósito, a terminologia ‘Rio Vermelho’ também pode ser encontrada em outras terras brasileiras e estrangeiras, como em Minas Gerais e até mesmo na Califórnia, com uma característica em comum: ambas as regiões foram centros mineradores de ouro entre os anos setecentistas e oitocentistas, subentendendo-se se tratar como um jargão para os cursos d’água avermelhados de lama revolvida pela busca do precioso metal.

Antes dessa mácula ocorrer, segundo Silva (2008, p. 42, apud Dossiê Cidade de Goiás, 1999, anexo II, p. 01), os povos originários deste vale oculto em meio ao Cerrado conheciam essas águas correntes de outra forma, diga-se, mais ‘sagrada’, ao homenagear uma planta local abundante e venerada como indicadora de nascentes e vertedouros: “De ponta a ponta escavava-se o alto curso do rio, primeiro chamado de ‘Cambaúbas’, pela quantidade dessas árvores, e logo escorrendo a lama das minerações desde Ouro Fino, Ferreiro e Batatal, passou a chamar-se ‘Rio Vermelho’”.

Havendo na bacia do Rio Vermelho variações altimétricas de 420 a 935 metros, se pode determinar a amplitude máxima da mesma por volta de 515 metros, em média, o que corresponderia aos valores identificáveis dentro do tecido urbano.

A potencialidade de absorção hídrica do solo nativo possui relevância inquestionável na manutenção dos reservatórios subterrâneos que garantem o fluxo constante desses sistemas fluviais iniciais, considerando-se, segundo Guerra (1987, p. 235), que tal fenômeno de infiltração seria “a capacidade de penetração da água das chuvas, devendo-se considerar dois aspectos: o que diz respeito à permeabilidade de origem, como é o caso das areias; e a permeabilidade adquirida produzida pela fraturação e pelas juntas de estratificação”.

Pela própria maneira de como a colonização foi desenvolvida por esses leitos semiocultos por vegetação e grotas, na exclusiva prospecção predatória por metais preciosos (Figura36), muitos desses veios tiveram seu formato original urbanizado deixando uma superfície impermeável e, inevitavelmente, impedida de reabastecer o lençol freático em suas camadas de solo mais profundas e seccionando o ciclo hidrológico original, quadro típico como descrito nos apontamentos de Casseti (1991, p. 59 e 75).



Figura36 - Balança de pesagem com ouro granulado, do período colonial. Fonte: Ibram, Museu das Bandeiras, Goiás-GO. Rodrigo Freire, 2020.

Guerra e Cunha (1994, p. 212) permitem em seus apontamentos uma melhor percepção das deformações sobre os cursos hídricos pela ação antrópica ao apresentarem a formatação original básica destes elementos no que se pode enumerar como padrão de leito:

-leito menor: parte de canal ocupada pelas águas, cuja frequência impede o crescimento da vegetação (margens bem definidas);

-leito vazante: ocupado durante o escoamento das águas de vazante;

-leito maior (periódico ou sazonal): ocupado pelas águas regularmente, e ao menos uma vez ao ano, nas cheias.

Estes padrões são conformados por sistemas comportamentais da combinação de forças em uma frequência constante ou alterável sobre os elementos envolvidos na dinâmica entre esses corpos hídricos e a base geodiversa que os envolva. Segundo Casseti (1991), como não há uma formação estática na alteração dos fluxos de energia, pois se deve considerar fatores como declividade e extensão, manifestando uma fluidez menor ou maior dessas torrentes, a morfologia dos canais tende a alterar-se, com maior ou menor visibilidade, como resposta a essas variantes.

Christofolletti (1980, p. 3 e 6) mensurou esses comportamentos de energia despendida entre os coadjuvantes das modificações dos espaços físicos-naturais, passando inclusive pela participação antrópica, como sistemas de forças transformadoras que seriam tipificados como:

-Sistemas morfológicos: são compostos somente pela associação das propriedades físicas do fenômeno (menos complexo);

-Sistemas de processo resposta: são formados pela combinação de sistemas morfológicos e sistemas de frequência;

-Sistemas controlados: são aqueles que apresentam a atuação do homem sobre os sistemas do processo resposta. A complexidade é aumentada pela intervenção humana.

O predomínio de bacias sedimentares no Cerrado que correspondem a 43,89% da área total, também justificam sua riqueza de água, visto que a porosidade desses aquíferos é importante para a descarga do recurso hídrico subterrâneo em cursos de água superficiais (fluxo de base), possibilitando a existência de vazão mesmo durante a época da seca (Carneiro; Campos, 2002). (Figura37)

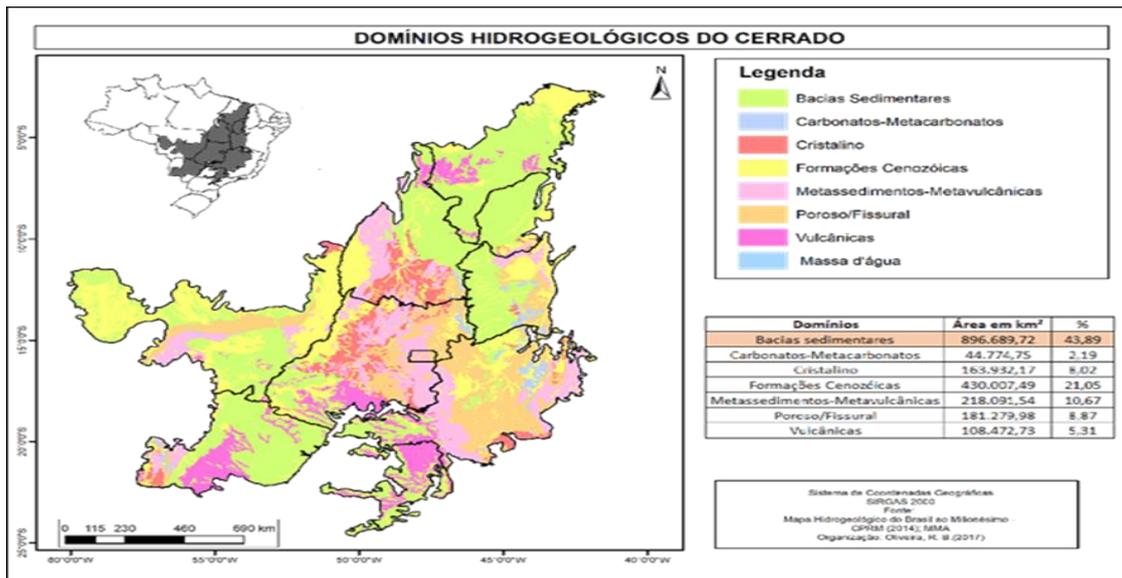


Figura37 - Domínios hidrogeológicos do Cerrado (2014): Organização dos autores (De Souza; De Oliveira; Mustafé; Nunes; De Moraes. p.3, 2019).

Uma vez assimilados os princípios conformadores das paisagens hídras, *in natura* e/ou adulteradas, se pode assinalar uma percepção mais compreensível do recorte geodiverso dos corpos d'água do perímetro urbano do município em estudo, especificamente neste afluinte do Rio Vermelho, que é o Córrego Chapéu de Padre. A relação deste tributário com o curso principal pode ser melhor entendida pelos dizeres de Cunha (1994) na distinção<sup>13</sup> entre rio tipo subsequente, a saber o Rio Vermelho, e rio tipo obsequente, o breve Córrego Chapéu de Padre como alvo da pesquisa:

[...] o rio subsequente [Rio Vermelho] é controlado pela estrutura rochosa e acompanha as linhas de fraqueza [falha, junta, diaclase]. Nas áreas sedimentares corre perpendicular à inclinação das camadas, descendo das escarpas até o rio subsequente, este é classificado como rio obsequente [Córrego Chapéu de Padre] formando um canal de pequena extensão que corre no sentido contrário ao rio consequente.

(Cunha, 1994, p. 224)

E de fato é notável essa confrontação de forças inversas ao se contrapor as últimas dezenas de metros do baixo curso do Córrego Chapéu de Padre antes da culminância de sua confluência bem diante a uma curva acentuada na margem esquerda do Rio Vermelho, em sentido contrário. Um posicionamento de torrentes hídras opostas confrontantes que acaba por desvendar o fenômeno de eventuais refluxos, estilo

13 Subsequentes: são aqueles cuja a direção de fluxo é controlada pela estrutura rochosa, acompanhando sempre uma zona de fraqueza.

Obsequentes: são aqueles que correm em sentido inverso à inclinação das camadas ou à inclinação original dos rios consequentes. Em geral, descem das escarpas até o rio subsequente.

‘cunha’, que se manifestam em ocasiões de cheias nesse ponto da calha da foz, gerando um transbordamento de mais de uma centena de metros calha acima, com a agravante da pressão gerada pela canalização desta parte final do córrego (Figuras 38 e 39).



Figura38 - Local exato da foz do Córrego Chapéu da Padre sobre o Rio Vermelho, na Praça da Bandeira, em ocasião da enchente de 2001. É notável o grande volume das águas pluviais que contribuíram com o transbordamento do efeito “cunha” do refluxo sobre o córrego canalizado.

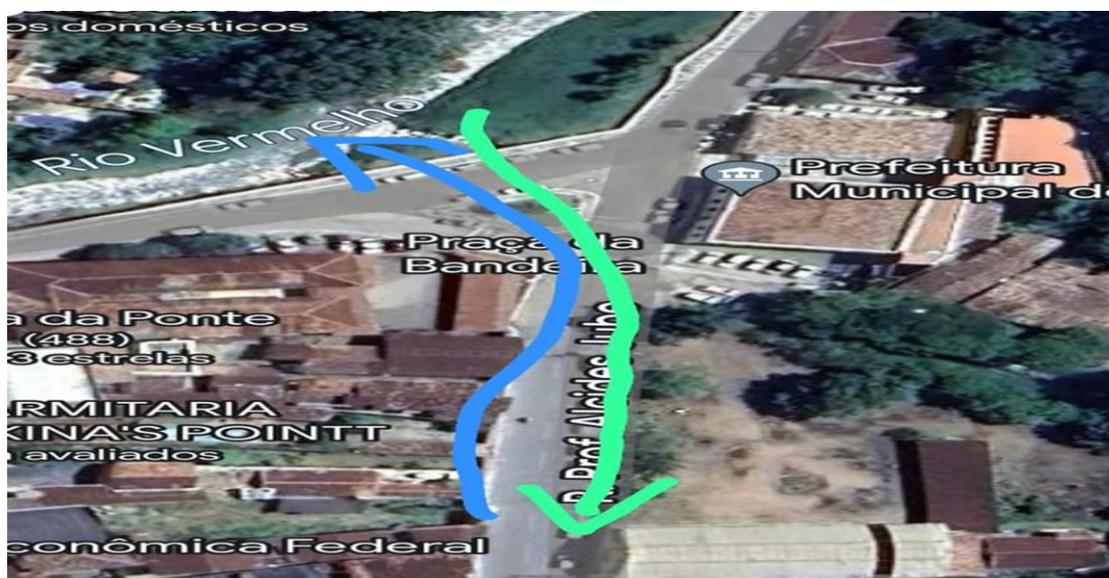


Figura39 - Imagem de satélite do trecho de transbordamento do baixo curso, subterrâneo, e da foz do Córrego Chapéu de Padre (fluxo azul) ocasionada pelo refluxo (fluxo verde) das águas do Rio Vermelho em momentos de cheias históricas. Fonte: Google Maps. 12/03/2024.

Quando manchas urbanas invadem o espaço das águas, e as mesmas revidam sobre essas cidades, perpetuando situações pendulares, cíclicas, geradas a partir de antigos conflitos entre os sistemas da cultura e os sistemas da natureza, como já alertado por Costa (2006, p. 10-12) tanto maior será a negatividade dos efeitos da qualidade ambiental local.

Como sempre, a natureza cobrando o tributo pela força dos elementos sobre as inconseqüências do homem, como tão bem traduziu Luiza Lian (2018) nesse protesto aquático, em seu cântico “Iarinhas”

Essa rua tem o nome de um rio que a cidade sufocou

A vontade do rio de voltar

Às vezes sacode de algum lugar

Ele dorme até a chuva chegar

Mas a tempestade vem anunciar

E uma enchente lembra a população

Que o que é rua antes era vazão

E uma enchente lembra a população

Que o que é rua antes era vazão

[...]

(Iarinhas. Luiza Lian, 2018)

Sempre foi de se esperar que com substratos tão volúveis em declínios múltiplos, coroados com a retirada da cobertura vegetal protetora, que a paisagem das vertentes logo apresentasse deformidades abruptas por erosões em níveis e graus variados.

Pellegrino (IDEM, 2006, p.3) alerta sobre o reafeiçoamento topográfico para a implantação de vias e edificações, a impermeabilização do solo e a implantação de obras de drenagem convencionais que modificam hidrológicamente uma bacia hidrográfica aumentando a velocidade do escoamento das águas para seu curso principal, contribuindo para o agravamento das inundações e a poluição difusa das águas.

E quando se cruza essa observação com o Histórico das Enchentes da Cidade de Goiás (Quadro 1), se percebe que havia um comportamento desses desastres em intervalos de décadas nos séculos XVIII e XIX, e uma reprodução com uma frequência menos pausada ao longo do século XX, na casa de dez a cinco anos, e culminando em notáveis continuidades dentro da mesma década de 1980, época marcada, inclusive, por

extensa atividade garimpeira indiscriminada no município, tornando, portanto, compreensível à relação dos fatores de causa e efeito.

Diacronia das cheias do Rio Vermelho	Referências encontradas
01	09 / 01 / 1782
02	1828
03	19 / 02 / 1839
04	1864
05	1910
06	1911 / 1915
07	Década de 30
08	Década de 40
09	06 / 03 / 1949
10	1952
11	1958
12	19 / 02 / 1980
13	29 / 03 / 1981
14	17 / 12 / 1989
15	31 / 12 / 2001

Quadro 1: Histórico das enchentes na Cidade de Goiás: 1782-2001. Fonte: Diniz, 2004, p.50.

Neia (2009, p. 27), resume o estrago na tragédia de 2001 ao explicar que “as águas do Rio Vermelho transbordaram ‘freando’ as águas do Manoel Gomes e do Chapéu de Padre, alagando leitões, casas e quintais”.

Aqui algumas das várias matérias que preencheram os principais jornais que noticiaram a famosa, e até agora a última, enchente do Rio Vermelho, ocorrida em 2001:

1- “Enchente destrói casas e pontes em Goiás:

As fortes chuvas que atingiram a cidade de Goiás Velho por mais de seis horas na segunda-feira causaram uma forte enchente que destruiu o centro velho da cidade. Três das cinco pontes que cruzavam o Rio Vermelho foram destruídas. Várias casas e prédios comerciais desabaram.

A cidade de Goiás Velho havia recebido em dezembro o título de patrimônio histórico da humanidade após quatro anos de trabalho. Algumas construções históricas da cidade, como o Hospital Municipal, construído no século 19, foram afetadas.

A Cruz do Anhanguera, um dos símbolos da cidade, foi levada pela enxurrada. O Teatro São Joaquim, recentemente restaurado, também foi muito atingido e deverá passar por nova reforma.

A prefeitura avalia que a destruição da farmácia do município vai causar um prejuízo de R\$ 100 mil em medicamentos. A correnteza também formou um buraco de 70 metros em frente ao Mercado Municipal.

O governador do estado, Marconi Perillo (PSDB), visitou nesta terça-feira a cidade e declarou que apesar dos estragos Goiás Velho ‘não vai perder o título de patrimônio histórico’. Ele pediu que o governo federal auxilie na recuperação do município.

A última enchente que atingiu a cidade de Goiás Velho aconteceu em 1989. Cerca de 200 homens dos bombeiros e da defesa civil trabalham na retirada de entulhos e lama no município.

Não há informação sobre vítimas.”

(Diário do Grande ABC, 01/01/2002)

2- Destruição causada pela chuva em Goiás Velho poderia ter sido evitada:

A mais recente cheia do Rio Vermelho, que corta Goiás Velho, ocorreu na última segunda-feira. Desde então, as chuvas intermitentes deixaram 123 pessoas desalojadas, duas casas centenárias totalmente destruídas e 50 danificadas. Ainda há oito pontes interditadas no município por risco de desabamento. O temporal ocorrido na virada de 2001 para 2002, menos de um mês após a cidade receber o título da Unesco, deixou um saldo pior. Quarenta casarões tombados pelo órgão ligado à ONU, inclusive o da poetisa Cora Coralina, sofreram sérios danos. Vinte e três lojas à beira do rio viraram ruínas. A enxurrada danificou ainda calçamentos de pedras, postes de ferro e outros itens do conjunto histórico.

Após anos, obras emergenciais e de restauração, realizadas com dinheiro público, recuperaram o charme de Goiás Velho. Porém, ações para evitar as cenas de devastação daquele réveillon nunca saíram do papel. Após 2002, técnicos de órgãos de defesa do patrimônio histórico e do meio ambiente fizeram relatórios e pareceres. Quase todos acabaram engavetados. Um deles, elaborado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos (Icomos, da sigla em inglês), da Unesco, apontou o assoreamento

e a diminuição gradativa da vazão do Rio Vermelho como responsáveis pelo transbordamento dele e da destruição em suas margens.

[...]

Já um estudo da Agência Ambiental de Goiás, feito após a enchente de 2002, mostrou que haviam sido devastadas 80% das matas ciliares nos 15km entre a nascente do Rio Vermelho e a área urbana de Goiás Velho.

(Correio Brasiliense, 17/01/2011)

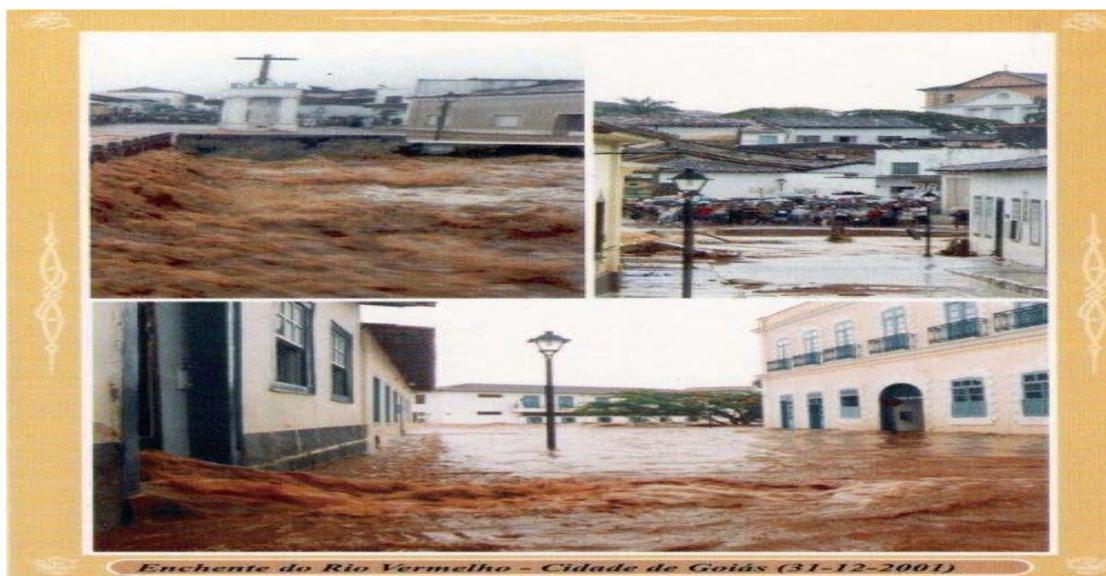


Figura40 - Fonte: Gomide, C. H. Antiga Vila Boa de Goiás - Experiências e memórias na/da cidade patrimônio. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

Mais de duas décadas se passaram após a afamada tragédia e nenhum projeto consistente que intencione minimamente aplacar tantos transtornos ainda foi apresentado junto à comunidade. Essencial que se busque sugestões de ações com bons resultados em outras localidades, como no caso da experiência ocorrida na cidade de Adelaide (Austrália), em 2009, com um clima que pode variar do quente seco à chuvas torrenciais como no Cerrado, onde, segundo Friso e Assis (2019, p. 530) criou-se o conceito de “desenho sensível à água” (Water Sensitive Urban Design), que visava uma gestão sustentável descentralizada das águas pluviais no desenho urbano.

Uma vivência que acabou por apresentar melhores resultados com os dispositivos técnicos denominados como jardim de chuva, sistema de infiltração e sistema de biorretenção, de acordo com Friso e Assis (2019, p. 535). De fato, todo um procedimento orientado a partir de tópicos de planejamentos integrados oriundos do Manual da Unesco (Hoyer et al, 2011) em que as autoras acima sintetizaram

- sensibilidade à água: as soluções devem usar métodos descentralizados para aproximar a gestão da água urbana ao ciclo hidrológico natural;
- estética: as soluções devem ser aplicadas para proporcionar benefício estético onde for possível e ser adaptadas ao desenho da paisagem urbana no seu entorno;
- funcionalidade: as soluções devem ser implementadas de acordo com as soluções locais e o uso pretendido além de considerar a manutenção necessária e a possibilidade de adaptação e a variabilidade de condições básicas, como eventos climáticos extremos;
- usabilidade: as soluções devem ser desenvolvidas para criar espaços com propósitos de recreação e conservação da natureza;
- percepção e aceitação pública: as medidas, além de considerar as necessidades de todos os envolvidos devem integrá-los ao processo de planejamento, assim como ter seus custos compatíveis as dissoluções convencionais.

Os objetivos que se almejam alcançar nesse modelo de proposta no meio urbano seriam:

- reduzir riscos de inundação;
- prevenir erosão;
- melhorar a saúde pública e segurança;
- restaurar e conservar as condições ambientais;
- criar vizinhanças mais atrativas e habitáveis;
- realçar os valores culturais e sociais da paisagem urbana;
- melhorar o uso dos espaços abertos e realçar as oportunidades de recreação;
- melhorar a consciência ambiental da comunidade.

(Friso e Assis, 2019, p. 531-532)

Esse ideal, porém não utópico, redesenhamento das velhas linhas inapropriadas da cidade mira no impedimento de impunidades usando-se para isso, conforme Ferrara (2000, p. 184), na inovação dos usos e significados desses lugares impactados ambientalmente.

## 2.4 Restituição

Ao combater um tecido urbano decadente renovações cirúrgicas submetem os velhos e novos signos da cidade ao mesmo tempo no que, segundo Ferrara (2000, p. 176-183), é tratado através de uma semiótica que redesenha os aparentemente caóticos

traçados que já, ou ainda, escrevem a forma do lugar; no caso desse redesenho, é necessário que se reveja o caráter residual do espaço decorrente de impactos ambientais, porque eles se apresentam como disponíveis para outras apropriações e novos usos. Essa idealização de um recomeço ecologicamente correto inevitavelmente se conforma em normas estéticas paisagísticas

O paisagismo, em uma versão limitada e empobrecedora, restringe-se a ocupar o espaço livre com o verde, a fim de orientar ou controlar os usos: por onde andar, onde permanecer, como cobrir, como mostrar ou valorizar, como impedir, como isolar; enfim, um código de comportamentos que utiliza o verde como instrumento, um verde utilitário e metafórico.

(Ferrara, 2000, p. 182)

A historiografia brasileira e lusitana comprovam a insistente ocupação predatória nas colônias tropicais, com a vocação extrativista e agrícola não planejada na pauta de todo o processo ‘civilizatório’ de Lisboa para a América do Sul. Sempre foi de se esperar que reações catastróficas climáticas, passando por estiagens prolongadas e culminando em torrenciais temporais com inundações acima da média, sempre se manifestariam como tributos ecossistêmicos de um usufruto irresponsável dos recursos naturais. No entanto, tais fenômenos avassaladores sobre as estruturas urbanas tropicais tiveram, de fato, um tratamento muito mais de banalização, tamanha a rotina cíclica das secas e enchentes, que vulgarizou-se, ou mesmo ignorou-se a responsabilidade do homem e seus empreendimentos impensados nesses locais.

Pádua (2004) apresenta que as discussões acerca das consequências do avanço da intervenção humana sobre os ecossistemas já germinavam no seio da intelectualidade europeia desde meados do século XVIII. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se encontrava em ebulição a postura exploratória desnorteada nos sertões da colônia tupiniquim, o pensamento fisiocrata se digladiava com o *modus operandi* minerador-agrícola dos desbravadores. A busca pela racionalização da agricultura era um dos desafios na Universidade de Coimbra naquele momento, com a contribuição de articulistas como Vandelli<sup>14</sup>.

---

14 Domingos Vandelli (1735-1816), médico, naturalista, especialista reconhecido no campo da química, história natural e do colecionismo, membro da Academia de Ciências de Pádua. Fundou o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra (1772), onde procurou argumentar sobre as potencialidades do reino pela botânica, sobre a lógica do ‘conhecer para dominar’, onde defendia a criação de Jardins Botânicos inculcando a relevância da ciência da Agricultura. Em seu artigo ‘Memória sobre a utilidade dos Jardins Botânicos a respeito da agricultura, e principalmente da cultura de charnecas (vegetação

As queimadas e a sazonalidade das lavouras eram um símbolo de atraso que se buscava superar. Essas políticas conservacionistas, como ficaram conhecidas por seus esforços pioneiros em preservação ambiental, como aponta Pádua (2010) desencadearam primordiais discussões de denúncia e preocupação sustentável sobre a consequência do desflorestamento, da exploração pesqueira, do esgotamento dos solos e dos cursos d'água, dentre outras. Nessa ótica formulou-se teorias como a do fenômeno do 'dessecamento', vinculada ao desmatamento e comprometimento do regime pluviométrico e, por consequência, colocando sob alerta a sobrevivência de mananciais (Pádua, 2004).

Embora desde tempos medievais se poderia encontrar alguns feudos com regras que respeitassem a rotatividade dos solos e até ordenassem a criação das reservas florestais dos senhores (Lobato, 2017, p. 28-29), ou mesmo se contando com o ensaio de um horto holandês de mata atlântica em pleno Recife do século XVII (Machado, 2010, p. 6), o planejamento urbano com vistas paisagísticas e sob cuidados para com a flora local só viria a romper-se entre os pensadores de Lisboa e suas filiais nos domínios tórridos brasileiros a partir dos incentivos do fisiocratismo pombalino após 1750.

Àquela altura o esforço português já podiam dizer que tinha, finalmente, *know how* sobre o exótico comportamento do quente, úmido e frágil chão da 'Terra de Santa Cruz'.

Pellegrino (IDEM, 2006, p. 4) destaca que frequentemente se despontam manchas de espaço livre vegetado nas áreas urbanizadas conhecidas como "corredores verdes" (*Greenway*) com características de facilitação dos fluxos hídricos e biológicos na paisagem, com potencial para favorecimento de recolonização das espécies. Além de que

---

agreste mediterrânica)", e publicado em 1788 ao final da obra 'Dicionário de termos technicos de historia natural', pela Universidade de Coimbra, explana que :

"Por quanto, com o conhecimento Botanico adquirido nos mais celebres Jardins, tem o Inglezes e Francezes examinado, e reconhecido a maior parte das plantas que nascem nas suas conquistas da America, e tem tirado imensa utilidade, e cada vez poderão tirar mais lucro."

Em suma, um arauto do utilitarismo fisiocrata setecentista que, ainda assim, contribuiu com o despertar da catalogação dos biomas de domínio português, dentre os quais os do Brasil. Sequenciando, no ano seguinte a este artigo, em 1789, o projeto do Horto Botânico em Vila Boa de Goyaz tomava vulto no desvendamento da flora nativa: da charneca portuguesa ao Cerrado goiano (Braga, 2020, p. 53-56).

-[...] estes espaços podem exercer várias outras funções, como conectar fragmentos de vegetação, conduzir as águas com segurança, oferecer melhorias micro-climáticas, atender os usos relacionados à moradia, trabalho, educação e lazer, garantindo uma maior segurança social, acomodar as funções das demais infraestruturas urbanas como transporte e abastecimento, além de atender os objetivos mais tradicionais de recreação e melhorias ambientais e estéticas;

-São considerados uma ‘zona tampão’: impede o avanço da especulação imobiliária. Áreas de transição entre o edificado e o preservado. Lugares que podem desenvolver um boa significação para moradores e transeuntes;

-Também conhecidos como ‘*stepping stones*’ (pontos de ligação, trampolins ecológicos, caminho das pedras), essas pequenas áreas de habitat dispersas pela matriz (áreas semiurbanizadas) facilitam o movimento de espécies (animais e sementes).

(Pellegriño, IDEM, 2006, p. 5-8)

E foi procurando melhor conhecer para um domínio mais efetivo e perpétuo desses nichos de resistência da flora nativa perimetral nas capitâneas que o maior projeto científico desenvolvido durante todo o período colonial, e que será novamente mencionado neste trabalho no capítulo seguinte, chegou a ser aplicado em algumas das principais povoações do Brasil: o Horto Florestal Ultramarino, com sede em Lisboa, e distribuído em filiais no Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, São Luís, Belém, Vila Rica (Ouro Preto) e Vila Boa (Cidade de Goiás) (Sanjad, 2010, p. 20-22).

O mapa de Vila Boa de 1782 (Figura41) seguia essa orientação da ocupação do solo urbano de forma racional; essa visão fisiocrata inspirou o Projeto Colonial do Horto, visionariamente seis anos antes do já citado artigo de Vandelli, de 1788, em defesa dos Jardins Botânicos. A proposta consistia num esforço de coleta, identificação, catalogação, cultivo e distribuição de sementes e mudas de espécies nativas e exóticas, não só entre a metrópole e a colônia, como também entre as capitâneas envolvidas. O trabalho exigia o aprimoramento de técnicas de aclimação de indivíduos vegetativos estranhos aos ecossistemas distintos dentro do processo.

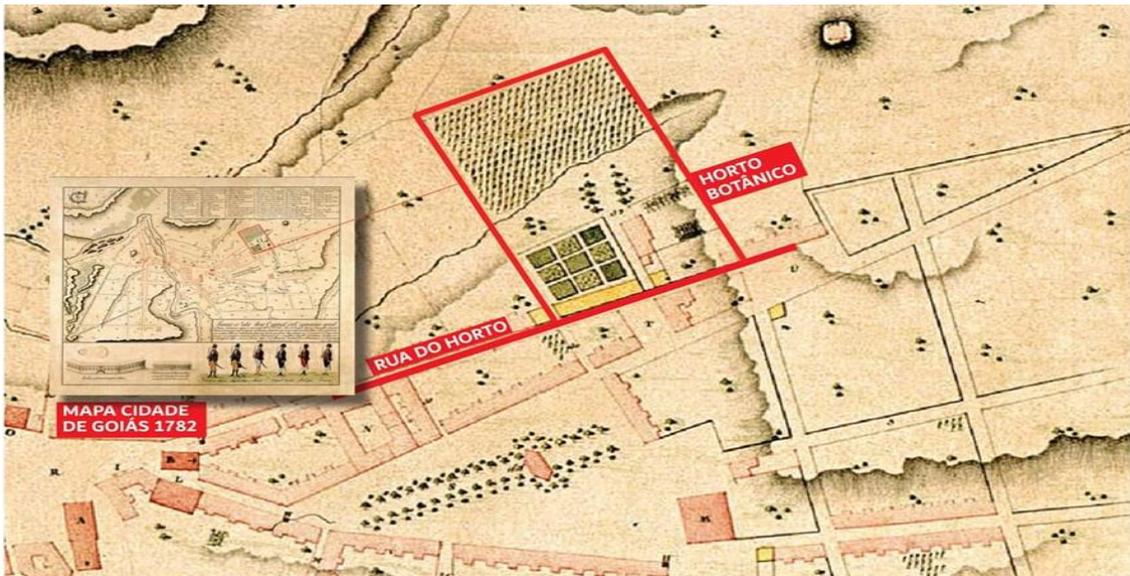


Figura41 - Detalhe do prospecto para traçado planejado de Vila Boa de Goyaz, 1782; com destaque para o Horto Botânico e a linha hídrica do Córrego Chapéu de Padre. Fonte: Arquivo Ultramarino de Lisboa. 2023.

Os fins destes levantamentos intencionavam incrementação nos seguimentos da alimentação, medicina natural, geração de madeira para construção e principalmente para recuperação de matas ciliares e demais trechos degradados nas propriedades particulares e terras devolutas da Coroa.

Sanjad (2010) apresenta num artigo cativante sobre o histórico dessa ousada proposta:

O governo português começou a estruturar uma rede para o cultivo de espécies vegetais a partir da década de 1760, quando foi criado o Jardim Botânico da Ajuda [Lisboa], com o fim explícito de coordenar a coleta e a classificação dos produtos naturais provenientes das colônias. Essa iniciativa estava vinculada a uma política de Estado fortemente influenciada por princípios fisiocráticos, e que também foi responsável pela reforma do ensino universitário, pela organização de expedições e pela criação de academias e de instituições científicas. (2º Parágrafo)

[...] Na década de 1790, D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro da Marinha e Ultramar do príncipe regente D. João, ampliou essa política com novas medidas administrativas. Dentre elas, consta a ordem expedida para vários pontos do império, determinando a construção de hortos botânicos. No Brasil, os governadores do Grão-Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Goiás receberam contas circulares com essa orientação, mas a maioria teve dificuldades em criar e manter os jardins. Somente D. Francisco de Souza Coutinho, irmão de D. Rodrigo e capitão-general do Grão-Pará e Rio Negro, teve êxito na execução da ordem. (3º Parágrafo)

A rede formada por esses jardins, apesar de breve, constituiu uma das poucas iniciativas da coroa lusitana para institucionalizar a pesquisa científica no espaço ultramarino, conforme a política do final do século

XVIII. Essa rede demonstra não apenas uma notável capacidade de articulação no governo português, primeiramente a partir de Lisboa e depois do Rio de Janeiro, como também a maneira pragmática pela qual as ciências naturais foram arregimentadas em benefício do império. (Último Parágrafo)

(Sanjad, 2010, pp. 20 e 22).

Taunay (1875, p. 55 – 62) fez uma pequena amostragem de alguns exemplares vegetais do Cerrado vilaboense, ainda identificáveis atualmente (Figuras 42 e 43), e que já eram estudadas e preservadas no perímetro da velha capital por esse projeto do governo português setecentista:

-Angelim (gênero *Andira*), angico-de-cortume (*Acacia angico*), bálsamo (*Myrospermum peruiferum*), jacarandá-preto ou cabiúna (*Dalbergia nigra*) (p. 55);

-Jatobá (gênero *Hymenaea*), maria-preta (*Melanoxylon braúna*), sucupira (*Bowdichea major*) (p.56);

-Pau-d'óleo (gênero *Copaifera*), pau-ferro-branco (*Caesalpinia leiostachya*), pau-roxo (*Peltogynea guarubu*), vinhático ou tamboril (*Echyrospermum balthazarii. F, All.*), pau-d'arco (gênero *Tecoma*), peroba (gênero *Aspidosperma*) (p.57);

-Jacarandá-pardo (*Machaerium*), carobinha (*Jacaranda procera*), gonçalo-alves (*Astronium fraxinifolium*), pau-pomba (*Tapirira guianenses*), aroeira-vermelha (*Schinus aroeira*), pequi (*Cariocar brasiliensis*), sobagi ou sobrasil ou fruta-de-pomba (também conhecida como mutamba, abundante na Cidade de Goiás: da família da coca peruana - família das entrosiláceas) (*Erithroxilon areolatum*) (p.58);

-landi ou lantim ou olandi (*Callophylum brasiliense, S. H.*), canela (*Nectandra*), sassafrás (*Nectandra* ou *Ocotea cymbarum*), cabrito (*Bauhinia curvula*), sobro ou capororoca (*Myrsine ferruginea*), guatambu (*Balfourodendron riedelianum*), chifre-de-veado (*Platycerium bifurcatum*) (p.59);

-árvore-de-papel ou papiro (*Tibouchina papyrus*) (p.60);

-cajueiro (*Trichospermum lichen*), mil-homens (*Aristolochia triangularis*) (p. 62).

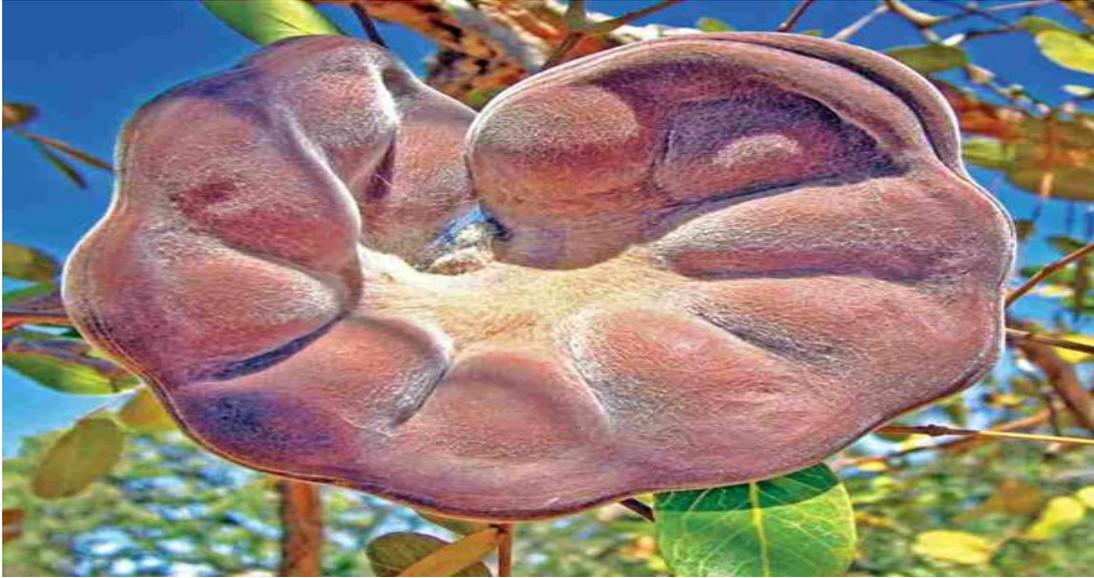


Figura42 - Tamboril. Fonte: Museu do Cerrado. 2020.



Figura 43 - Mutamba (abundante na Cidade de Goiás). Fonte: Centro especializado em plantas aromáticas, medicinais e tóxicas. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. 2016.

Tantas demonstrações de resiliência fitogeográfica acopladas ao que Pellegrino (IDEM, 2006, p.5) emprega o codinome de ‘infraestrutura verde’, com seu conjunto de espaços abertos que tem na vegetação ciliar residual dos cursos hídricos urbanizados a sua espinha dorsal, podem expor seus predicados de melhoradores do clima, redutores de estresse, redutos de contemplação e interacionismo cultural e social. Um resíduo de

espaço, que pela topografia obtusa se coloca na fronteira do antrópico com o natural, que para alguns pode significar o estigma do desnecessário enquanto que pra outros uma potencialidade de repaginação dos usos locais pelo bem da coletividade.

E é neste mosaico de interatividade, ora amistosa ora hostil entre homem e natureza, que este trabalho veio a se propor num aprofundamento mais pormenorizado do processo metamórfico da paisagem hídrica virgem convertida na conformidade das necessidades do desenho progressista, ao mesmo tempo que identitário, entre um povo que se reinventa e sua principal fonte de água potável, o essencial, e quase que invisível, Córrego Chapéu de Padre.

### **Capítulo 3: Córrego Chapéu de Padre: um protagonista líquido e certo**

Em um município com quase três séculos de existência e possuidor de centenas de cursos d'água seria uma tarefa extenuante enumerar a todos estes. Talvez se compensaria com um merecido olhar, um tributo até, sobre o que seguramente pode ser considerado o coração embrionário do saneamento da antiga Vila Boa de Goyaz: o injustamente hoje apagado Córrego Chapéu de Padre.

Identificar e estabelecer pontos de abastecimento vital e permanente em meio às agruras do Cerrado goiano chegava a ser uma arte dos mestres mateiros desbravadores, herdeiros das sapiências indígenas do semiárido, tal qual nômades tuaregues no ofício de desvendar oásis ocultos aos olhos incautos no quadro estéril do deserto. Saberes ancestrais perdidos em algum momento no tempo pelos filhos da modernidade, assim como percebeu Holanda (2017) ao descrever essas peculiaridades

Os verdadeiros meios de que dispunham, tanto índios como sertanistas, quando procuravam algum veio d'água em lugar onde nada indicava sua presença, escapam todavia, a uma análise precisa e objetiva. Em regra, esses meios decorrem da extraordinária capacidade de observação da natureza, peculiar a esses homens e inatingível para o civilizado. (p. 45)

[...]

Essa disponibilidade não se encontra em rios, ribeirões ou lagos, mas sim em raízes, caules e frutos. Ex: Campo dos Parecis, na estrada para Vila Boa onde a água poderia ser encontrada sob uma laje, ou um rochedo, ou disfarçada em um tronco de árvore. (p. 71)

(Holanda, 2017, p. 45 e 71)

O emprego do exemplo de plantas como referencial na averiguação de prováveis pontos de nascentes conseguiu seu lugar comum dentro do que viria a se tornar o núcleo urbano vilaboense de tal forma que a abundância das árvores de cambaúba ou embaúba (*Cecropia pachystachya*) relatada pelos povos originais indígenas era tão marcante ao ponto do principal rio, o Vermelho, ser conhecido ancestralmente pelos silvícolas como Rio Cambaúba ou Embaúba. Bertran e Faquini (2002), que o digam ao apresentarem que a própria Praça da Matriz nada mais o fez que ocupar o que já era domínio dessa planta pitoresca quando citam que “Em 1729 o vigário Pedro Brandão, eminência parda do Anhanguera descobridor e superintendente – jacta-se escolher a invocação de Santana para a nova capela rústica, provavelmente coberta de palhas, do lugar das Cambaúbas”. (Bertran e Faquini, 2002, p. 39)



Figura. 44: Preparação da ‘Queima do Judas’ durante a Semana Santa na década de 30. Destaque para o detalhe do boneco que representa o ‘Judas’, em frente das ruínas da reconstrução da Matriz de Santana, dependurado em um galho de cambaúba/embaúba prestes a ser incendiado (canto esquerdo da foto). Nota-se algo de sagrado sobre essa planta nesse ‘lugar das cambaúbas’. (Fonte: Foto de Alois Feichtenberger, anos 30)

E sendo tal vegetal arbóreo provido de tantas propriedades nutricionais que sempre foi apreciada por animais diversos, desde macacos e bichos-preguiça até tucanos, contribuindo estes com a disseminação das sementes de seus frutos por todas as encostas do vale, o que permitia sua identificação até nos cumes dos morros. Presença essa que pode ter sido empregada como norteador do rastreamento de águas ocultas em encostas ainda recobertas por vegetação de topo, como pode ter ocorrido na experiência primeira do deslumbramento dos colonos sobre o Morro Chapéu de Padre, por exemplo.



Figura. 45: Cambaúba (Embaúba), comum na encosta do Morro Chapéu de Padre. Foto: José Maria (2024)



Figura. 46: Poço do pátio do Quartel do XX (século XVIII), no centro histórico, tomado por cambaúbas/embaúbas. Evidência de resiliência dessa planta no ecossistema local. Foto: José Maria (2024)

Parafraçando Fonseca (2006, p. 10, *apud* Ferrand, 1998) de que mesmo se detendo uma serra inteira de ouro a mesma nada valeria sem a vitalidade da água, se pode captar a obviedade da lógica colonialista mineradora setecentista, já em 1720, que estabelecia regras sucintas sobre a provisão das águas cujo usufruto de sua repartição só poderia ser disponibilizado mediante licenças concedidas pelos Guardas Mores da Coroa (Fonseca, 2006, p. 77).

Um procedimento oficial que em alguns casos poderia determinar a nomeação do corpo hídrico recém descoberto por algum desbravador despontando nomes próprios para os mesmos, conforme regras do período vigente à ocupação europeia inicial orientava que se um rio principal já descoberto possuir afluentes grandes dignos de nota estes pertencerão àquele que os identificar primeiro (Fonseca, 2006, p. 10, *apud* Pinto, 1986, p. 681), como no caso do córrego vilaboense Manoel Gomes, homônimo de seu pioneiro. Metodologia que teria emprestado provisoriamente o nome de José Barreiro Moreira, colono estreante da periférica gleba vilaboense do Morro Chapéu de Padre, como ‘Córrego ou Nascente do Moreira’ ao futuro Córrego Chapéu de Padre, tributário do Rio Vermelho.

De fato o sobrenome Moreira chegou a ser empregado nos momentos iniciais da instalação do Chafariz de Cauda, usuário dos recursos daquele proprietário, com o pseudônimo de ‘Chafariz do Moreira’, caindo em desuso cerca de uma geração depois, permanecendo essa efeméride somente na nomenclatura da icônica Praça do Moreira que acaba por exercer seu domínio na historiografia urbana local.

Octo Marques (1985), renomado pintor vilaboense e morador da Praça do Moreira na maior parte de sua vida, ao se arriscar na literatura tentando descrever várias histórias e cenários que conheceu na cidade usa, em um palavreado leigo, sua concepção sobre o conjunto paisagístico inicial e o adulterado pelo homem nesse lado sul do perímetro urbano de Vila Boa e parte integrante do território montante das encostas vizinhas ao Morro Chapéu de Padre

Para mim, na minha imperdoável ingenuidade, e de acordo com os meus escassos conhecimentos da geografia local, a Serra Dourada começa aqui mesmo, neste adorável Largo do Moreira, porquanto era por essa palavra, assim grafada, que os nossos antepassados costumavam designar a originalíssima e rara árvore de papiros classificada por Lineu<sup>15</sup>. Há que julgar-se que essa curiosa espécie de vegetação ficasse coberta de branco uma vez por ano, abundasse por onde agora mantemos os nossos quintais entupidos de pomares verdejantes, muitos deles se dirigindo para o Areião (Setor vizinho ao Moreira), aos valhacouts cascalhentos do Córrego Bacalhau (limite Sul da cidade em direção à Serra Dourada), etc. Mas, contando que vão em rumo da célebre montanha, findando nas suas veigas.

(Marques, 1985, p. 218)

---

15 Aqui se afirma que a árvore do papiros era conhecida inicialmente como ‘moreira’, embora não haja informação precisa sobre essa referência citada pelo autor.



Figura. 47 - Largo do Moreira com o Morro do Canta Galo em segundo plano. Pintura de Johann Emanuel Pohl, 1832.

Uma nota histórica extraída por Simoni (2013) de um antigo periódico da comunidade vem confirmar, em suas entrelinhas, a primordial nomenclatura daquela nascente, num momento de demanda emergencial ocasionada por uma seca sem precedentes naqueles primeiros quarenta anos de existência da povoação garimpeira quando ainda se recolhia água nos fossos de quintais ou em minas que só pouco depois é que seriam convertidas em estruturas edificadas de chafarizes

O ano de 1772 marcou uma época triste nos anais da Cidade de Goiás, faltavam víveres. Houve fome e até as próprias águas diminuíram o volume (rios). A maioria dos veios que serviam Vila Boa ficou estéril, a Cambaúba, as águas de José Moreira (mina de grotta do Chapéu de Padre) e Ana Costa (mina de grotta da Carioca) resistiram. Então a Câmara veio mandando construir uma fonte pública no cercado de Ana Costa (o pioneiro Chafariz da Carioca) tendo sido encarregado da empreitada Lourenço da Cruz Leal [...]

(Simoni, 2013, apud *Jornal Cidade de Goiás*, 1949)

Notável o reconhecimento da perenidade desses mananciais (Carioca, Cambaúba e Chapéu de Padre), e por si despertando uma logística visível: por gravidade, numa época sem bombas de sucção modernas, o confinamento das duas primeiras fontes num ponto baixo de cânion as impedia de serem plenamente usufruídas pelos cidadãos, que as recolhiam por cântaros carregados por pessoas e mulas e, por sua vez, caberia ao Chapéu de Padre, em sua elevação privilegiada dentro do sítio, a missão abastecedora daquela pequena civilização sertaneja em expansão.

### 3.1 - Toponímia

Não se tem notícia precisa de quando o domínio público se apropriou do topônimo ‘Chapéu de Padre’, permanecendo este na memória popular mesmo que incomum em território goiano, mas folcloricamente recorrente em outras localidades do Brasil e chegando a registrar certos elementos paisagísticos em cidades do Maranhão (Figura. 48) ou de Minas Gerais (Figura. 49), e mesmo a gerar nomes de municípios nos interiores do Piauí e da Bahia (Figura. 50).

No caso piauiense essa nomenclatura não possui relação com a forma de algum monumento natural mas sim com uma história local, ocorrida por volta de 1910, em que, de acordo com o artigo do professor Jobervan Rodrigues de Abreu (site da Prefeitura de Morro do Chapéu – PI, 2024), um vaqueiro teria perdido o seu chapéu, e nunca mais o encontrado, em busca de uma novilha em um morro da região.

Conforme dados da Prefeitura de Morro do Chapéu – BA (2024) a origem de sua povoação portuguesa, quando remontaria inclusive o nome da elevação homônima da de Goiás, teve início pela mesma motivação aurífera só que ainda no século XVI, bem antes do desbravamento feito pelos bandeirantes no Planalto Central. Logo, a versão nordestina pode ter inspirado o ‘batismo’ do acidente geográfico vilaboense. Pode haver até um paralelo entre as duas realidades interligadas, indiretamente, com a extinta Estrada Geral dos Sertões, do século XVIII e sua ‘corrida do ouro’, que conectava a então primeira capital do Brasil, Salvador, com Vila Boa de Goyaz.

Uma informação curiosa sobre essa paisagem baiana é que os moradores a tratam mais frequentemente pelo apelido de ‘Morrão’, e esclarecem que a forma de chapéu só pode ser contemplada a partir da face Sul; ao passo que seu par goiano também só podia ser apresentado em formato de cobertura para cabeça sob o ponto de vista em direção inversa, do lado Norte da formação, antes de desaparecer aos poucos a cada geração nas mãos de alguns construtores.



Figura. 48: Morro do Chapéu, município de Carolina (MA). Parte integrante do Parque Nacional Serra das Mesas. Fonte: Wikipedia Commons (2011)



Figura. 49: Morro do Chapéu, município de Capitólio (MG). Fonte: site Rotas Serra da Canastra.com.br (2024)



Figura. 50: Morro do Chapéu, município de Morro do Chapéu (BA). Fonte: Guia Turístico de Salvador, Bahia, Nordeste e Brasil (2024)

O que é de se compreender, pareidolisticamente falando, quando se deixa levar pela contemplação do imaginário do sertanejo, seja na Caatinga ou no Cerrado, em identificar em seus domínios paisagísticos muito do que se possa representar sua devoção majoritariamente católica, o que tem seu motivo ilustrado na Figura. 51.



Figura. 51: Exemplar de 'chapéu de padre', conhecido tecnicamente pela cúria ou clero católico como 'saturno' por seu formato peculiar lembrar o planeta homônimo e seus anéis ao redor da órbita.

O promontório original da montante do Córrego Chapéu de Padre, cuja compleição já não existe mais como resultado de constantes e sucessivas intervenções, teria uma forma aproximada desta cobertura sacerdotal, que, diga-se, era bem mais abaulada que os demais pois esses últimos, pelas imagens já apresentadas, são na verdade típicos platôs.

A propósito, a maneira como somente em Vila Boa é que se tenha reservado em específico o complemento ‘de Padre’, em comparativo aos demais exemplos desse tipo de formação mencionados como que evidenciando um caráter mais sagrado que em outros lugares, se poderia então atestar uma importância um tanto que mística para essa elevação com a formatação do gigante Saturno do sistema solar, alimentado pela hierarquia da Igreja tão fortemente consolidada na comunidade.

Há de se considerar também que, durante a ciranda de troca de nomes em que se submeteu o chafariz alimentado pelas águas desse ‘monte sagrado’, no Largo da Cadeia, desfilaram ‘Chafariz do Moreira’, Chafariz da Cadeia’, ‘Chafariz de Cauda’ e, de forma mais primitiva e esquecida mas que talvez desvende esse mistério: ‘Chafariz da Boa Morte’, em menção à capela que existiu a poucos metros acima do chafariz, antes mesmo da igreja de mesmo nome na Praça da Matriz, duas quadras abaixo. Sob essa ótica, então, é de se suspeitar que os clérigos, em algum momento de perda dessa memória sacra da fonte, tenham protestado à sua maneira compensando tal sacrilégio ao menos procurando manter o sentimento de que a paróquia ainda se saciava sob as abas do ‘Chapéu da Igreja’.

E parece que, por ironia do rumo rotineiro do progresso da urbe, o tão explorado morro acabou por absorver, mesmo que de maneira invisível, a forma do tal astro e seus anéis de asteroides, quando se considera que centenas de toneladas das rochas de quartzito de suas faces foram espalhadas como material de alvenaria ao longo dos séculos ao seu redor, num raio de até mil metros, ao servirem de alicerce pra maioria das construções civis públicas ou privadas do centro histórico. É como se tivessem alargado as ‘abas do chapéu’ do monte cobrindo todos imóveis, só que de forma invertida, ao preencher o subsolo das casas, templos e repartições.



Figura 52: Alicerces expostos no Centro Histórico, apresentando rochas extraídas do Morro Chapéu de Padre, nas bases respectivas de um comércio no Mercado Municipal, da lateral da Igreja Matriz e do Museu das Bandeiras, antiga Casa de Câmara e Cadeia. Fonte: José Maria (2024)

Talvez aqui o significado de ‘padre’ como ‘pai’ possa receber mais sentido que se espera, ao se constatar que do Morro Chapéu de Padre saíram as sementes de pedras brutas que dariam a base tão necessária para o levantar da velha cidade, sendo que ao longo do processo do canteiro de obras cotidiano ainda era tão embrionária.

A muito conhecedores dos trâmites das atividades clericais de Vila Boa, Britto e Rosa (2017) em seu excelente levantamento acerca das persistentes reformas a que se submeteu a Matriz de Santana, ocasionadas por sucessivas quedas e abalos na estrutura desse templo, resgatam o relatório do que seria a principal empreitada de reestruturação da base tão reiniciada até ali

O Correio Official demonstrou as autorizações para a compra de telhas, tijolos, aroeiras e cal, a construção de uma barracão em frente à Matriz e a condução de ‘300 carradas de pedra de alvenaria e cantaria, especificando-se os preços de cada carrada da pedreira do Moreira a Praça da Cathedral e da pedreira além da barreira do Rio Bacalhao a referida praça’.

(Britto e Rosa, 2017, pág. 102, *apud Correio Official*, 20 fev. 1875, p. 4)

Considerando-se que cada carro de boi tinha capacidade para aproximadamente mil quilos de carga, então haveriam de terem sido transportados algo em torno de 300 toneladas de rocha naquele final de 1874 para 1875 só para atendimento do alicerce da Igreja Mãe, a maioria proveniente do Morro Chapéu de Padre, com sua conveniente reserva de quartzito, tão adequada para a alvenaria com sua firmeza cristalina característica, além do gnaisse das margens do Córrego Bacalhau, uns mil metros ao sul, para fins de cantaria trabalhada nos pórticos da igreja. O que é reforçado também por Brito e Rosa (2017, p. 104, *apud Vidal*, 1929, p. 1) com um secular artigo com o título ‘A Cathedral de Goyaz: resumo histórico’ em que atesta que com essas pedras foram levantadas paredes de até 4 metros de altura com suas colunas e vãos de cantaria, como se comprova visivelmente em fotos da fachada desse prédio que remontam a 1917, e que ainda apresentam esse aspecto atualmente (Figura. 53).



Figura. 53: A Catedral em reconstrução, fachada principal e lateral, 1917. Fonte: Britto e Rosa (2017, p. 152)

### 3.2 - Utilitarismo de Ultramar

E não só de fundações em pedregulho bruto se serviram os antigos moradores dali do corpo mineralógico do generoso morro como também de um material pouco conhecido por aqueles que desconhecem as áreas garimpeiras do Brasil Central e aqui apresentado nas impressões de Saint Hilaire, lembradas por Lima (2008), com seu olhar curioso de viajante europeu, de que “[...] a cidade conta com cerca de 900 casas, feitas de barro e madeira, sendo pequenas e bastante altas para a região. Várias delas são sobrados e algumas têm vidraças feitas de lâminas de talco (malacachetas)” (Lima, 2008, p. 135, *apud* Saint-Hilaire, 1816-1817, Capítulo IV).



Figura. 54: Lâminas de malacaxeta (lâminas de talco), coletada no terreno aos fundos do Hotel Vila Boa, cume da área de domínio do Morro Chapéu de Padre, onde são abundantes. Fonte: José Maria (2024)

As amostras desse minério de aspecto escamoso, laminar e translúcido atestam a presença também de xistos e micaxistos (Figura. 55) que, com suas propriedades aproximadas às do solo da região do D'Oro em Portugal, reforçariam também a cultura da uva no sopé do morro. Tal afirmação se confirma por documentos como o levantado por Bertran (1997, p. 36) que apresenta uma lista de sobrenomes de troncos goianos que constata provirem do centro-norte de Portugal, da área de influência da região

vinhateira do Vale do D'Oro, território aquele, inclusive, provido dos solos xistosos já referenciados<sup>16</sup>.

---



Figura. 55: Amostra de xisto. Fonte: Da Costa (1992)

Outro componente originário identificado em alguns pontos da área de abrangência do morro são frequentes torrões impregnados de minério de ferro descobertos quando se escava a menos de um metro de profundidade (Figura. 56). O que pode a vir de se esperar numa área de ocorrência de águas ferruginosas, que minam em concomitância ao manancial do córrego principal, não interferindo essas na incolumidade da nascente estudada, a não ser num breve trecho de dezenas de metros no médio curso.

O que se deve acrescentar também junto aos predicados vinícolas do solo do lugar, em conjunto com os xistos mencionados, uma vez que viticultores tradicionais

---

16 E até mesmo a expressão 'D'Oro', contração de 'do ouro', em referência ao montes auríferos e vinícolas daquela região setentrional lusitana pode ter sido importada muito ocultamente pelos colonos que vieram de lá quando se depara, entre as encostas da Serra Dourada em sua pendente norte com o pouco investigado Morro Cabeça de Touro, cujas vertentes contribuem com o Córrego Bacalhau tão vital no atual abastecimento da Cidade de Goiás. Seria merecido um rastreamento linguístico para se poder confirmar se 'Serra Dourada' provenha de 'Serra do Ouro' ou 'Serra D'Oro', e, por sua vez, 'Cabeça de Touro' remonte a 'Cabeça de Ouro' ou 'Cabeça D'Oro', em uma oblíqua homenagem à nascente do Rio D'Oro, português, dentro da nascente do Córrego Bacalhau.

Em tempo, durante o período minerador colonial o jargão 'cabeça de ouro', ou 'grupiara', designava "um depósito de cascalho numa encosta ou local elevado, onde se podia pesquisar ouro ou diamantes" (Dicionário Porto Editora, 2022). Daí se derivavam expressões como 'cabeça d'ouro' que por caprichos da variação linguística possivelmente teriam a sonoridade como 'cabeça de touro' Resta saber se seria o caso em algum momento remoto do desbravamento da escarpada geografia vilaboense.

relatam os benefícios que as partículas de ferro podem proporcionar ao crescimento das parreiras, como orientado por De Albuquerque (2004) ao explicar que

O ferro é um elemento imóvel na planta e, por essa razão, os sintomas de deficiência surgem nas partes terminais com paralisação do crescimento.

[...]

em condições de solos mal drenados, com problemas de encharcamento, a redução do ferro para formas solúveis é favorecida, tornando-o altamente disponível para as plantas [...].

(De Albuquerque, 2004, p. 16, apud Christensen et al., 1978)



Figura. 56: Fragmento de minério de ferro extraído na área de domínio do Morro Chapéu de Padre, acima do cume, vizinho ao terreno dos fundos do Hotel Vila Boa. Fonte: José Maria (2024)

Sobre essa extinta e esquecida produção vinícola, cirurgicamente neste exato ponto da encosta do Morro Chapéu de Padre na margem direita do alto curso do córrego, o antigo periódico *A Informação Goiana* (1932, p. 47) resgata o registro do já mencionado Horto Botânico, com o devido detalhamento de que fora projetado em 1782 e fundado de fato em 1798 por Tristão da Cunha Menezes, então governador da Capitania, sobrevivendo tal intento até 1805, onde, mesmo antes do experimento dessa ‘ilha verde’ já se registravam safras de magníficos vinhos naquele local que atingiam facilmente até trinta barris por ano, dos quais os capitães-generais tinham por hábito enviar aos soberanos em Lisboa.

E tomando-se por base que cada barril tradicional do período comportasse cerca de 160 litros se aproximaria, então, de 4800 litros de vinho ao ano, numa área

diminuta de praticamente um hectare, se constatando a alta adaptabilidade do solo local para este tipo de cultura.

Complementando as evidências desses desusos Saint-Hilaire (1975, p.55), tardiamente em 1817, narra os jantares do Palácio Conde dos Arcos, em Vila Boa, providos de “fartura à mesa, mas numa sala de refeição sombria e pequena, em que no mesmo recinto havia uma bandeja de uvas moscatéis e garrafas de vinho”. E esse hóspede francês se preocupa em acentuar que como uma garrafa dessas já custasse 1500 réis, preço acentuadamente elevado, concluía que não era mais hábito dos locais consumir a bebida, evidenciando o abandono do plantio de parreiras por ali.

### 3.2.1 - O Horto

Artiaga (1959) especifica a finalidade esperada pelas autoridades reinóis quanto ao famigerado Horto Botânico de Vila Boa, no século XVIII, ao pretenderem que no mesmo se pudessem

criar mudas de árvores frutíferas para serem distribuídas em todo o território da então capitania; e também, árvores de ornamentação e reflorestamento evitando o bárbaro processo primitivo de roças que então começava a devastar, pela necessidade de produzir alimentos para os garimpos e para as populações.

(Artiaga, 1959, p. 213)

Desenvolvido no crepúsculo do período colonial brasileiro, sua evolução foi tão meteórica quanto sua duração: partindo de um projeto urbanístico de 1782; seguido de uma desapropriação do terreno de particulares em 1789; se consolidando com suas ações de plantio de fato em 1798; para encerrar prematuramente suas operações em 1805, então consideradas insustentáveis não pela carência do solo, que por sua vez sempre se demonstrou úbere como já testemunhado pelo sucesso da vinicultura anterior ao projeto das mudas, mas sim pelo descaso dos gestores responsáveis, perfazendo não mais que sete anos de franca utilidade pública.

Essa mini epopeia pode ser conferida no periódico A Informação Goiana (1924), que republicava o seguinte trecho de uma das Sessões da Junta, de 1803, de modo esclarecedor sobre a proposta daquele projeto aos pés do Morro Chapéu de Padre

Tendo o governador do Pará creado em Belém um horto botânico, o governo da metrópole, por aviso do secretário de Estado, Dr. Rodrigo de Souza Coutinho, datado de 19 de Novembro de 1798, recomendou ao governador de Goyaz, Tristão da Cunha Menezes, que procurasse estabelecer nesta capitania, com a menor despesa possível, um horto semelhante aquelle, em que se cultivasse todas as plantas, tanto indígenas como exóticas, cujas sementes servissem mais tarde para a replantação das mattas reaes. Afastado Tristão da Cunha do governo em 1800, coube a seu sucessor, D. João Manuel de Menezes dar cumprimento a essa ordem, o que fez, adquirindo a José Francisco Hutim uma chácara de sua propriedade, no lugar conhecido por ‘Chapéu de Padre’, nos arredores da villa, pela quantia de 1:581\$800, para nella se estabelecer o horto em questão. Para ocorrer às despesas com a plantação e conservação do horto, adquiriu D. João uma chácara de café de Manuel José Leite, cujo produto, exportado para o Pará pelo Araguay e Tocantins, reverteria em proveito do Horto.

(A Informação Goyana, 1924, Vol VII, Nº 9)

Um documento que revela pontos significativos sobre a importância que a nascente do Chapéu de Padre representava para a metrópole portuguesa, ao orientar que se reproduzisse em Vila Boa o experimento dos canteiros que já progrediam em Belém do Pará, capitania essa, inclusive, de onde provinham, via hidrovía dos rios Araguaia-Tocantins, as primeiras sementes exóticas em Goiás, forasteiras não só de outros continentes como também do ecossistema amazônico, neste caso representado, por exemplo, pelos grandes oitizeiros que no século XX cobririam com a sombra de suas copas o Largo do Chafariz de Cauda.

Dentre o mosaico de espécies introduzidas desde tal campanha aos quintais vilaboenses, e mais tarde redistribuídos pelas demais localidades, se adaptariam muito bem nos trópicos do Cerrado os representantes de outras partes do Brasil como o cajazinho, o cajá-manga, o jenipapo, a jaca e a pitanga, enquanto que dentre os exóticos foram bem vindos o abacate, o figo, o romã, a fruta-do-conde, a ata, a banana, a uva, o tamarindo, a acerola, a laranja, o limão e o não muito conhecido pelos brasileiros mangustã, dentre outros que viriam depois.

E em meio aos representantes das ditas ‘plantas indígenas’ sugeridas no documento citado de 1803, a rusticidade do Cerrado, que conforme documentado já era ameaçado naquele município desde sua época de capitania, se puderam honrar a jabuticaba, o cajuzinho, a goiaba, o maracujá. Sem contar o grande zelo popular local pela baunilha, pequi, mangaba, buriti, e muitos outros.

Porém, dentre tantas joias de pomares, nenhuma se proliferou mais pelos quintais do lugar como a manga. Com sua ancestralidade na Índia, essa notável árvore de grande porte com copas tão sombreadas que se convertem em verdadeiros redutos de refúgio do sol escaldante de Goiás, a mangueira encontrou lugar digno de nota nos apontamentos de Paulo Bertran (1999) no anexo inserido dentro do processo de proposição de inscrição da Cidade de Goiás na lista do Patrimônio Histórico da Humanidade, para 2001. É também lembrada por Carvalho (2005, p. 24) como tendo sua estreia no Horto Botânico, logo abaixo do que hoje é o endereço do Hotel Vila Boa, com algumas árvores descendentes das pioneiras ainda remanescentes nas imediações do Córrego Chapéu de Padre, o berço-de-água que tornou possível esse grande ‘buquê’ de frutas por toda a região.

Agora, além de seus fragmentos de pedra que já se espalhavam por toda a base dos edifícios do Centro Histórico, o Chapéu de Padre estenderia também suas abas verdejantes pelos jardins, pomares, quintais e até matas ciliares replantadas, reinando como Saturno, como o chapéu dos padres sobre uma fiel congregação, com seus anéis de rochas e galhos em cada canto de Vila Boa.

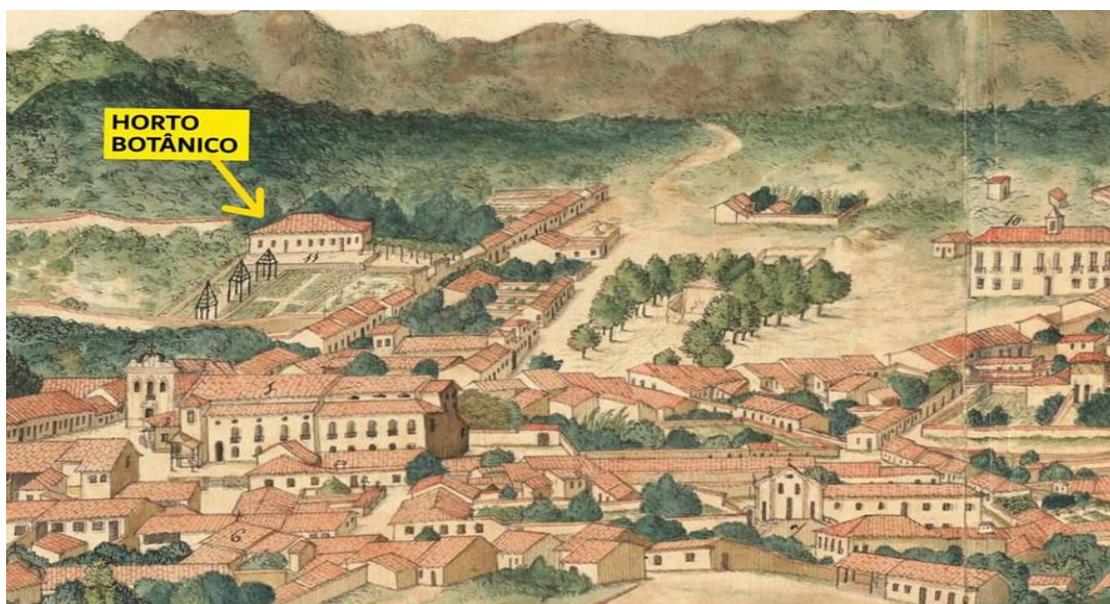


Figura. 57: Panorama de Vila Boa de Goyaz, observado a partir do Morro Canta Galo, com detalhe do Horto Botânico (1798-1805), no canto superior esquerdo do quadro, tendo logo atrás da tarja indicativa o Morro Chapéu de Padre, em primeiro plano e na coloração verde escuro. Fonte: Pintura de 1803 (Arquivo Ultramarino de Lisboa).

### 3.3 - Resgatando o legado do córrego

Quando se remonta ao processo germinal da formação da Cidade de Goiás, primordialmente Arraial de Santana e posteriormente Vila Boa de Goiás em seus tempos idos, se começa então um desvendamento da lida homem-natureza nessas paragens. E somente se adentrando a ‘mente colonizadora lusitana’ e suas permanências na cultura goiana é que se poderia compreender um instinto predatório de gerações que culminariam em ações demolidoras tão impactantes que culminariam na desfiguração de sua geodiversidade. Uma investigação necessária para se entender o processo, ora planejado ora ocasional, que desvia ou esgota nascentes, ao passo que transpõe até mesmo montes, onde vias são esculpidas, em prol de um certo conceito de progresso.

Tendo seu ‘marco zero’ urbanístico no sentido ribeirinho-montês, sempre ombro-a-ombro na faiscação por ouro, a pegada humana neste estreito vale do Alto Rio Vermelho foi definida por distintos momentos que foram interpretados por Da Silva (2008) na sequência:

1º - (1726-1730) Incidentalidade: desorganizado; ainda nas catas de ouro; primeiros momentos; arranjos da mineração; acampamento; lógica garimpeira imediatista;

2º - (1730-1740) Incidentalidade e Intencionalidade: organização inicial do traçado urbano; definição de lotes e vielas;

3º - (1740-1770) Intencionalidade e Intervenção: primeiro planejamento; governo central; regras oficiais mais bem definidas; parte sul da povoação pendendo para novos espaços de poder a partir do momento em que surge a Praça do Chafariz com sua Casa de Câmara e Cadeia, em contramão às atividades iniciais beira rio ao norte.

(Da Silva, 2008, p. 21 e 22, apud Bertran, 1987, p. 5)

A medida que tal conformação se definia, com um traçado acoplado às envergaduras de um território de epicentro que varia entre 480 a 510 metros de altitude em relação ao nível do mar, a evolução da planta do arraial, ainda nos primeiros anos de ocupação, já demonstrava o acobertamento de alguns elementos paisagísticos, ainda que discretos. Seria o caso do quase imperceptível detalhamento das fozes independentes dos córregos Manoel Gomes e Chapéu de Padre, desaguando ambos de

forma paralela e ao mesmo tempo, no Rio Vermelho em sua primeira curva dentro da povoação

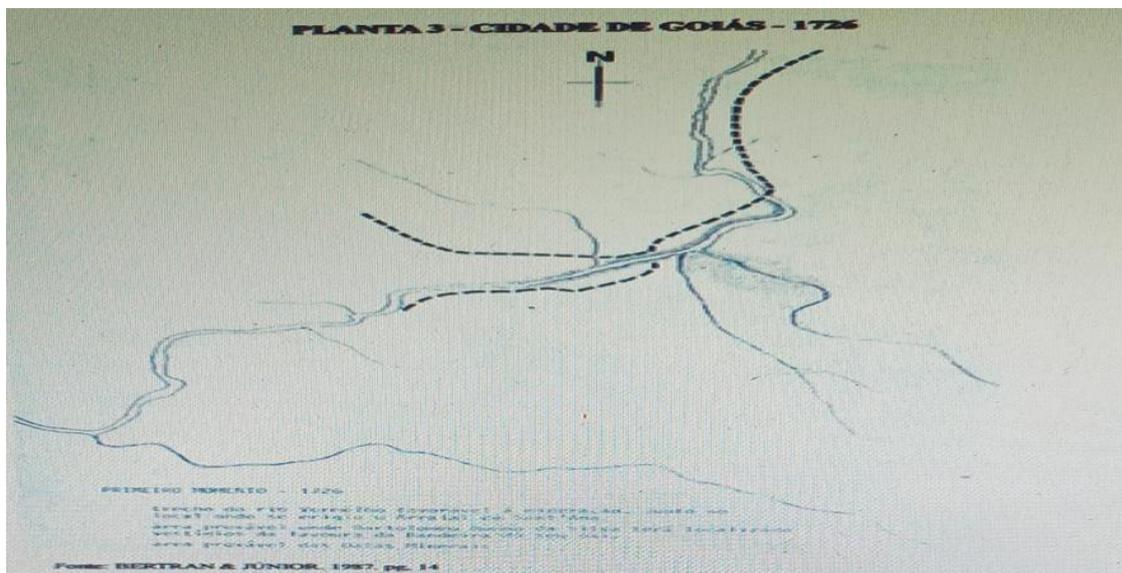


Figura.58: Primeiro momento da delimitação do sítio urbano da Cidade de Goiás, 1726. Fonte: Queiroz, 2003, p. 47, apud Bertran e Júnior, 1987, p. 14.

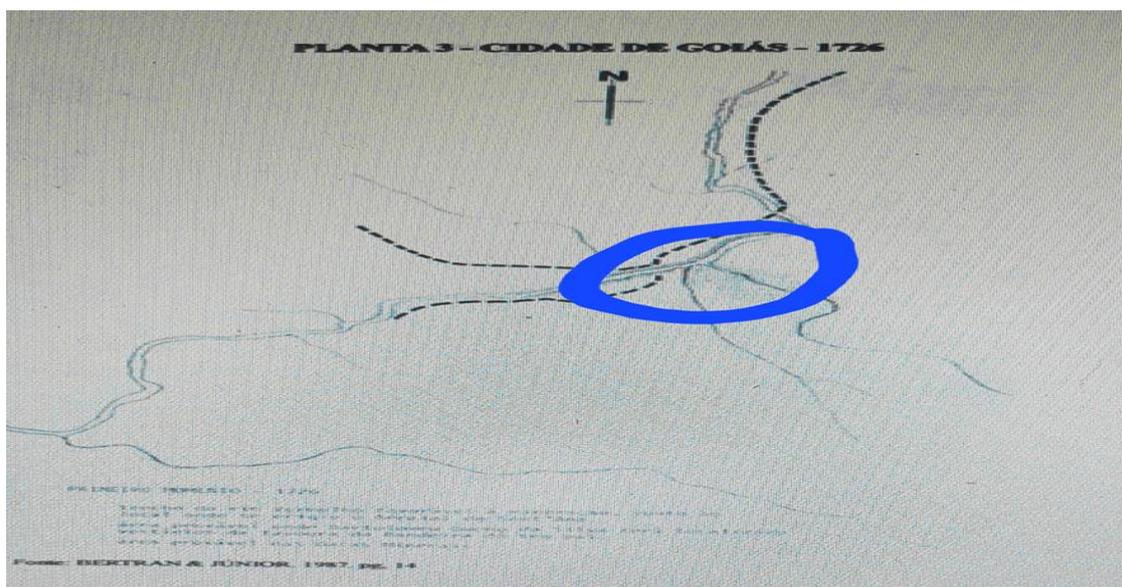


Figura. 59: No mesmo mapa de 1726, de Queiroz (2003, apud Bertran e Júnior, 1987), detalhe das fozes paralelas do Córrego Manuel Gomes (direita) e do Córrego Chapéu de Padre (esquerda), ambos desaguando no Rio Vermelho.

A diferença sinuosa de apenas dois ou cinco metros de terra seca que separa estes dois breves cursos d'água que se tornam paralelos em seu baixo curso, em um banco não arenoso mas sim de rocha bruta de quartzito, chega a ser tão confusa que os cidadãos comuns sempre julgaram, erroneamente, que o Chapéu de Padre fosse um simples afluente do Manoel Gomes. Tal ilusão de ótica se consolidaria mais ainda

depois que este trecho foi invisibilizado no século XX ao ser coberto por pontilhões de madeira, a propósito, composto de vigas duríssimas de aroeira e concreto.

O desafio pela busca de soluções que resolvessem, de maneira paliativa ou não, a questão do saneamento no grande garimpo público-privado, que foi a aventura colonizadora de Vila Boa de Goyaz, poderia ser melhor destrinchado, segundo Pereira (2020, p. 34) em momentos que recorriam inicialmente aos rios em si e poços escavados, entre 1726 e 1772, se evoluindo para a técnica das fontes e chafarizes, por mais de um século e meio de 1772 a 1948, para finalmente se adequar a encanamentos subterrâneos a domicílio a partir de meados do século XX.

Na cronologia dessas investidas é notável, pelos grandes intervalos entre uma onda reestruturante e outra, a grande dificuldade em se otimizar a dinâmica de abastecimento hídrico apontada por Pereira (2020, p. 21). Assim, num lento e gradativo processo modernizante os engenhos hidráulicos iam desfilando pelas ruelas e praças cuja evolução, segundo levantamento de Passos (2018), poderia assim ser descrita:

- Primeiro Chafariz: Carioca, de 1772. Cujo nascimento teve como motivação a primeira grande estiagem no vale, quando de fato os desbravadores europeus sentiram uma amostra de como o domínio Cerrado pode surpreender mais além que seu ciclo básico semestral de sol e chuva (p. 276);



Figura. 60 – Chafariz da Carioca. Fonte: Anônimo (2023)

- Segundo Chafariz: de Cauda, de 1778<sup>17</sup>. No início chamado de Boa Morte, por sua localização próxima à primeira Igreja da Boa Morte não mais existente neste endereço, na parte alta do Largo da Cadeia, que também lhe emprestou o nome por um tempo, atual Largo do Chafariz (p. 278);



Figura. 61 – Chafariz de Cauda. Fonte: José Maria (2024)

- Terceiro Chafariz: Praça do Palácio ou da Matriz, 1873. Sua edificação veio cem anos após o primeiro chafariz, o da Carioca. Curiosidade: Em 1906 sua compleição colonial, semelhante aos dois anteriores em estilo barroco, seria substituída por uma imagem feminina de metal, em estilo ‘samaritana’, importada das fundições da Inglaterra. A peça estaria aqui representando uma mulher carregadeira de água da comunidade originária, embora europeizada no conceito da estátua, estas profissionais resistindo até meados do século XX (p. 293 e 296);

---

<sup>17</sup> O Largo do Chafariz representa uma espacialidade ímpar no contexto da produção do urbano histórico brasileiro. O aproveitamento da melhor topografia para a construção e o respeito ao espaço amplo aberto produziu uma ambiência sem igual ante tais cidades. [...] o Chafariz ostentoso e imponente em meio ao Largo, esboça uma disposição singular no traçado das cidades históricas brasileiras (Costa; Steinke, 2013, p. 185).



Figura. 62 – Detalhe do Chafariz de Ferro da Matriz ou do Palácio, também conhecido como ‘Samaritana’. O olhar da estátua se direciona para a origem de sua fonte de água: o Morro Chapéu de Padre, a sudeste. Fonte: José Maria (2024).

- Quarto e Quinto Chafariz: da Praça 1º de Dezembro, atual Largo da Igreja São Francisco, na lateral da escadaria da igreja de mesmo nome, e a, sem mais nenhum vestígio aparente, da Rua da Pedra, atual esquina da Diocese, em frente ao Lar São José (Figura. 60). Ambos de 1901. (p. 296).

O afluxo hídrico desses dois últimos pontos de coleta tinha sua precipitação final na barranca do Rio Vermelho no ponto onde termina a sugestiva Rua da Água, por seu escoamento considerável tanto por via superficial quanto subterrânea, hoje Rua Professor Ferreira, cruzando a Avenida Beira Rio bem em frente à Igreja São Francisco. Neste exato ponto, entre 1901 e 1906, havia uma rampa de acesso ao leito do rio, com colunas de pedra sabão a emoldurá-la e hoje camufladas pelo calçadão beira rio, que faziam as vezes de um pequeno cais para canoas que, de forma quase inacreditável, ainda circulavam por ali quando havia um volume bem mais considerável de água em fins do século XIX.

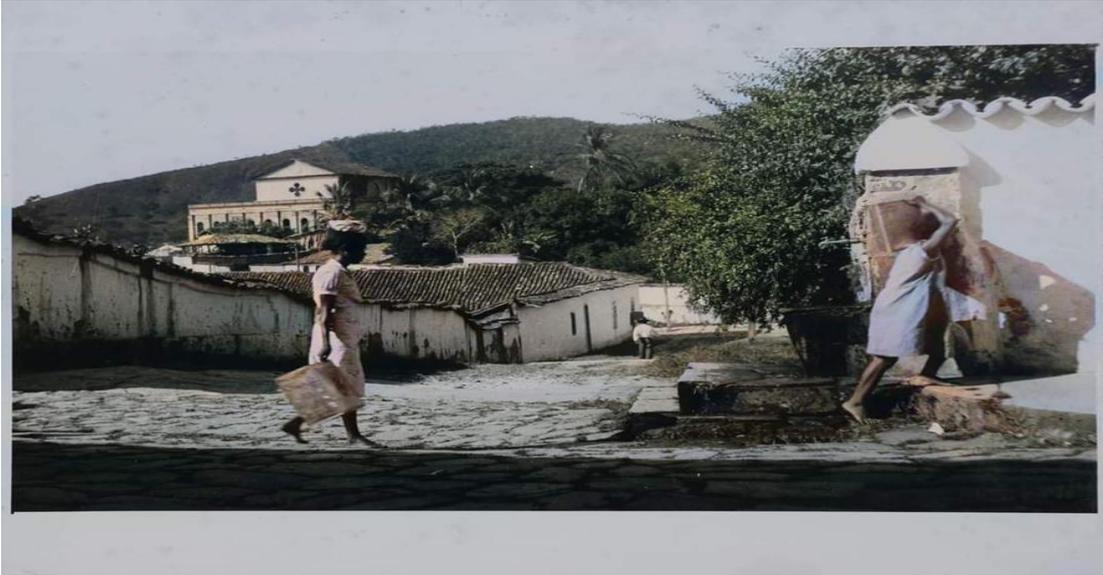


Figura. 63 - Aguadeiras se servindo do Chafariz da Rua da Pedra, ou da Diocese, nos anos 40. Fonte: Anônimo (2023)

Do segundo ao quinto chafariz mencionados as águas provinham de uma única fonte: o Córrego Chapéu de Padre. De fato o encanamento que servia os chafarizes da Praça da Matriz, do Largo da Igreja São Francisco e da Rua da Pedra nada mais eram que, pela inclinação sul-norte do setor central, extensões da transposição das águas de servidão excedentes do Chafariz de Cauda, mais antigo e em posição mais elevada.



Figura. 64 - Cisterna pública superficial que se servia da transposição do Chapéu de Padre na Rua do Horto, hoje desativada, nos anos 40. Fonte: Anônimo (2023)



Figura. 65 - Agudeiras se servindo de uma cisterna superficial de transposição do Chapéu de Padre nos anos 40, nas imediações do hoje RU (Restaurante Universitário da UFG), na Rua do Horto. Fonte: Anônimo (2024)

Pelo relatório gerado em 1873 e mencionado por Pereira (2020, p. 91), em ocasião da instalação dessas novas conexões, o aparelho de repuxo teve encanamento de tubos de pedra sabão em distância de 191,07 metros e 153 de encanamento livre; também se foi construído um encanamento paralelo de esgoto com início no Beco do Seminário, passando pela Rua d'Água (Rua Professor Ferreira) e terminando no Rio Vermelho (em frente à Igreja São Francisco) no pequeno porto já citado, a altura do fundo do mercado.



Figura. 66 – Resquícios do extinto Porto ou Cais do Rio Vermelho (detalhe das colunas de blocos de pedra emoldurando as laterais das velhas manilhas do esgoto de 1873). Antes desta parede de pedras na barranca havia uma rampa de acesso para as canoas entre as duas colunas. Ao fundo o muro de arrimo da fachada da Igreja São Francisco de Paula, em cuja base funcionava o extinto Chafariz da Igreja São Francisco. Fonte: José Maria (2023)

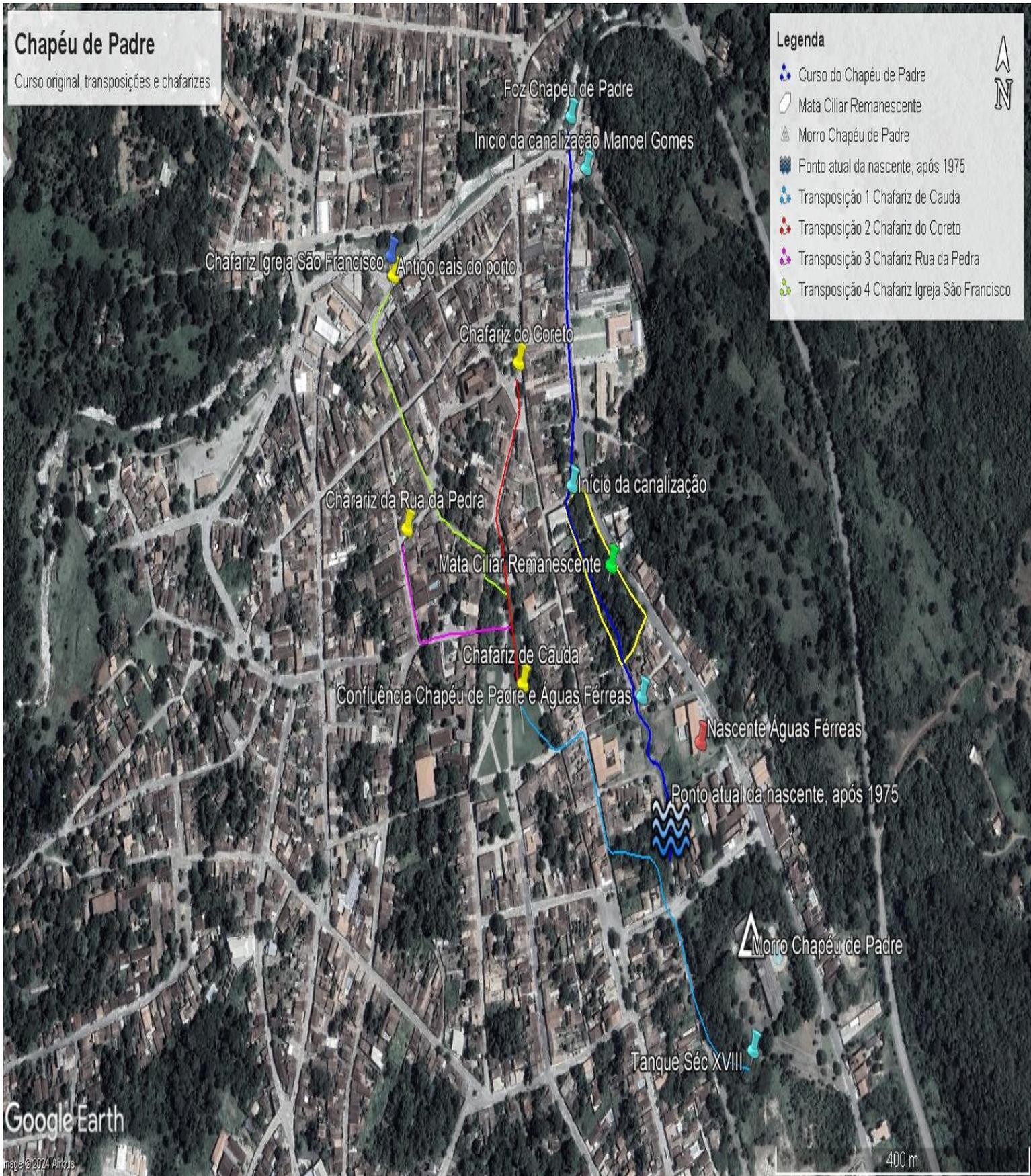


Figura 67 : Curso original do Córrego Chapéu de Padre com suas transposições, chafarizes e área de mata ciliar remanescente. Fonte: José Maria (2024)

Em paralelo a esse quadro se deve constar a inviabilidade do uso das águas do Rio Vermelho para abastecimento devido ao alarmante despejo de esgoto residencial já em 1890, conforme relatório do governador naquele ano, Rodolfo Gustavo da Paixão, rebuscado por Pereira (2020, p. 21) que aponta ser um sinal para que duas décadas depois, entre 1910 e 1920, ocorressem as primeiras medições topográficas para instalação de canos para saneamento público, pretensão essa que só atingiria sua plenitude entre os anos 40 e 50.

Séculos mais tarde, em sua vernacular obra “Canteiro de Saudades” o nativo Souza Filho (1987) apresenta uma rara e detalhada descrição de uma vizinhança, já significativamente adulterada, daquele ainda famoso, àquela época curso d’água do Chapéu de Padre até os idos dos anos 60

Fonte de água potável, o Chapéu de Padre existiu junto do Horto, no Campo do Chapéu de Padre perto do morrote onde está edificado o Hotel Vila Boa, perto ainda de local onde ficava uma das caixas d’água que supriam o Chafariz da Praça da Cadeia (Praça Dr. Brasil Caiado). Para esse Campo, davam fundos os prédios residenciais do Cabo Ludugesso Vaz Cardozo, Capitão Francisco Lopes e Abílio Alves de Castro, os dois primeiros na Rua do Horto e o último no Largo do Moreira

(Souza Filho, 1987, p. 106).

Tais ‘caixas d’água’ poderiam remontar ao período setecentista, a julgar pela delimitação observável no mapa de 1782 (Figura.67) de um ponto quadrangular no topo do Morro Chapéu de Padre (canto superior direito da Figura), e de onde saía o rastro tortuoso do curso original da montante do referido córrego. Pelo complemento da memória de populares mais idosos que conheceram tais reservatórios no cume daquela colina tais estruturas eram compostas por paredes de pedras roliças de seixo quartzítico, coletadas ali mesmo na compleição geológica do terreno, entremeados de argamassa, essa provavelmente de barro batido em tempos idos e depois de cimento em seus últimos momentos em meados do século XX.

No testemunho de Geraldo “Mano”, ex-hortelão do Hotel Vila Boa nos anos 70 e morador da área, em seus 74 anos de idade relembra que de fato, como extensão do desvio da nascente do Córrego Chapéu de Padre, no topo do Morro Chapéu de Padre, existia um tanque formado por pedras grandes e lisas (seixos de quartzito locais) fundidas com cimento e uma tampa de madeira removível. Esse tanque era um fosso com profundidade média, e possuía uma alavanca roliça para retirada da água com balde e corda. Ali a água sempre foi cristalina.

No conhecido esboço do mapa de 1782 já se registrava tal fosso com uma linha que partia desse ponto encosta abaixo, podendo representar o trajeto oculto, subterrâneo, do encanamento que conduzia a transposição a partir da montante até o Chafariz de Cauda, naquele momento recém inaugurado (1778), testemunhando assim uma frequência ancestral no acesso à sua água para a comunidade.

E mais uma vez Octo Marques (1985) consegue, com suas memórias sobre os últimos anos da Cidade de Goiás como capital nos idos de 1936, esclarecer sobre um detalhe singelo e ao mesmo tempo significativo em relação ao ponto original da nascente ainda preservado naquele período, paralelo à transposição do tanque do cume já relacionado no parágrafo anterior, ao narrar uma situação um tanto cômica envolvendo uma ação do poder público na área em questão, em ocasião do prefeito interventor, indicado por Pedro Ludovico Teixeira, Dr. Aquino Calado, se inteirar das despesas do município em sua posse

-Vejam só esse processo aqui! Não devo consentir semelhante crime perpetrado contra a causa pública. É um absurdo! Um absurdo! E será, talvez por isso, que essa prefeitura já anda à beira da falência! Pois ela vive, até, a fornecer chapéu pra padre...

E foi, daí, um Deus nos acuda para se explicar, direito, ao digno facultativo, que aquele tal empenho da firma Alencastro Veiga se referia à compra de uma torneira para a biquinha do minúsculo chafariz do Chapéu de Padre, situado, naquelas eras, nas imediações do final da antiga Rua do Horto, defronte, pois, do hoje suntuoso e confortável Hotel Vila Boa.

(Marques, 1985, p. 230).

O terraplamento de tratores na preparação do lote do futuro Hotel Vila Boa acabou demolindo essas muretas de seixo do fosso, precipitando-as encosta abaixo. Os fragmentos desse mosaico de rejuntas ainda podem ser encontrados ao pé daquela elevação em sua face leste, como uma testemunha tão discreta e silenciosa que os transeuntes desavisados sequer se apercebem se tratar de uma ruína, pois muitos julgam ser um grande estilhaço de rocha originária do morro. (Figura. 68, 69, 70 e 71)

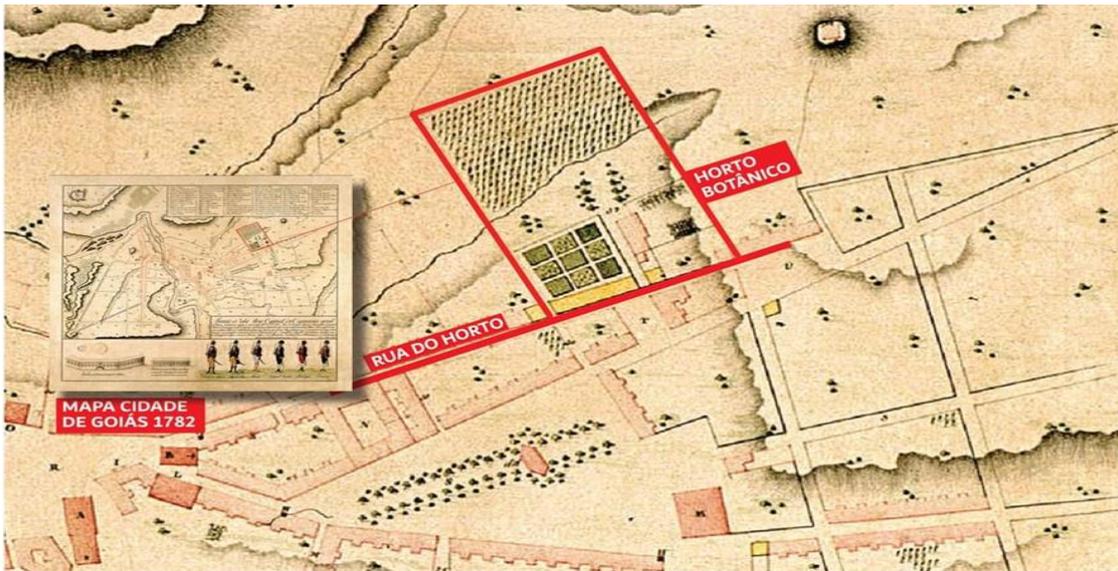


Figura. 68: Ampliação de ponto do mapa do Plano de Expansão do Traçado Urbano de Vila Boa, 1782, desenhado pelo soldado Manoel Ribeiro Guimarães, em que se destaca o Horto Botânico, com riqueza de delimitação de seus canteiros de mudas. O pequeno quadrado em destaque no canto superior direito, acima do enquadramento do Horto, seria a caixa d'água de seixos rolados que persistiu até os anos 1970. A linha tênue que parte desse referido ponto era o cano subterrâneo condutor que seguia em direção ao Chafariz da Cadeia, ou de Cauda. Fonte: Arquivo Ultramarino de Lisboa.



Figura. 69: Fragmentos de seixos de quartzito, típicos do local, que compunham o mosaico da velha caixa d'água destruída no nivelamento do cume do Chapéu de Padre. Foto: José Maria (2024)



Figura. 70: Fragmento da antiga caixa d'água, com a encosta de acesso ao hotel ao fundo (Foto: José Maria, 2024)



Figura. 71: Caixa d'água de concreto, lacrada, instalada pelo hotel no local onde funcionava a antiga caixa d'água de pedras que era aberta ao público. Fonte: José Maria (2024)



Figura. 72 – Captação de águas pluviais sobre o leito subterrâneo manilhado no trecho de desvio da nascente, na lateral do Hotel Vila Boa, esquina da Av. Bom Pastor com a Travessa Manoel Alves, acima do novo ponto de afloramento aberto nos anos 70 e ainda em atividade. Fonte: José Maria (2023)

E num clamor como testemunha ocular do apelativo empreendedorismo do poder público estadual responsável por essa devastação, Souza Filho (1987) chega a declamar uma hodie ao violentado córrego na aurora dos anos 70

Chapéu de Padre:

Era uma fonte permanente  
D'água límpida, cristalina,  
Dês o brotar da própria mina,  
Já se tornava água corrente.

Mais de século, indiferente  
À longa estiagem, mais ferina,  
Borbulhava abundantemente  
Água potável, fresca e fina.

De muitos a sede saciava,  
No labor, a outros ajudava,  
Era um dos Monumentos nossos.

Mas, eis que, enfim, chega o progresso

Cava a terra como um possesso,

E sepulta-a entre seus destroços.

(Souza Filho, 1987, p. 105)

O promontório que sempre serviu de berço para a nascente em questão teria permanecido quase incólume em boa parte de sua silhueta até 1973, quando foi acometido do projeto desenvolvimentista da construção, executada pelo governo do Estado de Goiás, do que viria a ser o afamado Hotel Vila Boa, regido pela Secretaria Estadual de Turismo, mais conhecida como Goiás Turismo ou Goiás Tur. A nação em si vivia um momento de ressignificação das riquezas naturais e da cultura com a meta de divulgação dos atrativos potenciais em novos cenários ainda pouco conhecidos do grande público, que como metodologia impressionista investia em empreiteiras e seus colossos.

Em nota, a ideia original do uso dos recursos públicos para tamanha obra hoteleira se destinava para o remoto distrito de Águas de São João, distante 75 quilômetros da sede do município, que desde os anos 20 já era visitado por especialistas em saúde que procuravam promover as propriedades terapêuticas da água sulfurosa daquele local, a exemplo do que já ocorria algum tempo, com sucesso, em Araxá (MG). Dantas (2016), documenta que a proposta seria construir um hotel que procurasse seguir os passos do Maravilhoso Hotel de Araxá e a lendária ‘lama de Dona Beija’ para uma versão goiana mais modesta.

Em 1973, o governo estadual desapropria a área em torno das fontes com vistas à instalação de uma estância hidromineral. Considerando a ocorrência de ‘água de alto e reconhecido valor terapêutico e em volume suficiente para aproveitamento industrial’ e a necessidade de garantir condições mínimas de modo a propiciar ‘a expansão da indústria turística local’ (Goiás, 1973), dentre outras razões, o governo estadual, por meio do Decreto Nº. 44, de 2 de abril de 1973, determina:

Art. 1º - ficam declaradas de utilidade pública, em caráter de urgência, para fins de desapropriação, a área de 135, 01, 08 ha e as benfeitorias situadas no imóvel rural denominado ‘São João da Gurita’, no município de Goiás;

[...]

Art. 2º - o imóvel descrito no artigo antecedente se destina à instalação da ‘Estância Hidromineral de São João’ (Goiás, 1973)

E pela Lei Nº. 7.619, de 12 de abril de 1973, o governador do estado, Leonino Di Ramos Caiado, ficou autorizado a abrir à Secretaria da Indústria e Comércio créditos especiais de até Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) para custear as despesas decorrentes da desapropriação. O pagamento aos moradores do Distrito pela desapropriação das benfeitorias de fato ocorreu, mas a instalação da referida estância, não. Houve até um projeto para a implantação de um hotel com 30 apartamentos e de um balneário (*O Popular*, 1978).

(Dantas, 2016, pp. 226-227)

No entanto a população do distrito em questão não se interessou ao descobrir que o projeto interviria intensamente na compleição natural de sua tradicional e estimada nascente, envolvendo inclusive o uso de dinamite na empreitada para aumento do fluxo da empática mina.



Figura. 73: Fonte sulfurosa de Águas de São João (Foto: Dantas, 2016)

Daí terem os gestores públicos redirecionado o esforço hoteleiro de tal verba pública para o próprio perímetro urbano da Cidade de Goiás, nascendo assim o Hotel Vila Boa, que por sua vez escalpelava o ‘chapéu do velho guerreiro de pedra’ e entortava sua nascente em lágrimas.

Toda essa dinâmica se deslançando meteoricamente no curso de poucos meses ainda naquele mesmo ano de 1973, quando já se desmatava o épico monte, também em caráter de urgência, em prol de impedir que a verba pública escapasse naquela ocasião, afim de poder entregar à opinião pública a culminância do grande hotel em 1975, tal qual uma fortaleza feudal no cume da agora retirada cobertura geodiversa original do

morro. Pouparam-se as águas sulfurosas de São João ao passo que se convertia a generosa mina do Chapéu de Padre num reles ‘boi de piranha’ dos caprichos comerciais e faraônicos.



Figura. 74: Vista panorâmica do Morro da Carioca, a partir do topo aplainado do Morro Chapéu de Padre, na área da piscina do requintado Hotel Vila Boa, recém inaugurado. Em primeiro plano, ao lado da calçada em estilo ‘Copacabana’, um pequeno afloramento sobrevivente da rocha quartzítica matriz. O momento exato em que um secular reservatório popular sedia espaço pra um pseudolazer público que, vinte anos mais tarde, seria transferido pro usufruto privativo empresarial (1975). Fonte: Anônimo (2023)



Figura. 75: Face leste da área da piscina do Hotel Vila Boa (1975). Fonte Anônimo (2023)



Figura. 76: Entrada reclinada do Hotel Vila Boa, face leste do Morro Chapéu de Padre, recém inaugurado em 1975. Fonte: Anônimo (2023)

E um efeito colateral menos observável, mas não desmerecedor de menção, foi o apagamento gradativo do único afluente do Córrego Chapéu de Padre: o Córrego das Águas Férreas. Sua breve extensão, com algumas dezenas de metros, e sazonalidade agravada pela retirada total da vegetação ciliar, levando-o a desaparecer quase que por completo entre gramíneas de várzea no período da estiagem, chegou elevar seu status a uma espécie de ‘lenda urbana’ imortalizada com nome de beco e com direito a poesia, tamanho o seu ocultamento.

Souza Filho (1987, p. 86) o descreve como “uma mina de água férrea, cercada de mureta de pedra, junto ao muro do lado esquerdo da entrada da Chácara do Horto, que foi de ‘Seu’ Miranda e mais tarde dele adquirida pelo Senador da República Dr. José Joaquim de Souza. Ficava no final do Beco da Água Férrea, beco este que começa na Rua do Horto (Rua Félix de Bulhões), logo abaixo da ladeira do Moreira.”

Fonte da Água Férrea

És uma Fonte d’água esquecida  
(ninguém de ti se recorda mais),  
Mas, para muita gente desta vida,  
Com as tuas águas férreas naturais.

Naquele teu recanto escondida,  
Achada pelos nossos ancestrais,  
Era do anêmico a preferida,  
Pelas tuas virtudes medicinais.

Cobriam-te moitas de Jasmim Caiana,  
Florido, tal qual a mulher goiana,  
Que na beleza nunca achou rivais.

Hoje, deixaram-te desprezada,  
Só, no teu recanto destroçada:  
Oh! Fonte de Água Férrea de Goyaz.

(Souza Filho, 1987, p. 85)



Figura. 77: O diminuto e sazonal Córrego das Águas Férreas em seu ponto de confluência com o Córrego Chapéu de Padre. Fonte: José Maria (2023)

E o mesmo autor não perde a oportunidade para se valer dos versos tanto para o ufanismo ao pequeno curso ferruginoso, quanto para denunciar seus momentos de depredação que se revezam aos seus parques melhoramentos urbanizantes

Beco da Água Férrea:

Entre dois muros apertado,  
Rolando entre eles enxurradas,  
Do 'Beco do Cisco' encanadas,  
Todo de pedra mal calçado.

Nos muros, limos no costado,  
Mui 'saborosas' sazoadas  
(De cacto, frutas apreciadas),  
No chão, merda por todo lado.

Tal foi esse Beco em outra era,  
Em GOYAZ, a terra do Anhanguera,  
Cidade onde nasci e fui criado.

Hoje, é um Beco limpo, bem decente,  
De outrora é muito diferente,  
Té de luzes é iluminado.  
(Souza Filho, 1987, p. 77)

Como se não bastasse a adulteração do curso original da nascente, as últimas duas centenas de metros do baixo curso são totalmente invisibilizadas ao transporem a galeria que corre longitudinalmente o final da Avenida Deusdeth Ferreira de Moura até seu desemboque no Rio Vermelho (Figura 77 a 82). Mas, mesmo que confinado sob um teto pisoteado entre veículos, casas, quartel ou escola, essa corrida secreta no subsolo pode ter convenientemente preservado, ao seu modo, a calha do valente córrego que, bastando uma daquelas clássicas enchentes, emerge com sua força e reclamando seu espaço.



Figura. 78 – Professor Vandervilson junto ao respiradouro no baixo curso canalizado do Chapéu de Padre, na Av. Deusdeth Ferreira de Moura. Fonte: José Maria (2024)



Figura. 79: Aspecto da dupla foz, agora fundida pela intervenção humana, dos córregos Manoel Gomes e Chapéu de Padre (Foto: José Maria, 2024)



Figura. 80: Originalmente, no sentido montante-jusante, a esquerda desse pilar delimitaria o curso do Chapéu de Padre, ao passo que a direita serviria ao Manoel Gomes. As constantes obras na calha acabaram por gerar um único fluxo final. (Fonte: José Maria, 2024)



Figura. 81: Rocha matriz de quartzito na foz dos dois córregos em questão. (Fonte: José Maria, 2024)



Figura. 82: Início da galeria da foz dos dois córregos, com teto de sustentação formado por vigas de aroeira centenárias que por décadas suportam o trânsito de veículos pesados na Avenida Beira Rio no pavimento logo acima. (Fonte: José Maria, 2024)



Figura. 83: A galeria atinge mais de 50 metros de extensão, com uma altura de 1,6 metros, passando por baixo da Avenida Dom Prudêncio, também conhecida como Avenida Beira Rio, na altura entre a Prefeitura e o Hotel Casa da Ponte. Foto: José Maria (2024).

### 3.4 - Medidas paisagísticas inovadoras

#### 3.4.1 – Operação Oásis

Um dantesco quadro de carestia de recursos naturais na paisagem pós febre-douro ao final dos anos 1700 se descortinava sobre os, até poucos anos antes, rentáveis veios vilaboenses. Talvez as autoridades reinóis tenham tido como sinal de alerta uma carta, escrita em 1778 pelo Guarda-Mor das Terras e Águas Minerais, José Ribeiro da Fonseca Rangel, que denunciava queimadas indiscriminadas, acúmulo de detritos e ribeirões envenenados por mercúrio, diagnosticado por Pereira (2020, p. 84) de que Goiás já vivia um desastre ecológico nos últimos vinte e cinco anos do século XVIII, entre 1775 e 1800.

Procurando sair do lugar comum de um mecanismo colonizador única e exclusivamente predatório ininterrupto, a capital goiana dos lusitanos teria experimentado, como poucas capitânicas, um projeto revitalizador pioneiro, embora incipiente, ainda sob o domínio de Lisboa. Ocasão, segundo Coelho (1997), do surgimento de propostas que vislumbrassem um empenho povoador que pudesse permanecer, evitando assim o espectro de cidade-fantasma típico das zonas mineradoras em algumas partes do globo. Esboços de traçados planejados começavam a aparecer nas telas de cartógrafos militares designados na reconfiguração da vila a fim de resguardá-la dos efeitos avassaladores do êxodo de ex-garimpeiros.

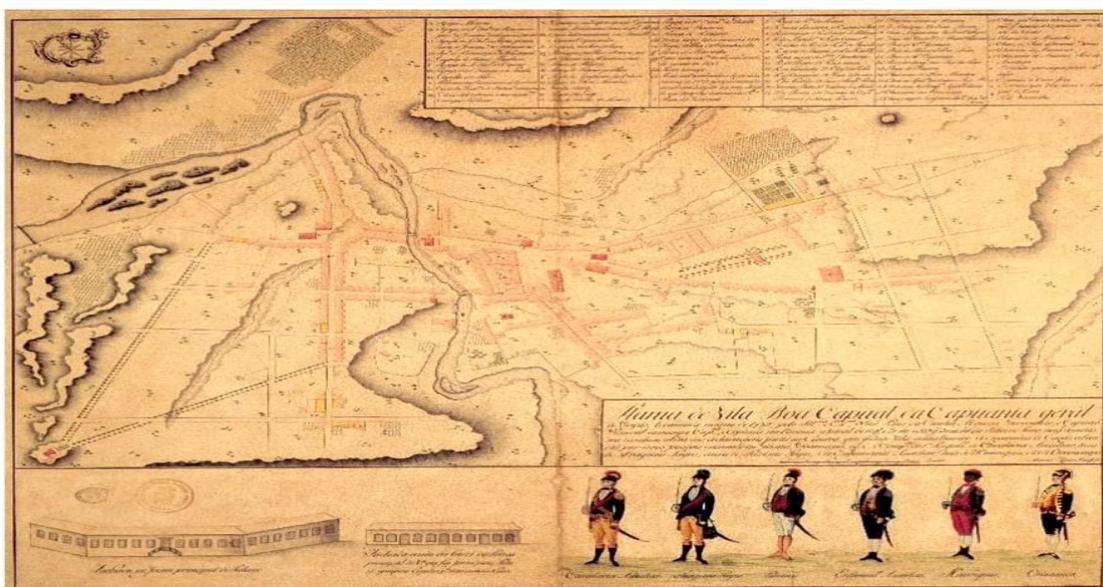


Figura. 84: Planta do Reordenamento Urbano de Vila Boa de Goyaz, desenhada pelo soldado Manoel Ribeiro Guimarães, de 1782. Fonte: Arquivo Ultramarino de Lisboa.

Foi um momento de ‘boom’ em construções sacras que atesta certo desânimo dos cidadãos que buscavam pelo apelo da fé um novo esforço de permanência na vila, aqui se erigindo os demais templos subordinados à Matriz de Santana: Igreja da Boa Morte, Igreja do Carmo, Igreja da Abadia, Igreja São Francisco e Igreja Santa Bárbara.

Pereira (2020, pp. 85-86, *apud* Bertran, 1991) relaciona que por parte do poder temporal são construídos nesse ínterim o Pelourinho em frente à Casa de Câmara e Cadeia, o primeiro calçamento de pedras, entre a Rua da Fundação e o Largo do Palácio, e, como resposta à avassaladora seca replicada entre 1772 e 1774, a edificação do ‘cartão de visitas’ da gestão do governador José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho, mais conhecido como o Barão de Mossâmedes, que governou entre 1772 e 1778: o Chafariz do Largo da Cadeia, que se imortalizaria bem mais tarde com o topônimo de Chafariz de Cauda até os dias atuais.

Para Pereira (2020, p. 85, *apud* Élis e Maia, 1979, p. 15) é na ocasião desse investimento na provisão de água potável para Vila Boa que o visionário barão muito provavelmente embasara-se em sua experiência anterior como Governador da região de Mossâmedes, essa não sendo ainda a vila vizinha da antiga capital de Goiás, mas seu homônimo africano original na então colônia portuguesa no litoral sul de Angola, de onde proviria a nomenclatura de seu título nobiliárquico, numa localidade que, convinha-se, também sob um clima tropical semi-árido savânico que apresentava seus desafios de abastecimento. E as águas do Chapéu de Padre convenientemente serviriam a esse propósito por gerações em nome da epopeia goiana.

E nessa mesma referência Pereira (2020, p. 88) oferece uma sutil nota técnica ao identificar o nome do pedreiro executor dessa empreitada de 1778 como Lourenço da Cruz Leal, o mesmo responsável pelo Chafariz da Carioca poucos anos antes, levantada aquela entre 1772 e 1774, com o apontamento sobre o rego subterrâneo aberto para tal transposição, a partir do alto curso do Chapéu de Padre, devidamente betumado e de lages de arenito, extraídas obviamente do Morro das Lages, pertencente ao complexo do Morro do Cantagalo.

A folclorista Regina Lacerda, parafraseada por Curado (2003), afirma o que vislumbrou deste elemento arquitetônico entre os anos 60 e 70 em que

Esse chafariz era alimentado com água que vinha das minas situadas nas imediações do morro do Chapéu de Padre, canalizada para diversas caixas d'águas existentes no largo do Chapéu de Padre. Seguindo a canalização pelo beco de igual nome, atravessava a Rua do Horto, abaixo da Ladeira do Moreira, ia até o beco do Cisco. Descia por ele até a praça, onde subia pelo 'rabo do chafariz' para desaguar na caixa geral, colocada detrás do Chafariz. E, daí distribuía para três torneiras de lado de dentro e duas outras fora. Uma em cada tanque e duas outras de fora, uma em cada lateral”

(Curado, 2003, p.25, apud Regina Lacerda)

Descrição condizente com o testemunho de Souza Filho (Curado, 2003, p. 25, *apud* Souza Filho, 1983, p. 54) quando descreve o mesmo como em “estilo barroco e de amarelo e branco pintado rabado, com tanques aos lados. (...)três torneiras internas, duas do lado de fora com água pura, sadia, que todo mundo bebia, guardava em pote de barro, sem filtrar, sem ferver, só um pedaço de enxofre no fundo dele deixado! ...”

Tamanha foi a receptividade da população da urbe colonial por tão afamada obra estética e de utilidade pública que, conforme Pereira (2020, p. 98, *apud* Silva e Souza, 1998, p. 99) o governador que sucedera o Barão de Mossâmedes, dessa vez Luiz da Cunha Meneses (1778-1783) acabou por formar uma alameda e passeio público no largo do Chafariz, e para isso plantaram por ordem as árvores que depois foram cortadas, por se dizer a vizinhança que suas raízes danificavam as águas, por suporem perfurar o encanamento e contaminar a água da fonte; o que se comprovaria infundado mais tarde. Pereira (2020, p. 90, *apud* Elis e Maia. 1979, p. 16-17) complementa com a nota sobre uma última tentativa paisagística colonial no local, que ocorreria entre 1800 e 1802 ao se ajardinar o Largo do Chafariz procurando imitar o Passeio Público do Rio de Janeiro.

Outras iniciativas estéticas seriam alavancadas, um século e meio mais tarde, em torno dessa 'esfinge' portuguesa do Cerrado, como relata Curado (2003, p. 26, *apud* Souza Filho, 1985, p. 55) ao datar seu tombamento pelo IPHAN em 03 de maio de 1951, que alavancaria a reconstrução da cauda do chafariz; para em seguida, por iniciativa do governo estadual em 1974, culminar no atual paisagismo que, até a data deste presente trabalho, ainda prevalece em sua originalidade básica que lhe ocasionou o surgimento de uma característica marcante em sua nomenclatura até então não existente: a cauda.

De fato essa extensão traseira da fonte aparece pela primeira vez em uma rara fotografia de 1893, para desaparecer na virada do século, não mais existindo até os anos 50, como constatado nas pioneiras fotografias de José Alencastro Veiga, 1908, e Joaquim Craveiro, 1911-1915, em que nelas são vistos apenas um pequeno contraforte.

(Figura. 84 a 86). Logo, o topônimo ‘Chafariz de Cauda’ só veio a surgir a partir de um padrão criado duzentos anos após o levantamento dessa obra, constatando que, de fato, era conhecido originalmente, e já relacionado nesse mesmo trabalho, como Chafariz do Moreira, para em sequência vir o termo Chafariz da Boa Morte e mais tarde Chafariz da Cadeia. (Figura. 87 e 88)



Figura. 85: Fotografia de 1893 do Chafariz da Cadeia com cauda, essa proveniente da reforma de expansão que abasteceria o Largo da Matriz, em 1873. Foi retirado durante as obras de expansão da transposição de 1901, quando surgiram extensões para a Rua da Pedra, Diocese, e a Rua da Água, Igreja São Francisco, por medidas fitossanitárias. Fonte: Anônimo (2023)



Figura. 86: Chafariz de Cauda, ‘sem a Cauda’. Ainda era conhecido como Chafariz da Cadeia. Fonte: Alencastro Veiga (1908)



Figura. 87: Chafariz de Cauda, quando a nova cauda estava sendo construída nos anos 50. Fonte: Anônimo (2023)

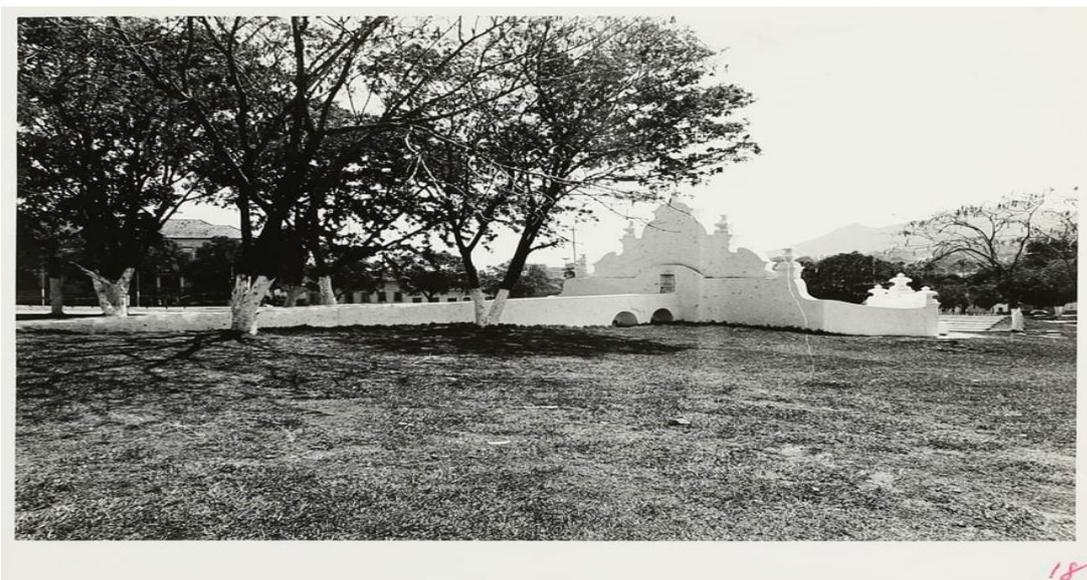


Figura. 88: Chafariz de Cauda, em rara foto entre os anos 60 e 70, apresentando sua cauda adornada por árvores, que não existem mais. Detalhe para uma parte do extinto ‘Lunário’ ou ‘Anfiteatro’ no canto direito da fotografia, em frente ao chafariz. Fonte: Anônimo (2023)



Figura. 89: Chafariz de Cauda com o formato mantido desde os anos 60. Fonte: José Maria (2024)

### 3.4.2 - Função lúdica

E ainda procurando acompanhar as metamorfoses por que passou esse simbólico largo do epicentro da história de Goiás, estado ou cidade, algumas joias de projetos da prefeitura que incrementassem seu uso pela comunidade não poderiam passar incólumes, embora não se possua mais nenhum vestígio que tenham existido, não fossem as raras fotos de moradores que vivenciaram tais experiências. Foi o caso:

-Do playground cercado que funcionou pouco acima da cauda do chafariz, nos anos 60 e com duração efêmera, com direito a escorregador e balanço (Figura. 89);



Figura. 90: O passageiro e totalmente sem resquícios Parquinho do Chafariz, em foto de 1965. Fonte: Anônimo (2023)

-Do pequeno anfiteatro instalado em frente à entrada do chafariz, escavado entre os anos 60 e 70, que, embora amplamente utilizado pela população como ponto de peça teatral escolar e ponto de paquera ou fotos com amigos, comenta-se que sua proposta original se destinava a servir, à noite, como um ‘lunário’ (observatório das fases da lua), um termo pouco usual inclusive, em substituição ao ‘observatório’ desativado da Rua Ernestina, que teria funcionado entre 1888 e meados dos anos 50 do século XX. Esta estrutura concretada tão significativa, tanto para a memória popular quanto acadêmica, resistiu até o ano de 2002 quando foi demolida e soterrada pelo poder público municipal sob precipitadas orientações de lideranças políticas locais que se justificavam por detrás de uma suposta nova estética exigida para o centro histórico, então recém reconhecido como Patrimônio da Humanidade poucos meses antes, ao final de 2001 (Figura, 90, 91 e 92).



Figura. 91: Crianças no chafariz nos anos 70, em uma das várias afirmações do local como área de lazer para a população. Fonte: Anônimo (2023)



Figura. 92 – Crianças na arquibancada do extinto Anfiteatro do Chafariz, anos 80. Fonte: Anônimo (2023)



**Anfiteatro no Largo do Chafariz**  
**Fonte: Programa Monumenta**

Figura. 93: Último registro do 'Lunário' ou 'Anfiteatro' do Chafariz, durante sua demolição em 2002.

### 3.4.3 - Rede vital: entre torneiras e histórias

De volta ao projeto colonial original e seu mote, Lima (2008, p. 49) reflete a urgência da criação desse chafariz com água potável de real qualidade e de bom paladar, que emanava do escudo quartzítico do Morro Chapéu de Padre, uma vez que o lençol freático do centro da cidade é composto de águas salobras, adentradas entre blocos de gnaíse, insuportáveis ao consumo humano e aproveitáveis somente para atividades de faxina e lavanderia, essas mesmas extraídas dos velhos fossos dos pátios do Museu das Bandeiras, do Quartel do XX, da Igreja da Boa Morte ou do Palácio Conde dos Arcos, além de algumas residências.

E, ousando uma crítica sobre a simbologia em torno da silhueta dessa fonte pública, talvez desnecessariamente monumental para os padrões locais, Lima (2008) discorre que

No seu interior há um medalhão esculpido em pedra-sabão que diz:

MANDADO FAZER PELA CÂMARA DESTA VILA, SENDO GOVERNADOR E CAPITÃO GENERAL O ILUSTRÍSSIMO JOSÉ DE ALMEIDA VASCONCELOS SOVERAL E CARVALHO E OVD. GERAL O DESEMBARGADOR ANTÔNIO JOSÉ DE ALMEIDA. ANO DE 1778.

De todas as obras de inspiração barroca da cidade, a mais intrigante é, sem sombra de dúvida, o chafariz. Em primeiro lugar pela sua grandiosidade não-

funcional, pois para receber uma simples d'água construiu-se um palco e um cenário grandioso.

As características do estilo barroco estão presentes no seu risco, quase atingindo o rococó que é uma exacerbação do barroco. Apresenta no seu detalhamento o uso pródigo de volutas, curvas e contra-curvas, medalhões, coruchéus (elementos piramidais ou cônicos arrematando cantos das construções), todos muito bem desenhados e executados com esmero.

[...]

O perfil do chafariz é um ícone da Cidade de Goiás, assim como as colunas do Palácio da Alvorada o são para Brasília.

(Lima, 2008, p. 73)

Apontar que a obra do Chafariz de Cauda seja um esforço 'não-funcional' pode demonstrar desconhecimento da incontestável utilidade pública, vital até, que essas águas transpostas do Chapéu de Padre tenham significado para a Cidade de Goiás e todo seu aparato social e administrativo. Afinal, como já descrito nesse trabalho, outras fontes públicas foram despontando em mais locais do centro da capital, todas se abastecendo das águas servidas do incólume córrego, como se deram nas torneiras do Chafariz do Largo do Palácio, da Rua da Pedra e da Igreja São Francisco. Sem contar que, não havendo encanamento para as residências, repartições públicas e igrejas todo esse líquido precioso era coletado nesses pontos enumerados e distribuído para todos os imóveis do centro nos braços de uma categoria profissional *sui generis* de trabalhador urbano: o(as) carregadores(as) de água de Vila Boa de Goyaz, também conhecidos como 'aguadeiros'.

Uma curiosidade acerca desses carregadores de potes e latas era uma outra atividade paralela que desenvolviam muito bem: o expediente de aproveitarem suas entregas a domicílio em residências, comércios e repartições para transmitirem recados e notícias entre os bairros, e receberem informalmente por esse serviço extra também, como registrado no periódico *Mensagem do Estado de Goyaz*, de 1975, e resgatado por Almeida (2010, p. 28).

Logo, muito antes de meios de comunicação como rádio, TV, telefonia ou internet os chafarizes já exerciam o papel de grandes centrais de transmissão de dados da comunidade; e mais uma vez, involuntariamente, o Chapéu de Padre contribuía como centro difusor comunitário não só de suas águas, como também, por essa nova ótica, de expressões, ideias e saberes.



Figura. 94: Aguadeiras no Chafariz de Cauda, numa foto dos anos 30, em sua labuta diária em levar cada gota do Chapéu de Padre, e cada recado também, para todos os cantos da Cidade de Goiás. Fonte: Anônimo (2023)



Figura. 95: Aguadeira no Chafariz da Carioca, em fotografia dos anos 30. Fonte: Anônimo (2023)

### 3.5 - Jardim Secreto

E mesmo com a expansão imobiliária impiedosa, mais acentuada no século XX, por toda a extensão do leito do Córrego Chapéu de Padre que chega a apresentar trechos totalmente desprovidos de margem que não esteja tomada por muros e paredes se debruçando de forma intrusa sobre a barranca da calha natural, ainda se pode deparar com a agradável surpresa de uma resiliente vegetação ciliar remanescente. É o que se

identifica ao longo de algumas dezenas de metros dentro do médio curso, do lado esquerdo da Avenida Deusdeth Ferreira de Moura no sentido periferia-centro.



Figura. 96 – Médio curso do Chapéu de Padre canalizado com pedras rústicas do século XVIII, no trecho final da mata ciliar preservada. Detalhe para a pureza da água mesmo se localizando abaixo do ponto de poluição de esgoto domiciliar acima da mata, comprovando o protagonismo das raízes das plantas no processo natural de filtragem. Fonte: José Maria (2024)



Figura. 97 – Professor Vandervilson, sobre o último trecho do Chapéu de Padre antes de ser ocultado pela canalização subterrânea no baixo curso até sua foz. Detalhe para a parede do extinto Clube Cantagalo, à esquerda da foto, exemplificando a demasiada concentração de construções sobre o leito do córrego. Fonte: José Maria (2024)

Embora seja um torrão privado, cujo acesso acaba sendo livre para a comunidade por não possuir cerca, este resquício de terreno num setor central e tão antigo só sobreviveu ainda pela peculiaridade de possuir uma topografia demasiadamente acidentada e rochosa que dificulta a construção civil por ali. Neste ponto do curso do córrego seu filamento de água serpenteia dentro de um pequeno e relativamente profundo canyon, totalmente camuflado pela densa vegetação.

O afloramento de rochas de quartzito nessas margens ocultadas do curso d'água, com soerguimento quase que vertical de placas paralelas dispostas em uma posição que acusa sua força de formação no sentido leste-oeste, obedece à mesma direção da movimentação que teria dado origem também à crista do Morro Dom Francisco ou São Francisco, também conhecido como Morro do Cruzeiro ou da Antena, que se levanta imponente pela banda do nascente a quase dois quilômetros dali. Visivelmente se constata que esse vale tenha passado por uma grande pressão de dobramento, a estimados bilhões de anos, resultando em colinas encimadas por placas tão sobrepostas e íngremes que acabam por conferir uma paisagem com aspecto de quem se encontra do lado de dentro de uma vasta fortaleza e suas muralhas de pedra, ora de arenito, como no Morro das Lages no limite norte, ora de quartzito e xisto, dentro do complexo Dom Francisco-Chapéu de Padre no limite leste.

Tal evidência apresentada por esses enclaves que restaram podem servir como testemunhas de como era de fato a estrutura interna do cume do Morro Chapéu de Padre, também soerguido em placas paralelas verticais sob a mesma força de pressão leste-oeste encontrada em suas margens do médio curso, podendo-se concluir a partir daí que a fissura subterrânea que permite o afloramento da nascente do córrego em questão obedeça ao mesmo direcionamento, resultando por gravidade um fluxo longitudinal na direção sul-norte até a calha do Rio Vermelho.



Figura. 98 – Afloramento rochoso na área de vegetação preservada. Fonte: José Maria (2024)



Figura. 99 – Afloramento rochoso em dobramento verticalizado na área de mata preservada. Fonte: José Maria (2024)

E sob a ótica da vivência de Leandro Divino Rios Serra (24/04/24), frequentador do local desde que nasceu, nos anos 60, a lateral deste ambiente era uma espécie de ponto final da Avenida Deusdeth Ferreira que, tendo seu início no alto da ladeira para quem vem de Goiânia, ao sul, se detinha aqui com cercados de muros de pedra seculares que determinavam uma extensão do fundo dos quintais das residências da Rua do Horto que atravessavam toda a área com seu limite final nas margens do Córrego Manoel Gomes, que dista hoje a mais de cem metros da avenida aberta que acabou desapropriando esses fundos de lotes para a consumação de seu traçado. Atualmente a

dita avenida serve como divisor de águas das calhas do Manoel Gomes e do Chapéu de Padre.

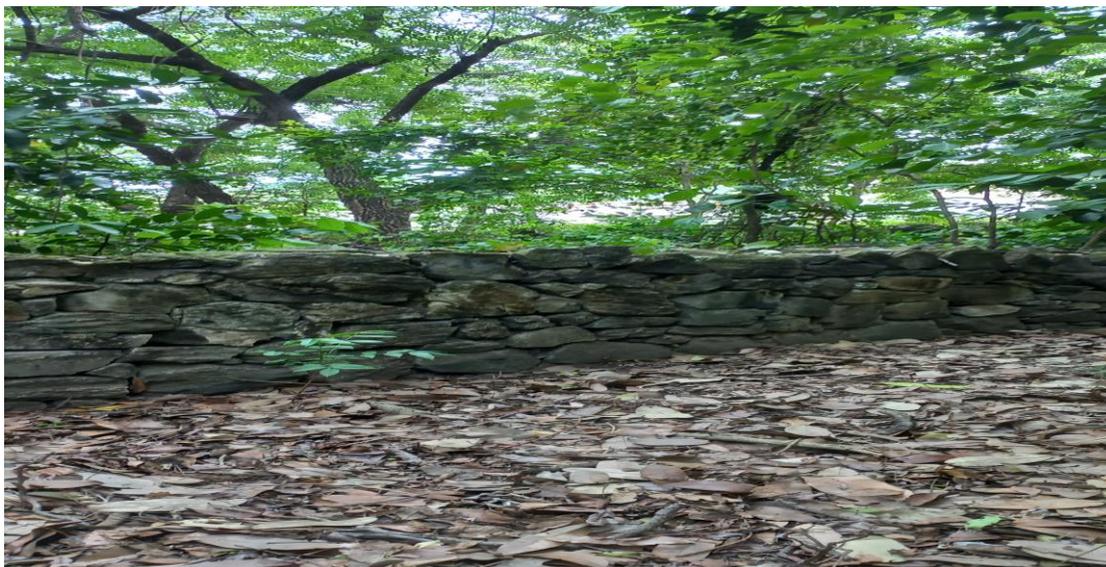


Figura. 100 – Muro de pedras remanescente na área de mata preservada, como resquícios dos velhos quintais. Fonte: José Maria (2024)

O mesmo Leandro afirma dados preciosos, hoje dificilmente detectados, como:

- A partir daquele ponto havia uma declividade muito acentuada e brusca que impedia o transito de pessoas e animais, daí todos utilizarem a Rua do Horto antes da abertura da avenida;

- Esses fundos de quintal serviam também como currais para cavalos;

- Os meninos improvisavam brincadeiras sob as árvores do local, como ‘ringues de luta’, dentre outras atividades lúdicas. O que demonstra alguma acessibilidade deste pequeno ambiente arborizado para as crianças da vizinhança;

- Havia muitas mangueiras seculares gigantescas, da espécie Bourbon. Tão grandes que tratores tiveram que arrancá-las, juntamente com o estilhaçamento dos degraus naturais de lajes que disputavam espaço com elas para a abertura da avenida nos anos 70. Em tempo, a extensão dessa via fazia parte do pacote de obras que envolviam a ocupação do topo do Chapéu de Padre para a construção do Hotel Vila Boa, oferecendo um momento de modernização daquela parte da cidade;

-Não se pode dizer que todo esse pequeno bosque seja de mata original, já que mesmo algumas espécies nativas foram plantadas pelo próprio Leandro e outros moradores entre os anos 60 e 70, intercalando-as com as ainda existentes. Logo, essa

‘mancha verde’, tal qual se apresenta atualmente, tem boa parte de sua origem a pouco mais de cinquenta anos atrás. Testemunha que plantaram por ali espécimes de nó-de-porco, mirindiba (tarumã), fruta-banana, cedro, aroeira, gonçalo alves, além de outros que não consegue lembrar.

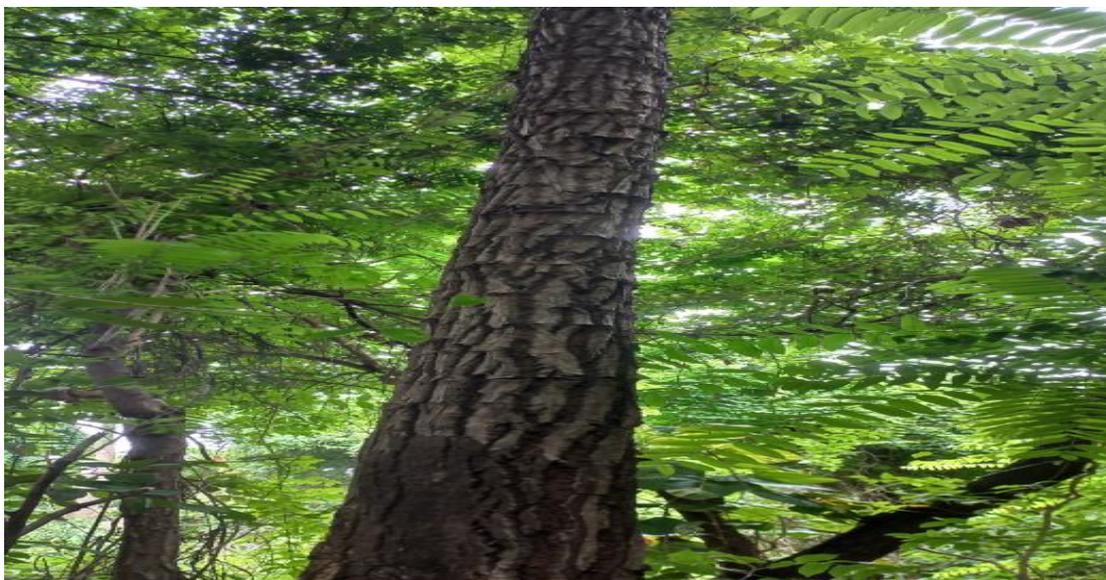


Figura. 101 – Exemplar de árvore nativa dentre as várias espécies de grande porte identificadas na área de galeria da mata ciliar remanescente. Fonte: José Maria ( 2024)

Essa frágil bolha comprimida entre tantas investidas de asfalto, concreto e adobe tem contado mais com a sorte da falta de interesse empreendedor em seu chão irregular do que com medidas de salvaguarda do poder público ou da sociedade civil organizada que possam intervir nas garantias mínimas de um meio ambiente urbano equilibrado.

Somente nos anos 90 é que se propôs algumas regras de novos loteamentos no município da Cidade de Goiás e seus impactos sobre os recursos hídricos e suas microbacias, através do primeiro Plano Diretor, de 1996, rebuscado por Silva (2008). A propósito, tal regimento a muito está desatualizado carecendo de nova repaginação. E nos artigos 21 e 114, embora não explicitem o leito do Chapéu de Padre em si, representam esse primeiro preocupar de fato oficial sobre os córregos e rios vilaboenses, o que já era muito significativo quando se reconhece que até 1989 ainda se praticava garimpo com uso de mercúrio dentro do Rio Vermelho no centro da cidade:

Art. 21:

“Serão consideradas áreas de preservação ambiental as margens dos córregos, a uma distância mínima de 100 metros para o Rio Vermelho e os córregos: Bacalhau, Manoel Gomes, Bagagem, Prata e Carneiro, e as encostas de serra com declividade superior a 40% ;

[...]

Art. 114:

“Não será permitido despejo de águas pluviais na rede de esgoto, nem o despejo de esgoto ou águas residuais e de lavagem nas sarjetas dos logradouros ou em galerias de águas pluviais, salvo os efluentes devidamente tratados conforme as normas emanadas da autoridade competente.”

(Silva, 2008, p. 55, *apud* Plano Diretor da Cidade de Goiás, 1996)

### 3.6 - Evolução do uso e depredação do córrego para saneamento

Cançado (2007, p.93) localiza nas coordenadas 15° 56' 16,9'' S / 50° 08' 16,3'' W como o ponto onde a montante do Córrego Chapéu de Padre encontra-se, em relação ao nível do mar, com sua nascente e sua foz a 541 m e 490 m de altitude, respectivamente, e, portanto, com um desnível de 65 metros. Percorre tal trajeto, em linha reta, cerca de 620 metros que, obedecendo o curso original sem retificações da calha, acaba por se converter de fato em algo em torno de 900 metros.

Com uma compleição tão limitada em extensão e volume fica difícil assimilar a intensidade como a comunidade da antiga capital goiana conseguiu explorar ao máximo este breve veio, com incontestáveis abusos e desfigurações, sem de fato extingui-lo. E para o entendimento aqui almejado se requer uma breve retrospectiva dos processos que levaram ao sorver deste patrimônio hídrico mais além do que aqui já se desenterrou sobre as extrações de seus minerais pelos construtores e seu solo irrigado pelos viticultores e hortelãos em nome do reino de além mar.

Consolidado como principal provedor de água potável por toda a fase colonial esse córrego iniciava o século XIX, às vésperas da Independência, como uma curiosidade científica de viajantes que tentavam decifrar os mistérios fitossanitários deste vale povoado de agruras endêmicas. Brasil (1961) relembra que o naturalista Sebastian Pohl, quando esteve por essas plagas em 1819, percebeu algo intrigante

“Em Vila Boa observei muitos casos de papo. Vi indivíduos com o pescoço deformado por três bócios. Os habitantes, sem exceção de cor, sofrem desse mal; e os próprios animais, por exemplo, cães e cabras, são acometidos. Atribui-se o efeito a água e indica-se uma única fonte da cidade como fazendo exceção à norma. Os estrangeiros também são atacados pelo mal, que via de regra lhes aparece dois meses após a sua chegada”

(Brasil, 1961, p. 110, *apud* Pohl, 1976, p. 124)

Seguramente o estrangeiro se referia como ‘exceção à norma’ ao Chafariz da Cadeia, mantido pelo Chapéu de Padre, como alternativa à essa antiga doença dos sertões relacionada a águas salobras já identificáveis em todas as cisternas do centro. Uma incógnita seria o porquê de ele não ter incluído como água apropriada também o Chafariz da Carioca, o que pode apresentar algum fator limitante que um certo relatório de Pedro Ludovico Teixeira, de 1932, durante os laudos pessimistas de justificativa para a mudança da capital para a nascente Goiânia, obtenha a peça para tal questão

É muito comum, em todas as cidades que não têm água canalizada, o expediente primitivo de recorrer a população á abertura de cisternas para prover água potável.

Nesta capital, nem desse recurso se póde valer a população, ainda que a maioria das casas tenha cisterna. É que aqui a água de poço é absolutamente impotável, devido á abundância de carbonato de cálcio que lhe adicionam as rochas calcareas que formam o subsolo da cidade. Rara é a cisterna que não se tenha aberto na pedra viva, a dinamite.

Em alguns pontos centrais do perímetro urbano, as águas dos poços não são utilizadas nem para banhos, porque, além do carbonato de cálcio, contêm outras substâncias que as tornam viscosas, neutralizam a ação química do sabão e provocam sensação desagradável na epiderme.

[...]

(...) O Chafariz da Carioca está com a água infeccionada, solicita-lhe imediatas providências, precedendo a remoção de toda água em depósito

(Pereira, 2020, pp. 123-124, *apud* Rocha, 1932, ofício)

Embora o texto não se refira a que tipo de ‘infecção’ era acometida a Fonte da Carioca mas há que se presumir que as justificativas do gestor na ocasião tinham como linha corrente no discurso a salubridade das águas no subsolo, ricas em carbonato de cálcio. No entanto, não há queixas da população quanto a alterações na consistência dessa nascente, mas a sua procedência de uma escavação em uma colina de rochas que contenham talco, que aqui se trata da Furna no sopé do Morro Dom Francisco, já tratada nesse trabalho no capítulo 2, pode até despertar a possibilidade de um acúmulo de partículas desse material, tão sedimentar, nesse tradicional chafariz das margens do Rio

Vermelho, necessitando, então, do tal tratamento. E mesmo que essa especulação exija uma outra investigação à parte para uma melhor definição, ainda assim se apresenta aqui mais uma evidência da essencialidade que a qualidade das águas do Chapéu de Padre representam para a saúde pública nesse núcleo urbano.

Ademais, Pereira (2020, p. 99) relembra que a famosa enchente de 1839, que comprometeu boa parte do funcionamento do Hospital São Pedro e destruiu a Igreja da Lapa, também deixou sua marca no Chafariz da Carioca destruindo sua estrutura, por se encontrar no nível do rio, levando a cidade a passar um certo período se saciando somente com as águas do Chapéu de Padre através de suas torneiras no Chafariz da Cadeia.

Alguns cidadãos devem ter contestado o uso exclusivo das águas do Chapéu de Padre durante o período de ausência da Carioca, pois, segundo Brasil (1961, p. 110) o Presidente da Província Olympio Machado teria mandado, em 1850, examinar as águas férreas do Horto, encarregando do exame químico os Drs. Theodoro Rodrigues de Moraes, Francisco Antônio de Azevedo e o Cirurgião-Mor Vicente Moretti Foggia, estes chegaram a atestar sua excelente qualidade até para fins medicinais contra os ‘males do sertão’.

Dando prosseguimento aos desafios do saneamento Pereira (2020) também enumera alguns eventos como

- 1857: O Chafariz de Calda está com pouca água. A causa seriam raízes de uma planta conhecida como ‘mata pasto’, e formigas que atravessam o encanamento;

- 1863: Ocorre a reconstrução do encanamento com um devido olhar técnico do governador Couto Magalhães: “Hoje corre n’elle maior volume d’água que antes. O encanamento estava danificado e era tão mal feito que grande parte d’água derramava-se pela terra.” (RPP, 1857, f. 22)

[...]

“as sobras das águas do Chafariz da Boa Morte são propriedades do Palácio do Governo: ‘há anos porém que ellas não chegavão ao seo destino, não só pela má direção do encanamento, como por ser ele mal construído.” (RPP, 1863, f. 46);

- 1872: No governo de Antero Cícero de Assis se constrói uma nova vertente (nova transposição) para aumentar o volume de água:

“Encanava-se uma nova vertente com o fim de aumentar o volume da água, porem não sendo ella suficiente para o abastecimento do mesmo chafariz e dos encanamentos do seminário e quartel por perder-se a que corre nas bicas, propoz o Dr. Engenheiro da Província a substituição das mesmas por torneiras, que se mandarão vir da corte, por não havei-as no mercado desta cidade; as quaes esperão-se a todo momento.” (RPP, 1872)

(Pereira, 2020, p. 100-101)

Não há registros de outra manutenção anterior a essa, levando a crer de desde 1778 fosse a mesma, com dutos compostos de lajotas de arenito (Figura. 88) que podem ter perdido sua vedação com o tempo, sendo então substituídas, em 1863 por canos de pedra-sabão, pra só mais tarde, com as extensões da transposição no início do século XX entre 1901 e 1906, serem substituídos por encanamentos de ferro.



Figura. 102: Aspecto de canaleta de arenito, no Largo do Moreira, que era utilizada para condução de água até do Chafariz da Cadeia em seus primeiros cem anos de existência. Fonte: José Maria (2023)

Perante os percalços enfrentados de um natural crescimento demográfico que atingia suas 10 mil almas no sítio urbano o engenheiro civil Arthur Napoleão Gomes Ferreira da Silva, no alvorecer do século XX em 1901, conforme Pereira (2020, p. 111) levantou um relatório topográfico que diagnosticasse melhor como expandir a oferta de água além da dependência dos chafarizes, constatando que o ponto habitado mais elevado era no lugar denominado Areião, a 45 metros acima do nível do Rio Vermelho, se necessitando, segundo seus cálculos, elevar a captação a uma altura de 75 metros, que levaria ainda meio século mais tarde à exploração do Córrego Bacalhau nos contrafortes da Serra Dourada.

Enquanto essa revolução técnica não ocorria o Chapéu de Padre continuava em sua missão ao ter sua transposição do Chafariz estendida também, e tardiamente, às torneiras do Palácio do Governo, sob a gestão do Intendente Municipal João Pinto Barbosa Pimentel, em 1913, continua Pereira (2020, p. 118). Outras ‘penas d’água’, como eram chamadas as novas ligações da transposição do córrego, já estavam funcionando a algum tempo como nos, já mencionados nesse trabalho, chafarizes da Rua da Pedra e da Igreja São Francisco, ambos de 1901, e do Largo da Matriz, esse último sendo a emblemática estátua da Samaritana da Praça do Coreto, levantada em metal vindo de Londres em 1906.

Como a primeira década do século XX foi marcada por uma maior demanda pelas águas do Chapéu de Padre com essas novas torneiras o Intendente Municipal, José Neto de Campos Carneiro, por meio da Lei nº 195 de 1º de Agosto de 1908, passava a proibir a lavagem de roupas no Ribeirão Manoel Gomes, que fornecia água ao chafariz público (Pereira, 2020, p. 116). Aqui se percebe a institucionalização de um erro crasso histórico e geográfico ao atribuir o abastecimento de todos esses chafarizes ao obtuso Manoel Gomes, totalmente periférico e alheio à dinâmica daquele tecido urbano, tirando os créditos do Chapéu de Padre.

Apesar do lapso, as lavadeiras de fato exerciam suas atividades nas águas do Chapéu de Padre, real fornecedor hídrico a todos os fins, mas num ponto abaixo da captação, na altura do que seriam os fundos do Restaurante Universitário da Universidade Federal de Goiás – UFG.

Ao final dos anos 40 o posto de capital do estado já não pertencia mais à Cidade de Goiás, com Goiânia despontando no cenário nacional, o que gerava muito descontentamento entre famílias tradicionais. Muitos aparelhos públicos haviam sido desativados ou transferidos e algumas medidas reparadoras timidamente foram surgindo no intuito de se compensar a antiga sede do poder com um mínimo de infraestrutura mais aprimorada. E de todos esses mecanismos talvez nenhum tenha sido mais sensível à realidade do povo quanto a tão adiada instalação da água encanada do Bacalhau, a 9 km do centro, com conexão direta às primeiras residências favorecidas.

Com o primeiro regulamento municipal sobre o uso devido dessa nova jazida, de 1948, o Prefeito Hermógenes Coelho inaugurava a água encanada na cidade no dia

11 de abril de 1949 (Pereira, 2020), apresentando o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE (1949-1974), com um progressista trecho em seu discurso

(...) Para trás ficou o flagelo das secas e a consequente falta d'água das fontes da 'Carioca' e 'Chapéu de Padre'. Além dos antigos chafarizes outros foram instalados em pontos diversos, no perímetro urbano, de modo a beneficiar aqueles que não puderam dotar os seus prédios de, ao menos, uma pena d'água.

(Pereira, 2020, p. 137)

Vale ressaltar que como o Chapéu de Padre não secava o 'flagelo das secas' aqui exaltado se referia mais ao labor dos carregadores de água do que uma carestia partindo dessa fonte em si. Ironicamente, os chafarizes que pareciam estar prestes a serem descartados dentro de tal linha de gestão, ainda continuariam coexistindo com o jorro do Bacalhau até os anos 80. Atesta Pereira (2020, p. 139) que prova burocrática disso é o Requerimento do Vereador Sebastião Veloso, em 1954, solicitando a instalação de mais dois chafarizes para a população carente, em pleno meados do século XX, mas se valendo dessa vez do fluxo do Bacalhau: um no alto da Rua Ernestina, para os operários da Rua do Oriente, e um no alto da Rua do Moreira.

Berquó (2009, p. 27) descreve a continuidade desses trabalhos de engenharia hidráulica com a inauguração da Estação de Tratamento de Água do Bacalhau, no governo Leonino Caiado em 1975, junto ao aparelhamento do recém criado Saneamento de Goiás – SANEAGO, logo após o mesmo estadista estancar e desviar com o colosso do Hotel Vila Boa a nascente do Chapéu de Padre, tida essa agora como dispensável após um século e meio de serviços prestados a gerações de goianos.

E finalmente, em meados de 1992, as torneiras do Chafariz da Cadeia, agora já chamado desde os anos 70 de Chafariz de Cauda, eram lacradas definitivamente por ordem do poder público.

Mas, conforme denunciado por alguns autores (Costa et al 2003), antes mesmo desta extinção definitiva das velhas torneiras dois alarmantes episódios se haviam transcorrido sobre as duas principais seculares fontes da cidade:

- Com o Chafariz da Carioca, entre os anos 70 e 80, a construção de uma rodovia (GO-164) que cortaria o veio de ligação entre a Furna e o Rio Vermelho acabou por gerar aterros que interromperiam o fluxo da água que só seria restabelecida pela Prefeitura

algum tempo depois, porém sem o jorro original de outrora, ao ponto de não ser mais possível saciar a sede neste velho monumento que permaneceu apenas como memorial;



Figura. 103: Na primeira cena: devastação do Largo da Carioca, entre os anos 70 e 80, durante a abertura da GO-164, cortando o fluxo da fonte. Na segunda cena: processo de recuperação da Carioca nos anos 80. Fonte: Anônimo (2023)

- Ao passo que com o Chafariz de Cauda, também durante os anos 80, se foi identificada poluição de esgoto urbano junto à nascente do Córrego Chapéu de Padre, gerando a imediata interrupção do fornecimento da água que, àquela altura, ainda era consumida por transeuntes que pelo Largo da Cadeia passassem, em especial crianças e adolescentes que por ali sempre jogaram futebol no gramado. Algum tempo depois o

esgoto identificado seria devidamente canalizado e as torneiras do chafariz voltariam funcionar por mais um pouco de tempo para se fecharem de vez na década de 90, como já mencionado.

Procurando rastrear qual seria essa misteriosa fonte poluidora daquela época se pode utilizar como referência de pistas o que Carvalho (2005, p. 64), em seu levantamento de relatos sobre os quintais da Cidade de Goiás, acaba por descobrir, indiretamente sobre o caso. O pesquisador narra que os moradores da Rua Cambaúba, quando crianças, se banhavam com frequência no Rio Vermelho entre a Casa de Cora e a Prefeitura, só passando a perceber a contaminação deste trecho do rio com esgoto a partir de 1982. De certa forma a referida data possui relação com o começo das atividades do hoje extinto Hospital Bom Pastor, convenientemente localizado a poucos metros acima da nascente do Córrego Chapéu de Padre que, por sua vez, deságua exatamente neste ponto mencionado do principal rio da cidade.

O estudo de Almeida e Caiado (2000) pode vir a corroborar com tal hipótese ao acusarem o *modus operandi* da população local, durante a segunda metade do século XX, no que concerne à lida com dejetos domiciliares ou empresariais

(...) com a chegada da água encanada, banheiro, sanitários com descarga, foram construídas fossas para armazenar os dejetos advindos destes sanitários. Porém, na sua maioria, as casas não aderiram a esse recurso e fizeram ligações a rede fluvial. Esse procedimento implicou o aumento da quantidade de resíduos líquidos despejados no Rio Vermelho. As redes hospitalares também fizeram uso desse método.

Almeida e Caiado (2000, p. 20)

Portanto, esses autores afirmam o despejo de dejetos realizado por instituições de saúde nos cursos d'água mais próximos de suas instalações, relacionando o Hospital São Pedro com o Rio Vermelho e, os hoje desativados, Hospital Brasil Caiado e Hospital Santa Rita com o Córrego da Prata, e o Hospital Bom Pastor sobre o Córrego Chapéu de Padre. Os mesmos pesquisadores complementam também com o dado de que até o ano de seu trabalho, 2000, ainda não havia rede de esgoto tratado na cidade.



Figura. 104: Esgoto do Hospital São Pedro despejado no Rio Vermelho. Anos 60. Fonte: Anônimo (2023)

Até Cora Coralina denuncia em trecho de um de seus poemas a situação calamitosa de detritos no rio em frente sua residência nos anos 80

Rio Vermelho

Tenho um rio que fala em murmúrios.

Tenho um rio poluído.

Tenho um rio debaixo das janelas

Da Casa Velha da Ponte.

Meu Rio Vermelho.

[...]

(Coralina, Cora. Melhores Poemas. São Paulo. Ed. Global. 2008)

De uma forma esclarecedora a qualidade das águas do Chapéu de Padre retornariam plenamente a partir de 2005, data próxima do fim do funcionamento da instituição hospitalar diretamente relacionada com seus impactos.

Desde então, apesar de não mais se acusarem despejos de dejetos na cabeceira do córrego, algumas irregularidades permaneceram, como um insistente foco desse mesmo problema, de origem residencial, na altura do Beco das Águas Férreas, perfazendo uns cinquenta metros dentro do interstício alto-médio curso (Figura. 104). Providencialmente, a mata ciliar remanescente mencionada nesse trabalho chega a ser tão densa de raízes dentro da própria calha do córrego, logo abaixo desse ponto crítico

de poluição, que acabou por se tornar um filtro natural que consegue devolver boa parte do grau de pureza da água, tamanho o poder de absorção das plantas ali concentradas. Mais uma constatação da essencialidade de equilíbrio ambiental proporcionada por esse pequeno bosque.

O poder público estadual, aqui representado pela Saneago, tem planejado regularizar a situação com devidas instalações de rede de esgoto tratado dentro desse trecho, o que até o fechamento desse trabalho ainda não se efetivou.



Figura. 105: Prof. Vandervilson com o mestrando José Maria às margens do médio curso do Chapéu de Padre, densamente povoado, testemunhando como denúncia o esgoto residencial despejado no leito do córrego. Fonte: José Maria (2024)

Um outro problema que subsistiu por muito tempo, talvez remontando aos anos 70 ou 80, foi o arbitrário hábito da vizinhança da nascente do córrego em captar suas águas com dezenas de ligações clandestinas, utilizando-se de mangueiras, o que contribuiu com a redução do volume da torrente pelo restante do curso (Figura. 105). Uma infração ambiental que só seria corrigida com o desligamento total dessas conexões em dezembro de 2021, em ocasião da que ficou conhecida como primeira ação, desde então, de revitalização do depredado manancial após décadas de abandono: a adoção da cabeceira do córrego pelo programa do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental – FICA, naquele mesmo ano. Além de tal ação punitiva os agentes públicos, das esferas municipal e estadual, fizeram o plantio de dezenas de mudas de espécies nativas do Cerrado no local, demarcando em seguida a ação com uma placa comemorativa permanente. (Figura. 106)



Figura.106: Ligação clandestina de sucção de água do córrego, desativada, feita por moradores. Fonte: José Maria (2024)



Figura. 107: Prof Vandervilson e mestrando José Maria ao lado do marco de revitalização da nascente do Córrego Chapéu de Padre, promovida em ocasião do FICA 2021. Fonte: José Maria (2024)

Como se pode constatar, a relação da comunidade vilaboense com esse pequeno grande ‘herói da resistência’ do reino das águas sempre foi dicotômica, indo do descabido abuso ao incessante ciclo de homenagens, e sempre na iminência de uma nova invisibilidade, dependendo de como cada nova geração lidará com esse tesouro escondido que, inegavelmente, sempre susteve os demais patrimônios que todos veem.

*Mea culpa, Chapéu de Padre.*

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tarefa inédita, embora amparado em pesquisas pioneiras sob óticas e aprofundamentos distintos sobre o mesmo objeto, esse trabalho veio como uma ferramenta que se pretende utilizar em complemento aos desvendamentos que se proponham desenvolver dentro do leque de conceitos patrimoniais que se afloram em um município que já se consubstancia dentro dessas temáticas. Emersa em sua consolidação como Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico da Humanidade, a Cidade de Goiás ainda carece de melhores programas que zelem por um patrimônio tão universal como suas águas.

A presente dissertação é fruto de uma cirúrgica interconexão de conceitos geodiversos com suas ramificações pela pegada educacional, potencialização turística e políticas de conservação atrelados à memória histórico-documental administrativa e popular do lugar.

Para que o processo pudesse se desenvolver com coerência se recorreu a interdisciplinaridade geografia-história que sutilmente se intercalam em relatos, descrições e reflexões. Com o uso de um verdadeiro manancial de fontes bibliográficas, impressas ou virtuais, periódicos, mapas, relatos e considerável iconografia, se pôde descortinar a verdadeira e surpreendente face do subestimado manancial do Córrego Chapéu de Padre, por certo tempo apagado.

E ao tecer tais considerações posso testemunhar o surpreendente fenômeno que, como águas represadas, acabou fluindo espontaneamente de forma sincronizada, que foi o envolvimento entre grupos e indivíduos distintos, durante o período da pesquisa, em prol do bem comum do reconhecimento e revitalização do entorno do alto curso do córrego. Ora em ações combinadas, ora de forma autônoma, entidades como a Universidade Federal de Goiás, tendo sua Biblioteca e Restaurante dentro da área de domínio do curso d'água, e representantes da sociedade civil organizada, instituíram verdadeiros movimentos de resgate não só do verde depredado, com plantio de mudas, como também projetos combinados de reestruturação de até então ruínas, como uma quadra abandonada no local, para a execução de projetos culturais, esportivos e científicos.

Aqui se refere à iniciativa do grupo Entre Cerrado, com seu embrião no curso de Arquitetura da UFG e suas pretensões paisagísticas sobre o objeto no epicentro das ações, como também repercussões indiretas vindas do movimento Rios Invisíveis de Goiás que, embora inicialmente focados no Córrego da Prata, que é um corpo hídrico não incluso nesse trabalho, tem manifestado planos válidos de levantamento de biodiversidade local e cartografia afetiva que possam ser aplicáveis no caso do Chapéu de Padre.

A própria prefeitura tem feito um trabalho de apoio logístico ao auxiliar na limpeza inicial das áreas de acesso, embora ainda se deva evoluir melhor nas ações combinadas entre essas entidades. E mesmo uma organização que preferiu manter-se neutra ao movimento, como o Hotel Vila Boa, atualmente administrado pelo grupo SESC, ao menos demarcou as encostas do Morro Chapéu de Padre, a muito ocupadas por ela, com placas de Área de Preservação Ambiental, nos pontos já reflorestados pela mesma.

Espero que mais agregações ocorram partindo de uma comunidade que tanto explorou esse corpo hídrico que agora precisa de uma intensa política compensatória sobre o que ainda lhe resta de sua silhueta geodiversa original. Como seria o caso não só do reflorestamento do alto curso já sendo desenvolvido pelas dinâmicas mencionadas, como também da urgência de tombamento ambiental-patrimonial de dois pontos dentro desse geossítio:

-A absorção pelo poder público da área particular de mata ciliar remanescente na altura do médio curso do córrego, mencionada nesse trabalho, indenizando-se os proprietários atuais, e reconhecendo o local como um *Hotspot* urbano. Para tanto, também, se aproveitando, em anexo, da área do antigo prédio do Clube do Cantagalo, hoje abandonado e propriedade do governo estadual, que serviria, devidamente restaurado, como uma central de apoio logístico para atividades educacionais e culturais, englobando as universidades locais em trabalho conjunto, que venham a ser desenvolvidas nesta verdadeira ilha verde de conforto térmico;

-O compromisso da UFG em transformar seu terreno baldio com milhares de metros quadrados, localizado entre seu Campus na Cidade de Goiás e o Hotel Vila Boa, em uma área verde reflorestada e devidamente equipada com aparelhos de acessibilidade à

comunidade, uma vez que esse ponto localiza-se numa posição crítica de área de recarga das águas subterrâneas do lençol freático alimentador do Córrego Chapéu de Padre.

Uma recomendação seria a instalação de um Painel Geoeducativo Interpretativo em pontos estratégicos ao longo dessa espécie de corredor formado por essas três ‘estações’ de preservação resultantes desses trabalhos. Esse mural permanente serviria como um guia para estudantes, de todas as idades, para moradores e até mesmo se converter em um atrativo turístico alternativo em uma cidade que já desenvolve essa vocação. Todos os levantamentos mais relevantes nesse presente trabalho estariam ali demonstrados em um mapa da extensão do córrego ilustrado com ícones de curiosidades históricas, culturais e ambientais que envolvam certas peculiaridades dignas de nota inclusas no geossítio.

Que a presente obra, mesmo com todas as suas verificáveis falhas técnicas que careçam de futuras revisões e contribuições em construção, possa servir como um expoente de despertar da consciência coletiva goiana e brasileira em um verdadeiro tributo ao indispensável microcosmos do patrimônio hídrico que sempre foi e será a alma de toda a aventura humana no jardim chamado Cerrado.

## **Referências:**

AB’SÁBER, A. **Os domínios de Natureza no Brasil-Potencialidades Paisagísticas.** UFRGS-Instituto de Geociências. São Paulo, Ed. Ateliê, 2003.

ALBUQUERQUE, F. N. B. **Geografia física escolar: teorias e conceitos, escalas e linguagens.** In: PEREZ FILHO, A; AMORIM, R. R. (org). Os desafios da Geografia Física na fronteira do conhecimento. Campinas: Instituto de Geociências – UNICAMP, 2017.

ALMEIDA; CAIADO. **Impacto Ambiental no Rio Vermelho ao Longo da História.** 2000, 35 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2000.

ALMEIDA, M. G. de. **Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade.** Goiânia: IESA, 2002.

AMARAL, M. **Psicopatologia: Fundamentos e Semiologia Essencial.** Rio de Janeiro: IPUB – UFRJ, 2017.

AMORIN, P. M. de. **Educação ambiental na perspectiva de gestão por bacia hidrográfica: das nascentes do Rio Vermelho até a Estação Balneário Cachoeira Grande.** 2006, 91 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2006.

AQUINO, M. S. de; CARVALHO, E. A. de. **Abordagem sobre os conceitos de Geodiversidade, Geoconservação e Geopatrimônio.** Revista Acadêmica de Ciências do Piauí, Teresina, v. 3, n. 3, p. 08-17, Jan/Jun, 2022.

ARTIAGA, Z. **História de Goiás.** Goiânia, 1959.

AZEVEDO, U. R. de. **Patrimônio Geológico e Geoconservação do Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais.** Potencial para criação de um Geoparque da UNESCO. 2007, 189 p. Tese Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

AZEVEDO, U. R.; MACHADO, M. M. M. **Essa tal Geodiversidade...**Rev. UFMG, Belo Horizonte, v. 22, n. 1 e 2, p. 182-193, jan./dez. 2015.

BAUCHE. **Essai de Géographie Pysique: 1754.**

BENTO, L. C. M. **Um novo olhar para a geodiversidade através do geoturismo.** Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.7, n. 12, 2011.

BENTO, L. C. M.; RODRIGUES, S. C. **O geoturismo como instrumento em prol da divulgação, valorização e conservação do patrimônio natural abiótico** – uma reflexão teórica. Turismo e Paisagens Cársticas, v. 3, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.sbe.com.br>. Acesso em 13 abr. 2011.

BERQUÓ, R. F. **O saneamento básico na Cidade de Goiás:** da implantação aos dias atuais. 2009, 82 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2009.

BERTRAN, P. **Notícia Geral da Capitania de Goiás.** Sociedade Goiana de Cultura, Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. v. 1 e 2. Solo Editores: Goiânia, 1997.

BERTRAN, P.; FAQUINI, R. **Cidade de Goiás, Patrimônio da Humanidade:** Origens. Brasília/São Paulo: Verano e Takano, 2002.

BOSISIO, A (coord.). **Breve História do Turismo e da Hotelaria.** Rio de Janeiro: CNC, 2005.

BOTELHO, D. M. **As fases históricas da mineração no município da Cidade de Goiás:** Extração de Esteatito (Pedra-Sabão). 2008, 93 p. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Geografia) - Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2008.

BRAGA, L. O. **Domingos Vandelli: História Natural a serviço do reino.** Artigo da Revista Diálogos sobre a Modernidade. Vitória, n. 3. ISSN: 2674-7952. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **A Informação Goyana.** Coletânea de Notícias. 1932, p. 47.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **A Informação Goyana.** Rio de Janeiro, Abr. 1924, v. VII, n. 9.

BRASIL, A. do. **Súmula de História de Goiás.** Goiânia, Departamento de Cultura, 2ª ed, 1961.

BRILHA, J. B. R. **Patrimônio geológico e geoconservação:** a conservação da natureza na sua vertente geológica. Braga: Palimage, 2005, 190 p.

BRITO, J. L. S.; NOVAIS, G. T. **Tropical Semiúmido e Tropical Semiseco**: os tipos climáticos do domínio tropical brasileiro. *In*: XVII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada / I Congresso Nacional de Geografia Física: Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento. Campinas, Unicamp, 2017, p.1411-1421. DOI: <https://doi.org/10.20396/sbgfa.v1i2017.2050>.

BRITTO, C. C.; ROSA, R. L. **Mestra e Guia**: A Catedral de Sant'Ana e as devoções de Darcília Amorim. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2017.

BUCHMANN, F. S.; CARON, F.; LOPES, R. P. **Paleotoca do Município de Cristal-RS**: Registro da atividade fossorial de mamíferos gigantes extintos no sul do Brasil. Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil – SIGESP, 2010.

CALLAI, H. C. **Leitura da Paisagem**: Leitura do mundo pela Geografia sobre o espaço construído. UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Revista Ciência Geográfica, Bauru, 2020.

CANÇADO, C. E. S. **Escoamento Pluvial do Centro Histórico da Cidade de Goiás**. 2007. 105 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia), Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2007.

CARCAVILLA, L.; DURÁN, J. J.; LOPEZ-MARTÍNES, J. **Geodiversidade**: concepto y relación com el patrimonio geológico. Geo-Temas. Las Palmas de Gran Canaria, v. 10, p. 1299-1303, 2008.

CARVALHO, A. M. G. de. **Geodiversidade e Geoconservação**. Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, Pavilhão do Conhecimento Ciência Viva. 2010.

CARVALHO, E. A. de; AQUINO, C. M. S. de. **Abordagem sobre os conceitos de geodiversidade, geoconservação e geopatrimônio**. Revista da Academia de Ciências do Piauí, Teresina, v. 3, n. 3, p. 08 – 17, jan./jun. 2022.

CARVALHO, L.M. de; SCHEINER, T. **Construindo o “discurso” do Patrimônio**: das organizações internacionais e institutos nacionais a uma relação profunda entre o homem e o patrimônio – o caso do Marolo, em Paraguaçu, Minas Gerais. *In*: Seminário de investigação em Museologia dos países de língua portuguesa e espanhola. Buenos Aires, v. 2, 2010.

- CARVALHO, S. A. de. **Quintais do Centro Histórico da Cidade de Goiás – GO.** 2005, 101 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2005.
- CASSETI, V. **Elementos de Geomorfologia.** Goiânia, UFG, 1991.
- CASTRIOTA, L. **Paisagem cultural:** novas perspectivas para o patrimônio. Revista Vitruvius – Arquitectos. v. 2, n. 162, ano 14, nov. 2013.
- CASTRO JÚNIOR, E.D.; COUTINHO, B.H.; FREITAS, L.D. **Gestão da biodiversidade e áreas protegidas.** Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.25-65, 2009.
- CHAUL, N. F. **Caminhos de Goiás:** da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: UFG, 2010.
- COELHO, G. N. **A formação do espaço urbano nas vilas do ouro:** o caso de Vila Boa. 1997, 229 p. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.
- CORALINA, C. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais.** São Paulo: Global, 2006, 23ª ed.
- COSTA, L. M. S. A. **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras.** Rio de Janeiro: PROURB, 2006, 190.
- COSTA, E. B. da; STEINKE, V. A. **Cidades Históricas do estado de Goiás, Brasil:** uma agenda de pesquisa. Ateliê Geográfico – Goiânia-GO, v. 7, n. 2, p. 164-195. Ago/2013.
- CRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia.** São Paulo: Edgar Blucher, 1980, 2ª ed.
- CROSBY, A. **Ecological imperialism:** the biological expansion of Europe 900 a 1900. Cambridge: University Press, 1988.
- CRUTZEN, P. **Geologia da Humanidade.** Revista de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica. v. 1, p. 117-119, 2020.
- CUNHA, L. **A fotografia na promoção da Geodiversidade.** In: Geopatrimônio e Imagem. Iberografias, Guarda. CEI, 12, p. 121-123, 2016.

CUNHA, L.; JACINTO, R.; MODESTO DOS PASSOS, M.; TELES, V. **Uma língua, diferentes geografias**: um olhar sobre a Geografia Física dos países de língua portuguesa. Seminário Latino Americano e Ibero-Americano de Geografia Física - Coletânea de Artigos: UNICAMP, p. 89-97.

CURADO, R. G. M. **Às margens do Rio vermelho, às margens da História**: Lavadeiras, mensageiras e carregadeiras. 2003, 50 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) - Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2003.

DA COSTA, J. B. **Estudo e classificação das Rochas para Exame Macroscópico**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

DANTAS, D. **A formação do distrito de São João (município de Goiás) e sua dinâmica territorial**. Goiânia: Ateliê Geográfico, v. 10, n. 3, p. 215-233, dez. 2016.

DANSEREAU, P. **Introdução à biogeografia**. Separata de: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, n. 1, ano 11, 1949.

DA SILVA, A. A. M. **O Espaço Urbano da Cidade de Goiás**: uma análise sob a perspectiva ambiental. 2008, 95 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2008.

DA SILVA, J. B. **Código de Posturas e Saúde Pública em Goiás no Século XIX**. 2007. 45 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) - Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2007.

DE ALBUQUERQUE, T. C. S. **Adubação mineral da videira**. Embrapa Semiárido, Petrolina, 2004. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/154524/1/OPB733.pdf>. Acesso em: 7 dez, 2024.

DE MORAIS, E. M. B. *et al.* **O Cerrado como o “Berço das Águas”**: potencialidades para a educação geográfica. Montes Claros: Revista Cerrados (Unimontes), v. 17, n. 1, p. 86-113, 2019.

DINIZ, C. A. **Mapeamento Hidrogeomorfológico de Áreas Agradacionais/Degracionais da Sub Bacia do Rio Vermelho**. 2004, 55 p. Trabalho

de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2004.

FERRARA, L. D'A. **Os significados urbanos**. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 174-184.

FERREIRA, D. C.; SANTOS, K. R.; VITTE, A. C. **Reflexões sobre a história da Geomorfologia Geográfica**. In: IX Seminário Latino Americano e Ibero-Americano de Geografia Física - Coletânea de Artigos: UNICAMP, jan. 2016.

FRANCO, J. L. de A.; DRUMMOND, J. A. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

FRISO, V. de O.; ASSIS, E. S. de. **Desenho Urbano Sensível à Água**: Análise para aplicação de estratégias em áreas urbanas consolidadas. In: XV Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído e XI Encontro Latino Americano de Conforto no Ambiente Construído. João Pessoa: 2019, p. 528-537.

GODOY, A. A. **A urbs e seus problemas**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1943.

GRAY, M. **Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature**. New York: John Wiley & Son, 2004, 434 p.

GUERRA, A. T. **Dicionário Geológico Geomorfológico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da. **Geomorfologia**: Uma atualização de bases e conceitos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1936.

HUMBOLDT, A. von. **Personal Narrative of Travels to the Equinoctial Regions of America**. v. 2. Tradução: Thomasia Ross. Londres: 1852.

JUNG, C.G. **Os Arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2ª Ed., 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Pesquisa bibliográfica e resumos**. In: Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1991.

LEITE DO NASCIMENTO, M. A.; RUCHKYS, U. A. de; MANTESSO-NETO, V. **Geoturismo: um novo segmento do turismo no Brasil**. Revista Global Tourism, v. 3, n. 2, nov. 2007. Disponível em:

[http://www.geoturismobrasil.com/artigos/Geoturismo\\_um%20novo%20segmento%20do%20turismo%20no%20Brasil.pdf](http://www.geoturismobrasil.com/artigos/Geoturismo_um%20novo%20segmento%20do%20turismo%20no%20Brasil.pdf). Acesso em: 01 out. 2023.

LIMA, E. R. **Guia Afetivo da Cidade de Goiás**. Brasília: IPHAN, 2008.

LOBATO, M. de N. A. **Florestas reais na Inglaterra medieval**: um breve relato. Revista de Estudos Celtas e Germânicos. ISSN 1519-9053, v. 17, n. 2, 2017, p. 22-38. Disponível em: <https://www.ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/1361>. Acesso em: set. 2023.

MACHADO, J. C. F. **O despertar do Recife no Brasil Holandês**. Revista Eletrônica de História. Dourados: UFGD, v. 4, n. 7, jan./jun. 2010.

MARCOS, V. de. **Trabalho de Campo em Geografia**: Reflexões sobre uma Experiência de Pesquisa Participante. In: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB, n. 84, p. 105 – 136, 2006. Disponível em: <https://agbsaopaulo.org.br/>. Acesso em: 7 nov. 2023.

MARQUES, C. C. **Mineração no município de Goiás**: uma visão dos três momentos que envolvem a extração mineral. 2009, 60 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2009.

MARQUES, O. **Cidade Mãe**: casos e contos. Goiânia: Gráfica de Goiás – CERNE, 1985.

MAXIMIANO, L. A. **Considerações sobre o conceito de paisagem**. Curitiba: UFPR, n. 8, p. 83-91, 2004.

MEIRA, S. A. et al. **Aportes Teóricos e Práticos na Valorização do Geopatrimônio**: Estudo sobre o projeto Geoparque Seridó (RN). Revista Caminhos de Geografia, v. 20, n. 71, p. 384-403, set. 2019.

MEIRA, S. A.; MORAIS, J. O. **Os conceitos de Geodiversidade, Patrimônio Geológico e Geoconservação**: abordagens sobre o papel da Geografia no estudo da temática. Revista Boletim de Geografia. Maringá: EDUEM, v. 34, n. 3, p. 129-147, 2016.

MENDES, J. **Geologia da Humanidade por Paul Crutzen**. *Anthropocena*. Revista de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica, v. 1, p. 117-119. DOI: <https://doi.org/10.21814/anthropocena.3096>. 2020.

NASCIMENTO, M. A. L. do; MEDINA, A. I. de M.; SCHOBENHAUS, C. **Patrimônio Geológico: Turismo Sustentável**. CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2008.

NEIA, L. dos S. **Estudo do escoamento pluvial urbano na Cidade de Goiás: Caso do Córrego Chapéu de Padre, Córrego Manoel Gomes e Rio Vermelho**. 2009, 65 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2009.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PASSOS, E. C. de. **Goyaz: de arraial a patrimônio mundial**. Goiânia: Kelps, 2018.

PELLEGRINO, P. R. M. *et al.* **A Paisagem da Borda: uma estratégia para a condução das águas, da biodiversidade e das pessoas**. 2006, p. 2-21. *In*: COSTA, L. M. S. A. (org.). Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras, Viana e Mosley, 2006, p. 2-21.

PEREIRA, R. G. F. A. **Geoconservação e desenvolvimento sustentável na Chapada Diamantina (Bahia-Brasil)**. 2010, 318 p. Tese (Doutorado em Ciências) Área de conhecimento em Geologia) - Universidade do Minho, Portugal, 2010.

PEREIRA, J. M. V. *et al.* **Importância da geoconservação na gestão ambiental e ordenamento territorial**. *Revista de Educação Ambiental*. Rio Grande: v. 21, n. 2, p. 108-119, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/6446>. Acesso em: 28 out. 2023.

PEREIRA, P. H. **Rios, Cidades e Chafarizes: o Governo das Águas em Goiás – das fontes públicas à rede subterrânea de abastecimento**. 2020, 156 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2020.

PINHEIRO, E. F. **Impactos Ambientais urbanos: análise da bacia do Córrego Chapéu de Padre, Goiás (GO)**. 2022, 56 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2022.

- QUEIROZ, E. A. M. **A Cartografia do Espaço Urbano da Cidade de Goiás**. 2003, 63 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2003.
- QUINTELA, A. C. **Os índios ‘Goyá’, os Fantasmas e Nós**. Revista UFG, Goiânia, v. 8, ano VIII, n. 1, p. 44-47, jun. 2006
- RIBEIRO, M. M. **A ciência dos trópicos: A arte médica no Brasil do século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 42.
- ROSA, T. M. **A Enchente do Rio Vermelho na Cidade de Goiás (GO) em 31 de Dezembro de 2001 e seu impacto nas discussões sobre meio ambiente, memória e patrimônio (2001-2007)**. 2021, 64 p. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em História) - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021.
- ROSS, J. L. S. **Relevo brasileiro: uma nova proposta de classificação**. Revista do Departamento de Geografia da USP, São Paulo, n. 4, 1985.
- SAINT-HILAIRE, A. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975.
- SANJAD, N. **Os jardins botânicos luso-brasileiros**. Revista Ciência e Cultura. São Paulo, v. 62, nº 1, 2010.
- SANTOS, M. T. **Fundamentos de Turismo e Hospitalidade**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010.
- SAQUET, M. A. **Por uma abordagem territorial**. Coletânea Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 2003.
- SCALAMATE, A. T.; SOUZA, B. S. P. **Expansão Urbana sob o relevo e a paisagem da Vila Lorenzi**: Santa Maria – RS. In: Seminário Latino Americano e Ibero-Americano de Geografia Física - Coletânea de Artigos: UNICAMP, p. 310.
- SILVA, A. A. M. da. **O espaço urbano da Cidade de Goiás: uma análise sob perspectiva ambiental**. 2008, p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2008.

SILVA, A. C. da. **As Categorias como fundamentos do Conhecimento Geográfico.** In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. (org.). Espaço Interdisciplinar. São Paulo: Nobel, 1986, p. 25-37.

SILVA, C. R. da. **Geodiversidade do Brasil: Conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro.** Revista Departamento de Gestão Territorial. Rio de Janeiro: CPRM, 2008, 26 p.

SILVA E SOUZA, Pe. L. A. da. **Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da capitania de Goiás.** Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo XII, 4º trimestre de 1849. 2ª ed. Rio de Janeiro: 1872, p. 429-510. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:sousa-1849-memoria>. Acesso em: mai. 2023.

**SISTEMA DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS DE GOIÁS (SIEG).** Disponível em: <https://www.sieg.go.gov.br.2007>. Acesso em: 2023.

SOUSA, W. L. B. e; SILVA, S. D. e. **Das nascentes e águas do oeste: tutela jurídica dos recursos hídricos e proteção à natureza nos domínios do Cerrado.** In: SILVA, A. L. da; OLIVEIRA, E. C. de; MELLO, M. de. (org.) Territórios, cidades e cultura no cerrado. Anápolis: UEG, 2012, p. 103-112.

SOUZA, A. M. V. de; GARCIA, D. de S.; MORAES, M. M. L. da L. **Avaliação do Manancial Hídrico que abastece a Região Sul da Cidade de Goiás.** 2000, 76 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2000.

SOUSA, J. B. *et al.* **Reconhecimento e classificação dos solos da bacia hidrográfica do Córrego Santíssimo - MT.** Revista Geografia em Atos. Presidente Prudente: v. 1, n. 3, 2006. DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v1i3.3660>

TAUNAY, A. D'E. **Goyaz. A flora goiana. Sua Magnificência e exuberância. Riqueza de essências.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1875.

TILDEN, F. **La interpretación de nuestro patrimonio.** Sevilla: Asociación para la Interpretación del Patrimonio, 2006.

TOMAZZOLI, E. R. **O Greenstone Belt de Goiás: Estudos Geocronológicos.** Revista Brasileira de Geociências. Florianópolis, v. 22 p. 56-60, mar. 1992.

TROLL, C. **A paisagem geográfica e sua investigação.** “Die geographische Landschaft und ihre Erforschung” em *Studium Generale*, 4-5, 1950. Traduzido do espanhol por Gabrielle Corrêa Braga, bolsista CNPq / UERJ, 1950.

VELOSO, F. **Pareidolia: você já passou por isso.** Sociedade Brasileira de Psicologia – SBP, 2016. Disponível em: <https://www.sbponline.org.br/2016/03/pareidolia-voce-ja-passou-por-isso>. Acesso em: ago. 2023.

VENTURI, L. A. B. **Recurso Natural: A construção de um conceito.** São Paulo: USP, 2006.

VITTE, A. C. **Um resgate histórico sobre a bacia hidrográfica no contexto do imperialismo dos séculos XVII e XVIII: os casos da França e da Inglaterra.** Ponta Grossa: *Terr@Plural*, v.10, n.1, p. 11-21, jan./jul. 2016.

VIVEIRO, A. A. V.; DINIZ, R. E. S. **Atividades de campo no ensino das ciências e na educação ambiental: refletindo sobre as potencialidades desta estratégia na prática escolar.** *Revista Ciência em Tela*. São Paulo, v. 2, n. 1, p.1-12, jul. 2009.

WULF, A. **A invenção da Natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt.** São Paulo: Planeta, 2016. **Revista de Ciências Sociais.** Fortaleza, v. 51, p. 407–417. mar./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.36517/rcs.51.1.r02>